

# **Construindo Diferenças: Representações, discriminações e identidades múltiplas de imigrantes LGBT\***

**Marie Klinke**

**Dissertação de Mestrado  
em Migrações, Inter-Etnicidades e Transnacionalismo**

**Setembro de 2014**

---

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Migrações, Inter-Etnicidades e Transnacionalismo, realizada sob a orientação científica de Professor Doutor Nuno Dias



## **Agradecimentos**

Estou imensamente agradecida a todos os que tornaram este trabalho possível no que respeita à sua divulgação e realização. Um agradecimento especial ao meu orientador, o Professor Doutor Nuno Dias, pelo seu incentivo, pela disponibilidade e pelo apoio na elaboração do trabalho. Também quero agradecer o apoio recebido pelas associações, sobretudo pela disponibilização de um espaço adequado para as entrevistas. Por último, agradeço a todas as pessoas que se disponibilizaram para partilharem as suas experiências comigo através da realização de uma entrevista.

Marie Klinké

Lisboa, Setembro de 2014



**Construindo Diferenças:**  
**Representações, discriminações e identidades múltiplas de imigrantes LGBT\***

**Marie Klinke**

O objectivo principal desta dissertação é analisar as experiências e percepções de discriminação no quotidiano de imigrantes LGBT\* residentes na Área Metropolitana de Lisboa. Através da realização de entrevistas semi-estruturadas focando nas experiências e percepções subjectivas, procura-se entender até que ponto estas conduzem ao desenvolvimento de práticas específicas de gestão da discriminação usadas para evitar tais experiências, e qual o seu impacto no quotidiano, na vida social e na formação identitária. Por um lado, a análise centra-se no papel do corpo como marcador de diferença em práticas e discursos discriminatórios, sublinhando a importância de práticas de invisibilização de diferenças, *i.e.* “passing” (Goffman, 1968). Por outro lado, pretende-se explorar de que forma a discriminação é experienciada e percebida de forma múltipla, quer dizer, baseada em mais do que uma categoria social. Num plano mais vasto, procura-se analisar as inter-relações e intersecções entre diferentes relações de poder que se estabelecem em práticas e discursos discriminatórios, utilizando categorias de género, sexualidade, origem, nacionalidade, etnicidade e raça, e além disso, a sua influência na formação identitária de indivíduos que se encontram marginalizados.

**PALAVRAS-CHAVE:** discriminação, racismo, heteronormatividade, imigrantes, LGBT\*

The principle aim of this dissertation is to analyze the experiences and perceptions of discrimination in everyday life of LGBT\* immigrants living in the Lisbon Metropolitan Area. Through the undertaking of semi-structured interviews, which focused on the subjective experiences and perceptions, it seeks to understand to what extent these experiences lead to the development of specific practices of discrimination management used to avoid such experiences, and what is their impact on everyday and social life, and on identity formation. On one hand, the analysis focuses on the role of the body as a marker of difference in discriminatory practices and discourses, underlining the importance of practices of invisibilisation toward differences, *i.e.* “passing” (Goffman,

1968). On the other hand, it explores in what ways discrimination is experienced and perceived as multiple, *i.e.* based on more than one social category. On a wider plan, it seeks to analyse the interrelations and intersections of different power relations which are established by discriminatory practices and discourses, making use of categories of gender, sexuality, origin, nationality, ethnicity and race, and, furthermore, its influence on identity formation of subjects who are marginalized.

**KEYWORDS:** discrimination, racism, heteronormativity, immigrants, LGBT\*

## ÍNDICE

<b>Nota introdutória.....</b>	<b>1</b>
 <b>I - Estudo de caso.....</b>	 <b>5</b>
Objectivo e dimensionamento.....	5
Escolha do objecto de estudo.....	6
Desenho do estudo.....	8
Subjectividade das experiências.....	9
Discriminação – qual?.....	10
Trabalho de campo.....	12
Precauções especiais na realização das entrevistas.....	14
Transcrição e análise do material.....	15
Caracterização da amostra.....	15
 <b>II - Estrutura conceptual.....</b>	 <b>18</b>
Poder, discurso e saber.....	19
O corpo e a construção do Outro.....	20
Racismo e discriminação: diferença racial e étnica.....	21
A origem do conceito racismo – a invenção das raças humanas.....	21
Desenvolvimento na era pós-guerra: descolonização e luso-tropicalismo	23
Racismo biológico – racismo cultural: raça ou etnicidade.....	24
Racismo como preconceito.....	26
Racismo como discriminação.....	28
Imigrantes como ameaça para a nação.....	31
Tentativa de uma definição.....	33
Diferença sexual e heteronormatividade.....	34
Foucault e a construção da homossexualidade.....	34



Butler e a performatividade do género.....	35
Heteronormatividade e Genderismo.....	37
Identidades não heteronormativas além do binarismo heterossexualidade-homossexualidade.....	39
Heteronormatividade em Portugal.....	40
Inter-relações entre categorias e o conceito da interseccionalidade.....	42
Sexualidade e nação .....	42
Sexualidade e império.....	43
Racismo genderizado e sexualizado.....	44
O conceito da interseccionalidade.....	46
<b>III - Apresentação e análise dos resultados.....</b>	<b>48</b>
<i>Coming-out</i> e família.....	48
Contextos de discriminação na emigração.....	51
Língua.....	51
Amigas/os.....	52
Namoradas/os.....	53
Habitação.....	54
Trabalho.....	55
Escola e faculdade.....	57
Serviços públicos.....	59
Outros sítios públicos.....	62
Comunidades LGBT*.....	62
Comunidades étnicas.....	64
Discriminação múltipla e a sua percepção.....	66
Visibilidade da diferença.....	69
Prática do <i>coming-out</i> .....	69
Intimidade em público.....	71
Expressão de género não-heteronormativa.....	72

Fenótipo.....	73
Língua.....	73
Gestão da discriminação.....	73
Desenvolvimento de uma estratégia.....	74
Apoio emocional.....	75
Justiça.....	76
Percepção da discriminação.....	77
Percepção geral da própria experiência.....	77
Racismo, xenofobia – percepção da discriminação em função da origem/nacionalidade.....	78
Percepção da situação em Portugal.....	78
Percepção da origem da discriminação.....	80
Percepção do perfil da/o perpetrador/a.....	82
Impacto da discriminação.....	83
Relações inter-pessoais - controlar informação na interacção com (des)conhecidas/os.....	84
Aparência física e intimidade em público - invisibilizar símbolos de estigma.....	85
Identidade - tornar-se mais forte.....	86
Lugares.....	87
Conclusões.....	88
<b>Nota final.....</b>	<b>93</b>
 Bibliografia.....	 96
Anexo A: Perfis sócio-económicos das/os participantes.....	i



## Nota introdutória

Nas últimas décadas, tem aumentado, no contexto académico e científico português, o interesse sobre formas e impactos de exclusão e marginalização de grupos minorizados<sup>1</sup> – tanto étnicos, como sexuais. Para além dos estudos oficialmente iniciados pelos órgãos da União Europeia, existem várias investigações conduzidas por investigadoras/es portuguesas/es, reclamando a persistência de discriminação em função da origem, nacionalidade, etnicidade, orientação sexual e identidade de género (Vala, 1999; Machado, 2001; Cabecinhas, 2007; Ferreira Mendes, 2010; Nogueira e Oliveira, 2010a).

Este facto deve-se a duas circunstâncias específicas: primeiro, no que diz respeito à discriminação relacionada com a origem, nacionalidade e etnicidade, o crescimento das taxas de imigração verificado nas últimas décadas, e em consequência disso, a viragem de um estado-nação com uma tradição longínqua de emigração para um país de acolhimento, estão na origem dos debates sobre políticas de integração e multiculturalismo, conferindo aos Estudos de Migrações um papel relevante dentro das Ciências Sociais. Em segundo lugar, a emergência de temáticas LGBT\* em Portugal<sup>2</sup>, com um eco público mais lento, parece, também, ter uma relação com os movimentos políticos formados em torno das questões da sexualidade e pelo crescimento do campo dos Estudos de Género nos EUA.

Não obstante este desenvolvimento na academia portuguesa, verifica-se a

---

1 Com referência a Gunaratnam (2003: 17) que pretende sublinhar o carácter activo do processo de racialização utilizando “grupo minorizado” em vez de “minoría étnica”.

2 Para o desenvolvimento do movimento LGBT\* como movimento político em Portugal ver Vale de Almeida (2010). Para uma análise mais crítica, com enfoque nas discussões e exclusões dentro do movimento LGBT\*, ver: Santos (2004) e *idem* (2013).

dominação de uma percepção de discriminação, marginalização ou estigmatização em função de uma linha de diferenciação como um fenómeno simples, estando desligado de outras linhas de diferenciação, *i.e.* de outras categorias sociais. Admitindo o facto de as experiências, pertenças e identidades de indivíduos serem diversas e multifacetadas, a discriminação, marginalização e estigmatização de que são vítimas baseiam-se também em múltiplas categorias de diferenciação social.

Neste sentido, é importante cruzar analiticamente várias categorias a partir das quais a realidade social se organiza, nos Estudos de Migrações em particular, e dentro das Ciências Sociais em geral (Machado, Azevedo e Matias 2009). Em relação ao contexto académico português, no que se refere a imigrantes, estas/es já foram retratadas/os como apresentando diferentes idades (Rosales, Cantinho de Jesus e Parra, 2009; Machado e Roldão, 2010), géneros (Miranda 2009; Ramalho e Trovão, 2010) e origens, mas apenas no texto de Vieira (2011) não são consideradas/os como heterossexuais. Dentro dos Estudos LGBT\* portugueses, nota-se uma maior precaução com as especificidades das experiências de indivíduos pertencentes a outros grupos minorizados, mas esta não se reflectiu até agora numa reconsideração do desenho de estudo para dar visibilidade também a estas experiências, como se constata por exemplo em Nogueira e Oliveira:

“Todas as investigações que referem a problemática da diversidade levam a que se tome em consideração a perspectiva interseccional, já que diferentes identidades são experienciadas não de forma isolada umas das outras, mas como categorias que se sobrepõem, que se combinam para produzir modos particulares de estar no mundo. Se nos focarmos apenas nas identidades de género e sexuais isoladamente de outros aspectos da identidade, limitamos a nossa capacidade para compreender as necessidades complexas da comunidade LGBT em toda a sua diversidade [...]“ (2010b: 13).

O estudo qualitativo que será apresentado aqui foi criado a pensar nesta carência, pretendendo enquadrar as experiências e percepções de discriminação de imigrantes LGBT\* residentes na Área Metropolitana de Lisboa. Partindo de uma perspectiva pós-estruturalista, pretende ser uma contribuição não apenas para um conhecimento mais aprofundado das diferentes formas de discriminação contemporâneas, mas também para uma melhor compreensão das inter-relações e intersecções de diferentes relações de poder estabelecidas em discursos e práticas de discriminação através da construção de

categorias binárias e organizadas hierarquicamente.

O trabalho será estruturado em três secções. A primeira secção tratará da apresentação geral do estudo e do seu desenho metodológico. Após uma breve abordagem aos objectivos centrais, definindo, por um lado, o quadro analítico de três dimensões (*Representações, Discriminações e Identidades*), e, por outro, as questões de partida que acompanharam o trabalho empírico, seguem-se as considerações críticas em torno do desenho metodológico. O capítulo explicará ainda o trabalho de campo, focando-se igualmente no processo de adaptar cruzamento entre a ideia teórica subjacente ao trabalho e a realidade quotidiano, concretizado através dos cuidados específicos no que diz respeito à terminologia usada durante as entrevistas. Neste capítulo são ainda elencadas e explicadas a constituição da amostra e as fases da transcrição e análise dos dados.

Na segunda parte são discutidas as conceptualizações teóricas em que assentam os pressupostos do trabalho, em particular os que enformaram o contacto com o terreno. Serão explicados os termos centrais e as teorias-chave que, por sua vez, fundamentaram a elaboração de um guião usado para apoiar a realização das entrevistas. Após uma breve discussão em torno da teoria do poder de Foucault e da sua centralidade no quadro teórico do trabalho, será problematizada a ideia de corpo enquanto interface de diferentes processos normativos de produção de *self* – simultaneamente objecto e agente de convenções sociais dominantes. Depois, centrando-se em categorias sociais que constroem o Outro a partir de parâmetros de sexualidade e género, e de origem, etnicidade, raça e nacionalidade, segue-se uma análise da construção histórica de cada um dos dois complexos a partir dos conceitos de racismo e heteronormatividade, desde a sua origem até a formas mais contemporâneas, em particular no caso português. Por fim, serão teorizadas as interligações entre os dois complexos no seu desenvolvimento histórico, articulada com a teoria de interseccionalidade – surgida a partir da ideia da existência constante de intersecções e inter-relações entre várias categorias sociais – pretendendo-se, assim, conseguir uma análise dos processos de discriminação observados mais aprofundada e complexa.

Na última secção, serão apresentados e analisados os resultados das entrevistas

centrando-nos nas questões de partida definidas no primeiro capítulo. Após uma breve análise da questão do coming-out, sobretudo em relação à família, serão tratados os contextos de discriminação diferentes, dando lugar às narrativas de experiências pessoais das/os entrevistadas/os. Em seguida, será abordada a problemática da percepção da discriminação como múltipla para verificar as afirmações da teoria da interseccionalidade, e a questão da visibilidade da diferença. Depois segue-se uma análise das estratégias para gerir experiências de discriminação ao nível psicológico, e dos impactos reais das experiências de discriminação no que diz respeito a actividades, aparência física, exibição de intimidade e formação identitária, mostrando que uma das práticas mais comuns para evitar discriminação é o “passing” (Goffman, 1968), *i.e.* a invisibilização de símbolos de estigma.

## **I – Estudo de caso**

### **Objectivo e dimensionamento**

O objectivo principal do trabalho é analisar as experiências e percepções de discriminação no quotidiano de imigrantes LGBT\* residentes na Área Metropolitana de Lisboa. Procura-se compreender em que medida aquelas conduzem a práticas específicas de gestão da discriminação e qual o seu impacto no quotidiano, na vida social e na formação identitária das suas vítimas, explorando especificamente práticas de gestão de estigma (Goffman, 1968). No seguimento da crítica de Maier (2010: 159 a 160), que aponta como fragilidade de outros estudos sobre discriminação em função da orientação sexual, baseados no conceito de discriminação como experiência, o facto de serem incapazes de demonstrar práticas para controlar situações de discriminação, este estudo também inclui a questão dos impactos da discriminação sobre os indivíduos, e o desenvolvimento de estratégias para evitar discriminação.

O quadro analítico é constituído por três dimensões, sendo inspirado por Winker e Degele (2009): a primeira dimensão é a das representações simbólicas, percebida como um sistema estruturante de pensamentos, ideologias e percepções de diferenciação através de categorias sociais, a segunda dimensão refere-se às práticas e aos discursos discriminatórios que são entendidos como actos de constituição de diferença, criando uma hierarquia social dessas mesmas categorias, a terceira dimensão aborda a identidade, tornando visível o posicionamento do indivíduo na rede das relações de poder, e a sua agência na negociação entre diferentes (auto-)identificações.

Estas dimensões, na prática, encontram-se relacionadas entre si: as representações dão origem a discriminações e a processos de auto-identificação, mas por outro lado os indivíduos contribuem para a construção de estruturas sociais e representações através dos seus discursos e práticas. Da mesma forma, os discursos e práticas discriminatórias constituem representações simbólicas e influenciam a



formação identitária. Deste modo pode afirmar-se que o indivíduo é um dos espaços onde as dimensões se intersectam.

A análise centra-se em dois complexos centrais: por um lado, o papel do corpo como marcador de diferença em práticas e discursos discriminatórios, e, por outro, a percepção da discriminação como múltipla, ou seja, baseada em mais do que uma categoria social. Desta forma, procura-se analisar, num plano mais vasto, as inter-relações/intersecções entre diferentes relações de poder que se estabelecem em práticas e discursos discriminatórios, utilizando categorias de género, sexualidade, origem, nacionalidade, etnicidade e raça, e além disso, a sua influência na formação identitária de indivíduos que se encontram nas margens ou até excluídos destas lógicas.

Desta forma, o trabalho pretende dar respostas às seguintes questões: de que forma e em que contextos as/os imigrantes LGBT\* experienciam discriminação? Qual o impacto destas experiências no seu quotidiano e na sua formação identitária? Existem estratégias de gestão da discriminação? Mais: em que medida as características corporais são relevantes nas experiências de discriminação, desempenhando a função de marcadores de diferença? E em que medida as discriminações são baseadas em mais do que um motivo, bem como até que ponto é possível serem distinguidos diferentes motivos?

### **Escolha do objecto de estudo**

A investigação de mecanismos de exclusão baseados em mais do que uma categoria social tem sido marcada pelo conceito da interseccionalidade. Neste contexto, Winker e Degele (2009) demonstram num exemplo empírico que um estudo interseccional não pressupõe necessariamente categorias pré-definidas, aplicando-as apenas na fase da análise das entrevistas. Este objectivo torna-se ainda mais significativo ao observar a relação problemática entre o uso de categorias nos estudos sociais e a pretensão de evitar essencialismos. Neste contexto, Gunaratman refere que:

“[...] categorical approaches can serve to reify “race” and ethnicity as entities that individuals are born into and inhabit, and that are then brought to life in the social world, rather than “recognizing” race and ethnicity as dynamic and emergent processes of being and belonging [...]” (2003: 19).

Não obstante estas preocupações, devido ao tempo e extensão limitados deste estudo, tratando-se de uma tese de mestrado, a utilização de categorias fixas achou-se necessária, para uma definição mais precisa do objecto de estudo.

Ao escolher imigrantes LGBT\* pretende-se incluir, por um lado, imigrantes como “alvo” principal do racismo contemporâneo, que se fundamenta em diferenciações fenotípicas, culturais e nacionais, definindo-as/os como uma “ameaça” à comunidade nacional homogénea (Miles *apud* Machado, 2000: 12; Marques, 2000: 37; Ferreira Mendes, 2010: 45 a 46; Rosário, Santos e Lima, 2011). Por outro lado, o termo LGBT\* tenciona abranger todas as formas de sexualidade e identidade de género que não se conformam com a ideia hegemónica da heteronormatividade (Wagenknecht, 2007). O termo foi escolhido pelo seu carácter inclusivo, representado pelo asterisco, e positivo, tendo a sua origem no próprio movimento, apesar de se estar consciente da sua desvantagem, sobretudo como é descrita em Oliveira *et al.*: “[...] muitas pessoas pertencentes a grupos marginalizados racial ou etnicamente mostram resistência às categorias LGBT porque as percebem como constructos ocidentalizados que a eles/as não se aplicam [...]” (2010: 149).

A definição do objecto de estudo, e portanto, das categorias de diferenciação em análise, levou a duas limitações. A primeira tem a ver com o facto de não serem apenas as/os imigrantes a consideram-se vítimas de racismo e de não serem apenas indivíduos LGBT\* a consideram-se vítimas de heteronormatividade. Por outro lado, também não todas/os as/os imigrantes se consideram vítimas de racismo, nem todos os indivíduos LGBT\* se consideram vítimas de heteronormatividade. Mais relevante no contexto de discriminações em interacções é a visibilidade da diferença, fixada em símbolos também corporais (Goffman, 1968: 114 a 115), imediatamente acessíveis e disponíveis para perpetradoras/es que desconhecem as suas vítimas. Estes símbolos baseiam-se em representações hegemónicas e estereotipadas sobre uma suposta origem/nacionalidade, orientação sexual ou identidade de género de uma pessoa. Desta forma, indivíduos que demonstram mais abertamente estes símbolos, os marcadores de diferença, são mais

alvo de discriminação (em interações) por desconhecidas/os, sendo percebidas/os como “Outro”.

A segunda limitação tem a ver com a focagem em apenas dois complexos de categorias de diferenciação social: sexualidade/género ou origem/nacionalidade/etnicidade/raça. Um estudo que permitisse a integração de mais do que duas categorias, ou que não se limitasse na fase de planeamento a categorias pré-definidas, como sugerem Winker e Degele (2009: 83), seria sem dúvida menos generalizante e reflectiria melhor a diversidade das experiências vividas e das intersecções das diferentes relações de poder.

Além disso, é preciso ter uma especial atenção para não essencializar estas categorias (imigrantes e LGBT\*), homogeneizando as suas experiências de discriminação. Tanto em relação à origem/nacionalidade (Machado, 2001), como em relação à orientação sexual e identidade de género (Maier, 2010) existem percepções e experiências diferentes que podem ser intensificadas pelo grau de visibilidade de símbolos (corporais) de estigma (Goffman, 1968: 114 a 115).

### **Desenho do estudo**

Para a recolha de informação utilizou-se, por um lado, uma profunda pesquisa bibliográfica seguindo os tópicos centrais, e, por outro lado, um estudo qualitativo, consistindo em dez entrevistas semi-estruturadas com imigrantes com nacionalidade estrangeira, residentes na Área Metropolitana de Lisboa por pelo menos 12 meses, auto-identificadas/os com uma identidade de género e/ou orientação sexual não-heteronormativa (p. ex. lésbica, gay, transgénero, transexual, bissexual, etc.).

Tendo em consideração os objectivos acima apresentados, a metodologia utilizada para a recolha de dados neste estudo é essencialmente de natureza qualitativa, no sentido de permitir uma análise mais aprofundada das especificidades das experiências e percepções de cada um/a das/os interlocutoras/es. Esta opção facilita a captação das

narrativas das experiências de discriminação na sua relação com as estratégias desenvolvidas para a gestão da discriminação, ou com os impactos concretos sobre o comportamento das/os interlocutores. Pelo mesmo requerimento de profundidade pretendido com a realização das entrevistas, e dados os constrangimentos de tempo inerentes ao cronograma previsto para a realização da investigação, decidiu-se trabalhar apenas com uma pequena amostra.

## **Subjectividade**

O estudo pretende centrar-se na análise de experiências de discriminação pessoais reportadas em retrospectiva pelas/os entrevistadas/os, sobre a forma como, seguindo Hansen (2009: 156), a discriminação em si apenas existe a partir da perspectiva de quem é o seu alvo. Essa perspectiva torna possível a análise de como a discriminação é percebida e gerida no quotidiano pelos indivíduos e qual o seu impacto, também em relação à formação de identidade (Ferreira Mendes, 2010). Esse afirma a importância da perspectiva da experiência pessoal em relação à investigação sobre racismo:

“Experience is a central concept in the study of everyday racism. Accounts of racism locate the narrators as well as their experiences in the social context of their everyday lives, giving specificity and detail to events and inviting the narrator carefully to qualify subtle experiences of racism.” (2002: 211)

Esta subjectividade dos dados é considerada uma desvantagem por Maier (2010: 160), impossibilitando desta forma uma contextualização dos mesmos com a situação mais vasta. Além disso, a perspectiva da vítima não consegue explicar a relação entre ideologia/atitude e prática (*ibid.*), *i.e.* mostrar se uma prática discriminatória foi originada por uma ideologia ou um preconceito.

Para este estudo, o primeiro ponto criticado por Maier é em parte refutado pela contextualização histórica de racismo e heteronormatividade, relacionando os discursos e práticas contemporâneas com o colonialismo e com o desenvolvimento da ciência moderna nos séculos XIX e XX no mundo ocidental (Foucault, 1977; Alexandre, 1999;

Miles e Brown, 2003; Gunaratnam, 2003: 8 a 9). Desta forma, ao sublinhar as intersecções históricas entre a constituição de diferenças raciais/étnicas e pressuposições de uma ordem binária de dois géneros heterossexuais (Young, 1996; Hall, 1997b; Ashcroft, Griffiths e Tiffin, 1995; Miles e Brown, 2003), pretende-se depreender as intersecções nas suas expressões contemporâneas. Está claro que, pelo tempo e extensão limitados, este estudo não terá capacidade de contextualizar as experiências de discriminação do quotidiano com fenómenos mais complexos originados por discriminação no nível macro, como é sugerido por Winker e Degele (2009). Para este efeito serão referenciadas obras-chave que ilustram o alcance de racismo e heteronormatividade nas diferentes instituições estatais.

O segundo ponto criticado por Maier (2010) não é relevante para os objectivos deste estudo. Sendo desconhecida pela vítima no momento da discriminação, a intencionalidade por parte da/o perpetrador/a não tem directamente efeito sobre a sua gestão e o seu impacto. Mas, mesmo que as/os entrevistadas/os desconheçam a intencionalidade da/o perpetrador/a, os resultados (Capítulo III) mostram que a desvalorização de uma suposta intencionalidade em si constitui uma estratégia utilizada frequentemente.

Em relação à subjectividade dos dados, é preciso ter consciência da importância da percepção, que difere em cada indivíduo. Trata-se, nas palavras de Machado de uma “[...] observação do racismo mediada pela subjectividade dos migrantes [...]” (2001:56). Segundo Steffens e Wagner (2009: 253) a percepção das próprias experiências depende de vários factores, como por exemplo do medo da discriminação e da homofobia interiorizada, que influenciam os mecanismos de interpretação da realidade.

### **Discriminação – qual?**

O estudo trabalha com um conceito de discriminação operacionalizado a partir de experiências, em todos os domínios da vida quotidiana. Opostamente, dentro dos Estudos de Discriminação, o conceito de discriminação relacionado apenas com a

legislação e práticas institucionais injustas em relação a grupos específicos é predominante. Mas, em Hormel e Scherr (2010: 7) encontra-se uma definição mais vasta, que fundamenta o conceito da discriminação baseada na experiência, descrevendo-a como a totalidade de expressões e práticas degradantes contra um membro de um grupo social. Esta definição é útil para os objectivos deste estudo, pela razão que inclui também experiências em interacções pessoais no nível micro, mostrando desta forma como uma simples ida a um supermercado ou a uma discoteca pode tornar-se num obstáculo significativo para os minorizados.

Uma concepção de discriminação como um fenómeno que ocorre em todos os domínios da vida social proporciona uma descrição aprofundada das diferentes formas de como e quando a discriminação é experienciada e percebida dentro de uma sociedade em específico, contribuindo também para um melhor conhecimento do processo de naturalização de diferença e da formação de grupos sociais (minorizados). Isto significa que discriminação, como um discurso ou prática degradante, se baseia em categorias sociais binárias existentes, mas também constitui tais categorias, construindo diferença para criar dominação e hierarquia.

Dentro das Ciências Sociais é comum a distinção entre três tipos de discriminação: estrutural, institucional e interaccional (Hormel, 2007). Com a introdução das duas primeiras formas pretende-se destacar que a discriminação não pode ser suficientemente explicada apenas com referência a opiniões individuais (Hormel e Scherr, 2010: 9), mas que a exclusão e marginalização de grupos minorizados está enraizada num sistema de dominação maior, tendo efeito sobre todos os domínios da vida. Apesar de reconhecer a importância que esta distinção tem para os estudos de discriminação, a parte empírica deste trabalho foca-se sobretudo em experiências de discriminação interaccionais (como foi mencionado no parágrafo acima), mas está precisamente aberta para a referência a outras formas de discriminação.

Além disso, a discriminação é percebida como uma experiência múltipla, *i.e.*, podendo ter mais do que uma categoria de diferenciação social como base. Esta percepção baseia-se na afirmação de que a identidade é constantemente formada num jogo de múltiplas categorias sociais, impossibilitando a existência de “identidades

puras”, como salienta Ferreira Mendes (2010: 70).

### **Trabalho de campo**

O primeiro passo para a aproximação à temática e ao terreno foi a realização de quatro entrevistas exploratórias em Maio e Junho de 2013. As/os entrevistadas/os foram uma representante de uma associação LGBT\*, uma representante de uma associação de apoio à vítima, um indivíduo integrado tanto no meio LGBT\* como no meio anti-racista e um indivíduo que tinha realizado um trabalho científico sobre racismo na comunidade gay lisboeta. O contacto com estas/es interlocutoras/es foi estabelecido, no caso das associações, através de correio electrónico, e, no caso dos indivíduos singulares, através de contactos pessoais. Estas entrevistas exploratórias cumpriram principalmente duas funções: em primeiro lugar, recolher a informação sobre a questão da discriminação múltipla de modo a permitir o enquadramento desta problemática no contexto específico da Área Metropolitana de Lisboa através do levantamento dos trabalhos que as próprias associações realizaram para dar mais visibilidade a este tipo de discriminação e para apoiar de forma adequada as suas vítimas; em segundo lugar, os contactos tiveram um efeito significativamente positivo sobre a divulgação do pedido de colaboração. Conhecendo o projecto, as/os entrevistadas/os mostraram, em geral, interesse na sua divulgação.

A divulgação do pedido de colaboração para o estudo realizou-se entre Novembro de 2013 e Abril de 2014, primeiro, através de contactos pessoais com indivíduos integrados em grupos LGBT\*, que estabeleceram o contacto com as/os possíveis entrevistadas/os. Posteriormente foi criado um pedido de colaboração standardizado em português e inglês, que foi distribuído por correio electrónico e pelas redes sociais a associações que trabalham nas áreas de imigração, sexualidade e discriminação, solicitando a publicação desse pedido no interior das associações e nas suas plataformas de divulgação (sítios *Web* e redes sociais). Esse pedido foi ainda afixado sob a forma de cartazes no Centro LGBT da associação ILGA Portugal e em

duas faculdades em Lisboa. Por último, os contactos estabelecidos com indivíduos interessados na participação no estudo levaram igualmente ao conhecimento de outras/os possíveis interlocutoras/es (metodologia de bola de neve).

Procurando integrar indivíduos transexuais no estudo, foram tomadas algumas medidas especiais para a divulgação do pedido de colaboração no meio *trans*. Através de contactos pessoais com três indivíduos que trabalham profissionalmente com trabalhadores de sexo transexuais, pretendeu-se entrar em contacto com possíveis entrevistadas/os. Todavia, por questões de confidencialidade e profissionalismo, estes indivíduos recusaram estabelecer o contacto.

No total, das/os dez entrevistadas/os, seis foram contactadas/os através das redes de contacto pessoais, dois foram contactos estabelecidos a partir de outras/os entrevistadas/os e apenas dois indivíduos conheceram o estudo através da divulgação por parte de uma associação LGBT\*. Foram vários os meios utilizados para o primeiro contacto com as pessoas interessadas: telefone, correio electrónico ou redes sociais.

Tendo estabelecido o contacto com os indivíduos interessados, foi-lhes sugerido um encontro antes da realização da entrevista. Este encontro foi importante por três razões: em primeiro lugar, porque serviu como apresentação do estudo, dos seus objectivos e dos temas abordados na entrevista, dando oportunidade para o esclarecimento de dúvidas por parte das/os interlocutoras/es, em segundo lugar, importava dar tempo às/aos interlocutoras/es, tanto para estes se sensibilizarem com a temática, como para terem a possibilidade de reflectir sobre o seu interesse em participar; terceiro, dando oportunidade para o conhecimento mútuo entre a/o entrevistada/o e a investigadora, o encontro teve a função de facilitar o discurso sobre o tema eventualmente percebido como sensível. Os encontros foram realizados em cafés na cidade de Lisboa. Das/os dez participantes com apenas dois não foi possível realizar um encontro antecipado. Num dos casos, isso influenciou negativamente a qualidade da entrevista na medida em que a entrevistada não estava suficientemente informada sobre o tema da entrevista. Assim, esta interlocutora foi pouco preparada para a entrevista, o que originou respostas mais curtas e menos explicativas.

Procurava-se no encontro antecipado antes da entrevista, sobretudo, pedir



autorização a gravação do seu conteúdo. Para uma melhor qualidade de som na gravação solicitou-se que as entrevistas fossem realizadas em locais calmos. Em quatro casos realizou-se na casa da/o entrevistada/o e num outro realizou-se no local de trabalho. Quando foi impossível a realização da entrevista na própria casa, procurava-se encontrar um local alternativo, utilizando-se os contactos estabelecidos com duas associações. Em cinco casos as associações disponibilizaram um espaço adequado à realização da entrevista.

As entrevistas foram realizadas nos meses de Dezembro de 2013 e Janeiro de 2014, com excepção de duas realizadas em Abril de 2014 e tiveram durações que variaram entre 45 minutos e 2 horas e 45 minutos. Foram feitas em português, excepto uma, em inglês. As entrevistas estavam organizadas em cinco blocos centrais, que se reflectem na apresentação dos resultados (Capítulo III): os *coming-outs*, as experiências de discriminação concretas em diferentes contextos, as experiências de discriminação múltipla e a sua percepção, a gestão da discriminação e o desenvolvimento de estratégias, o impacto das experiências na vida quotidiana e na formação identitária.

### **Precauções especiais na realização das entrevistas**

Com o objectivo de não determinar o discurso das/os entrevistadas/os com conceitos politicamente “pesados”, o termo racismo não foi utilizado quando eram referidas as suas experiências de discriminação. Em vez disso, foi usada a descrição “discriminação em função da origem e/ou nacionalidade”, sendo tanto a origem (país de origem) e a nacionalidade fenómenos concretos na vida das/os entrevistadas/os que tinham imigrado para Portugal. Além disso, foi desta forma evitado pressupor uma identificação das/os entrevistadas/os com uma categoria étnica ou racial à partida.

Por essa razão na apresentação dos resultados no Capítulo III o termo racismo também só será utilizado olhando, por um lado, para o posicionamento das próprias experiências de discriminação em função da origem e/ou nacionalidade em relação ao conceito de racismo e, por outro lado, para a avaliação do racismo em Portugal como um problema social. Olhando para as respostas a estas questões (pp. 78 a 79), a decisão

de não utilizar o termo racismo parece ter sido adequada, sendo que as/os entrevistadas/os distinguem por várias razões as suas experiências do conceito de racismo.

Por sua vez, o conceito da heteronormatividade não foi utilizado nas entrevistas, privilegiando termos mais conhecidos como sexismo, homofobia e transfobia, quando se referia à discriminação em função do género, da orientação sexual e identidade de género. Para o contexto académico deste estudo, os termos homofobia e transfobia apenas são aplicados na secção sobre a percepção das/os entrevistadas/os face ao ambiente de discriminação em Portugal, concordando com a crítica de Castro Varela (2012: 16) de que o termo “fobia” sugere uma ideia de que os homossexuais e transsexuais, “os outros”, produzirem medo na maioria. Além disso, o termo deixa pressupor o medo de uma pessoa singular como única causa da discriminação em função da orientação sexual e identidade de género, ignorando a sua influência nas instituições e estruturas.

### **Transcrição e análise do material**

Após a sua realização, as entrevistas gravadas foram transcritas, utilizando o programa de transcrição f4, para estabelecer uma análise mais profunda das narrativas exactas das/os entrevistadas/os. A análise de conteúdo foi feita com recurso ao programa MAXQDA, e seguindo os seguintes conjuntos de questões:

- Em que contextos e locais as/os entrevistadas/os experienciam discriminação?
- Em que medida as características corporais são consideradas relevantes na discriminação? Até que ponto a visibilidade da diferença é um indicador relevante nas experiências de discriminação? Quais são os símbolos corporais identificados pelas/os entrevistadas/os nas experiências de discriminação?
- Em que medida as/os interlocutoras/es tiveram experiências de discriminação?

múltipla? Qual a sua percepção da inter-relação entre diferentes categorias de diferenciação?

- De que forma as/os entrevistadas/os lidam com as experiências de discriminação? Até que ponto conseguem lidar melhor com a discriminação? Foram desenvolvidas estratégias para gerir melhor as experiências?
- Qual a percepção das suas próprias experiências de discriminação? As experiências de discriminação em função à origem/nacionalidade são avaliadas como racismo?
- Como é avaliada a situação em Portugal em relação ao racismo, homofobia e transfobia? Qual a percepção das/os entrevistadas/os sobre as causas da discriminação? Como é justificada a discriminação? Qual a percepção sobre indicadores socio-económicos em relação à disposição para a discriminação?
- Qual o impacto das experiências de discriminação sobre a vida quotidiana? Até que ponto as/os interlocutoras/es alteram o seu comportamento para evitar situações de discriminação? Que práticas são utilizadas para invisibilizar a diferença? Como é avaliado o impacto das experiências de discriminação na formação identitária?

### **Caracterização da amostra**

Foram entrevistadas/os cinco homens *cisgender*, dos quais quatro se auto-identificavam como sendo gay, e um como bissexual, quatro mulheres *cisgender*, das quais duas se auto-identificavam como lésbicas, e duas como bissexuais, e uma mulher transsexual heterossexual. As/os entrevistadas/os tinham idade entre 19 e 50 anos, e residiam entre 4 e 17 anos na Área Metropolitana de Lisboa, excepto um/a que viveu também no Algarve desde a sua chegada. No momento da entrevista, nove das/os entrevistadas/os moravam no centro de Lisboa, e apenas um/a nos arrabaldes. As

nacionalidades presentes entre as/os participantes são: brasileira, francesa, finlandesa, turca, moçambicana e uma nacionalidade de um país norte-europeu, sendo que uma entrevistada tinha dupla-nacionalidade francesa-portuguesa. O nível escolar varia entre o 12.º, escola profissional, licenciatura e o nível pós-graduado, estando dois participantes ainda em formação. As ocupações profissionais são diversas : *call center*, restauro de mobiliário, marcenaria. Duas/dois entrevistadas/os estão desempregadas/os.

Pretendeu-se obter a maior diversidade possível em relação à nacionalidade e orientação sexual e identidade de género. Mesmo assim, durante a experiência de terreno contactámos predominantemente com interlocutoras/es de nacionalidade brasileira, e com uma amostra onde se encontram subrepresentados indivíduos transexuais e *transgender*, o que foi resultado de uma divulgação próxima dos prazos de início da fase de recolha de dados.

## **II – Estrutura conceptual**

Este capítulo apresentará a estrutura conceptual deste estudo, apresentando as teorias, terminologias e problemáticas centrais nas quais este se baseia. Partindo da teoria do poder de Foucault, o discurso é descrito na sua função de produtor de conhecimento, e de construtor de categorias sociais, atribuindo significados específicos a objectos, pessoas e palavras (Hall, 1997a: 21). Neste contexto, discutir-se-á ainda o corpo como interface das várias categorias sociais, que, por um lado, nele exercem um impacto normativo, e por outro são estabelecidas através de actos repetitivos (*performatividade*). A prática de discriminação baseia-se no pressuposto da existência de diferença e de superioridade, utilizando as categorias sociais cultural e historicamente formadas, como afirma Butler: “The speaker who utters the racial slur is thus citing that slur, making linguistic community with a history of speakers.” (1997: 52). Reflectindo sobre os objectivos do estudo, serão tratadas categorias sociais que constroem o Outro a partir de parâmetros de sexualidade e género, de origem, de etnicidade, de raça e de nacionalidade.

Num primeiro momento, a construção histórica de cada um dos dois complexos será analisada a partir de teorias e investigações acerca dos conceitos de racismo e heteronormatividade. O foco da análise será no colonialismo e no desenvolvimento da ciência nos séculos XIX e XX – época na qual as categorias sexuais, raciais e étnicas adquirem parte significativa dos seus sentidos contemporâneos (Foucault, 1977; Alexandre, 1999; Miles e Brown, 2003; Gunaratnam, 2003: 8 a 9) – e a correlação destas configurações históricas com manifestações coevas em Portugal.

Num segundo momento serão discutidas as intersecções históricas entre a constituição da diferença racial/étnica e o sistema de género binário e da heterossexualidade. Neste contexto, o conceito da interseccionalidade demonstrou ser útil para a análise das inter-relações entre várias relações de poder e as experiências de discriminação múltipla, *i.e.* a discriminação baseada em mais do que uma razão.

## **Poder, discurso e saber**

Foucault (2005: 285) aborda o poder como algo estratégico, que não se expressa em proibições e leis, enquanto um poder surgido de cima para baixo, mas sim em todas as relações. O poder tem um carácter produtor de realidade e é constituído através de discursos, no interior dos quais o saber é organizado (*idem*, 1977: 94). Formulando apenas um saber específico como verdade, o poder está omnipresente em todas as declarações de verdade e de falsidade nos sistemas de pensamento e de valores. Como afirma Spargo:

“For Foucault, a discourse is a strongly bounded area of social knowledge, a system of statements within which the world can be known. The key feature of this is that the world is not simply ‘there’ to be talked about, rather, it is through discourse itself that the world is brought into being. It is also in such a discourse that speakers and hearers, writers and readers come to an understanding about themselves, their relationship to each other and their place in the world (the construction of subjectivity). It is the ‘complex of signs and practices which organises social existence and social reproduction’.” (1999: 70 a 71)

O conceito de poder abordado por Foucault (1977: 93 a 97) entende-se como uma força: por um lado repressiva; por outro, produtiva. Estende-se em discursos e práticas, instituições e aparelhos, e estabelece “regimes de verdade”. Resulta que é sempre um saber específico que é formulado como verdade em discursos específicos.

Partindo desta afirmação, pode concluir-se que todo o saber é construído através de discursos. Definindo o discurso como um sistema de representação (Hall, 1997a: 44), através do qual os significados são produzidos e fixados de uma maneira diferente em cada sociedade, cada cultura e cada período temporal, significa afirmar que os significados não são inerentes à realidade social, mas antes construídos e naturalizados (*ibid.*: 21). Isto quer dizer que o significado construído e transmitido em discursos é essencial para a percepção de uma realidade, mas que este significado é sempre algo histórica e culturalmente formado: “[...] we can only have a knowledge of things if they have a meaning, it is discourse – not the things-in-themselves – which produces knowledge” (*ibid.*: 45). A dimensão das representações realça a questão da produção

social de significados e o modo como, em consequência disso, saberes específicos se tornam dominantes.

Desta forma, a identidade, definida como “[...] a structural representation of self and of Others (as persons, groups or categories of social beings), creating images of order, permanence, belonging, unity, distinction and moral superiority [...]” (Bastos *et al.*, 2006: 204), também se entende como constantemente construída, não tendo nenhuma essência. Como sublinha Spargo:

“The words I use, the thoughts I have, are bound up with my society’s constructions of reality; just as I see the colours defined by the spectrum, so I perceive my sexual identity within the set of ‘options’ determined by a cultural network of discourses.” (1999: 52)

Perceber a realidade como construção social não significa desprezar o facto dos indivíduos estarem fixados a essa realidade e às experiências que têm dentro desta. Mesmo que se entendam as categorias de diferenciação como uma construção social, as experiências de discriminação são, num certo sentido, reais, com todos os efeitos daí decorrentes para os indivíduos (Castro Varela, Mohamed e Thaler, 2012: 140, Gunaratnam, 2003: 6 a 7).

### **O corpo e a construção do Outro**

No nível de interacção social, as categorias de diferenciação, criadas em discursos, são utilizadas com o objectivo de encaixamento do Outro nessas categorias. Esta categorização também origina a discriminação através da diferenciação do “Outro” e da sua subvalorização. Referindo-nos à afirmação de Reuter (2011: 64), de que o corpo possibilita a interacção e a sociabilização entre os indivíduos, percebemos que este ocupa um papel extremamente importante neste processo, devido principalmente à sua fácil acessibilidade. Por isso, numa interacção, o corpo serve como primeiro recurso para um maior conhecimento da/o outra/o, sendo o alvo principal para marcar a diferença através da identificação de símbolos corporais, como salienta Goffman:

“The information, as well as the sign through which it is conveyed, is reflexive and embodied; that is, it is conveyed by the very person it is about, and conveyed through bodily expression in the immediate presence of those who receive the expression.” (1968: 59)

Ora, Foucault entende o corpo como primeiro alvo das relações de poder/saber na idade moderna (McNay, 1992: 28), mostrando sobretudo em *Discipline and Punish* (1991) e em *The History of Sexuality. An Introduction* (1987) de que forma as relações de poder são inscritas no corpo. Nas duas obras acima referidas, distinguem-se sobretudo três práticas: em primeiro lugar, a classificação, relacionada com a criação de saber sob a forma de categorias, em muitos casos binárias; em segundo lugar, a regulação ou normalização, que tem como objectivo criar um saber do “normal” e determinar o comportamento do corpo; em terceiro, a patologização, que consiste na construção do “Outro” como “anormal” ou “doente”, criando uma hierarquia de comportamentos, identidades e sujeitos. O processo é bidireccional: por um lado, a diferença é inscrita no corpo e; por outro, o corpo é utilizado para possibilitar a naturalização dessa mesma diferença (Hall, 1997b: 245).

Nos estudos pós-coloniais, a construção do Outro é descrita pelo termo “Othering”, um processo dialéctico que constitui tanto o sujeito colonizador, como o sujeito colonizado (Ashcroft, Griffiths e Tiffin, 1995: 171). Sendo uma “dialectic of Self and Other” (Miles e Brown, 2003: 19), a construção do Outro, portanto, tem a função de criar também a própria identidade.

### **Racismo e imigração: diferença racial e étnica**

#### **A origem do conceito de racismo – a invenção das raças humanas**

Entre as/os cientistas sociais que trabalham sobre questões de racismo e discriminação, é unívoca a afirmação de que a origem do conceito remonta aos tempos do colonialismo, nomeadamente aos séculos XVIII e XIX (Foucault, 1977; Alexandre, 1999; Miles e Brown, 2003; Gunaratnam, 2003: 8 a 9). Foi nessa época, a favor do espírito iluminista, que se desenvolveram teorias de classificação racial (Rosário, Santos



e Lima, 2011: 26), que, por sua vez, geraram a criação de uma teoria de raça. Esta baseia-se, segundo Ferreira Mendes (2010: 35 a 37), em três ideias chave: o pressuposto de uma divisão natural da espécie humana em raças; o pressuposto de capacidades intelectuais e morais diferentes destas raças; e o pressuposto destas diferenças estarem ligadas à fisionomia, *i.e.* características biológicas, consideradas naturais, estabelecendo uma hierarquia entre as diferentes raças. Este racismo biológico, cientificamente fundado por teóricos como Goubineau e Galton, tornaram-se instrumentos-chave para a sustentação científica das políticas de colonização.

Segundo Machado (2000: 11), a relação entre os dois fenómenos, teoria e política, deve ser percebida como dialéctica: por um lado, o crescente contacto com outras culturas devido ao colonialismo causava um interesse enorme em encontrar explicações científicas para as divergências encontradas; e, por outro lado, a teoria de raça serviu para legitimar as políticas coloniais. É neste sentido que Rosário, Santos e Lima afirmam:

“Só no século XVII o termo aparece já na aceção que tem por base uma representação do Outro que opõe uma raça superior (brancos) a uma raça inferior (africanos, asiáticos, índios da América, habitualmente chamados de selvagens). As diferenças entre a “raça superior” e a “raça inferior”, que legitimavam diversas formas de discriminação – exploração, escravatura, colonização –, eram entendidas como resultantes de aspetos culturais, do meio ambiente, do grau de civilização ou da religião.” (2011: 25)

É importante acentuar que a ideia da superioridade da “raça branca” teve não só o seu efeito no campo político, *i.e.* no sucesso da ocupação de territórios e na expansão colonial, mas também na esfera económica, justificando práticas de escravatura e trabalho forçado<sup>3</sup>. É sobretudo através da disciplina da Antropologia Física que as raças são distinguidas segundo características fenotípicas, inscrevendo a diferença racial no corpo. Isto significa que as diferenças fenotípicas não são “*terreno neutro*” (Cabecinhas, 2007: 38), sendo um produto das definições sociais hegemónicas existentes nessa época.

Também em Portugal a política do colonialismo utiliza o racismo científico para legitimar a ocupação territorial, a escravatura, o trabalho forçado e a contestação da miscigenação (Alexandre, 1999: 135 a 136; Rosário, Santos e Lima, 2011: 39 a 40).

---

3 Para uma contextualização de racismo na exploração colonial ver Miles e Brown (2003: 117 a 141).

Teóricos como Andrade Corvo, Oliveira Martins, António Enes e Ferreira da Costa<sup>4</sup> tentavam explicar a inferioridade das/os negras/os através de diferenças biológicas e psíquicas, “branqueando” desta forma a colonização como missão civilizadora (Rosário, Santos e Lima, 2011: 40). Na ditadura salazarista este “espírito de missão civilizadora” é ainda reforçado (*ibid.*: 42), até se encontrar confrontado com uma mudança de paradigma após a Segunda Guerra Mundial.

### **Desenvolvimento na era pós-guerra: descolonização e luso-tropicalismo**

A Segunda Guerra Mundial e o Holocausto podem ser descritos como pontos de viragem no sucesso do racismo biológico, abolindo-o dos discursos políticos e científicos e proclamando a substituição da categoria de raça pela categoria de etnicidade dentro destes discursos<sup>5</sup>. Com o início do processo de descolonização o Estado Novo encontra-se sob uma crescente pressão internacional anti-colonialista (Alexandre, 1999: 141; Rosário, Santos e Lima, 2011: 47).

Nestas circunstâncias o regime adopta a teoria do luso-tropicalismo, fundada nos anos 30 por Gilberto Freyre, com o objectivo de legitimar a continuidade do império português (Cabecinhas, 2007: 55), afirmando uma especial aptidão dos portugueses ao contrário das outras nações colonizadoras, para lidar com outras culturas (Rosário, Santos e Lima, 2011: 48). Em torno desta mudança, o discurso colonialista foi adaptado à nova ideologia<sup>6</sup>:

“Verificamos assim que, antes da Segunda Guerra Mundial, na ideologia dominante do Estado português, subsistem imagens do negro como “inferior”, “selvagem”, “subalterno”, que vigoram em paralelo com as teorias pseudo-científicas promovidas para justificar a dominação colonial. As imagens inversas, em que ao negro aparecem associados traços positivos, são geralmente as decorrentes da influência civilizadora do Homem Branco: a transformação de um negro “selvagem” num negro “civilizado”, isto é, “assimilado”.” (*ibid.*: 47)

Segundo algumas/uns autoras/es portuguesas/es, a ideologia luso-tropicalista

---

4 Para mais detalhes sobre as obras dos autores referidos, ver: Alexandre (1999).

5 UNESCO (1969), *Four statements on race*. Paris: UNESCO.

6 Para uma elaboração de racismo na colonização portuguesa, ver: Cabecinhas (2007: 43 a 59).

continua presente e viva na sociedade portuguesa, como se reflecte em afirmações de que não existia racismo em Portugal (Marques, 2007) e de que Portugal era um país de “brandos costumes” (Rosário, Santos e Lima, 2011), até o sentimento de um “modo de estar no mundo específico” (*ibid.*). A continuidade luso-tropicalista na identidade nacional portuguesa tem um efeito grande sobre a forma como o racismo é exprimido, *i.e.* mais subtil, segundo Vala, Brito e Lopes (1999), e como é percepcionado como um problema:

“[...] a sua permanência acaba por ter um duplo efeito: por um lado, é facilitador da perpetuação de preconceitos e sentimentos paternalistas e de superioridade em relação aos negros [...] e da difusão de um racismo subtil [...], por outro, é limitativo da apropriação política de discursos racistas ou anti-imigração [...]” (Rosário, Santos e Lima, 2011: 93)

Por outras palavras, a ideologia luso-tropicalista mantém-se presente na sociedade portuguesa contemporânea em algumas manifestações de carácter xenófobo, em particular relativamente a populações provenientes de ex-colónias, o que, por outro lado, impediu o surgimento, ou pelo menos a generalização, de comportamentos e atitudes racistas flagrantes, tanto políticas como da sociedade civil, à semelhança de processos ocorridos em outros países europeus com passado colonial.

### **Racismo biológico – racismo cultural: raça ou etnicidade**

Depois da Segunda Guerra Mundial verifica-se nas sociedades ocidentais também uma transformação nos discursos e práticas racistas, já não tendo a sua base em diferenças biológicas, mas em diferenças culturais (Machado, 2000: 12; Marques, 2000: 36; Essed, 2002: 203; Rosário, Santos e Lima, 2011: 32). Desta forma, os trabalhos sobre o racismo contemporâneo têm como objectivo explicar esta mudança e examinar qual o tipo de relação entre as duas formas de racismo.

Um ponto de discussão central nas teorizações do racismo contemporâneo é a distinção da categoria de raça da de etnicidade. Neste contexto, a raça é definida como uma categoria baseada em diferenças biológicas, “[...] na maior parte das vezes com

recurso a certos traços fenotípicos [...]” (Marques, 2001: 108), sendo utilizada nas formas mais tradicionais de **racismo biológico**, enquanto a etnicidade se refere a diferenciações culturais que classificam indivíduos segundo a sua suposta origem (Poutignat/Streiff-Fenart *apud* Marques, 2001: 120), sendo utilizada nas formas mais contemporâneas de **racismo cultural**. Com o uso de etnicidade, que se origina não na natureza, mas na cultura, um fenómeno maleável e instável, pretende-se evitar o essencialismo assente em diferenciações biológicas, e desta forma permitir um discurso sobre diferenças sem determinismo (biológico) e hierarquização.

Porém, algumas/uns teóricas/os argumentam que a utilização da categoria de etnicidade não livra automaticamente da essencialização de diferenças, sublinhando a continuidade de paradigmas deterministas no conceito da etnicidade:

“Biological racism privileges markers like skin colour, but those signifiers have always also been used, by discursive extension, to connote social and cultural differences... The biological referent is therefore never wholly absent from discourses of ethnicity, though it is more indirect. The more 'ethnicity' matters, the more its characteristics are represented as relatively fixed, inherent within a group, transmitted from generation to generation, not just by culture and education, but by biological inheritance, stabilized above all by kinship and endogamous marriage rules that ensure that the ethnic group remains genetically, and therefore culturally 'pure'.”(Hall *apud* Gunaratnam 2003: 4)

É a favor desta afirmação que algumas/uns psicólogos sociais exploram a relação entre processos de racialização e etnicização no contexto português (Vala, Brito e Lopes, 1999; Vala, Lopes e Brito, 1999; Vala e Lima, 2003; Cabecinhas, 2007). No estudo desenvolvido por Rosário, Santos e Lima (2011) pode ver-se que o conceito de raça ainda está activo nas conversas coloquiais entre portugueses, sobretudo em relação a negras/os e ciganas/os.

Vala, Brito e Lopes (1999: 161) sublinham a existência de essencialismo em processos de diferenciação, tanto baseados em diferenças biológicas, como em diferenças culturais, sendo no entanto as diferenças biológicas “de superfície” a partir das quais a categorização é realizada utilizadas apenas depois para explicar diferenças culturais (*ibid.*: 163; também Rãthzel, 2010: 285). A hipótese dos autores é a de que a categoria de raça continua a estar presente nos processos de diferenciação, mas, devido

a uma “norma anti-racista”, é suprimida e reconvertida em diferença cultural (Vala, Brito e Lopes, 1999: 148). Também Marques (2000: 44 a 45) descreve o racismo cultural como essencialista, tratando indivíduos como grupos homogêneos com características fixas e apontado sobretudo a certas populações imigrante. Este racismo cultural está, no entanto, internamente ligado ao racismo biológico: “O reducionismo que caracterizava o determinismo bio-racial oitocentista cedeu o lugar a um outro reducionismo: um determinismo cultural absoluto. A cultura é concebida como uma segunda natureza [...]” (*ibid.*: 45).

É neste contexto que se pode afirmar que o uso do termo etnicidade pode, de uma certa forma, conduzir ao esquecimento da longa história do racismo e dos seus impactos nas formas contemporâneas de racismo, ignorando a sua ligação à “biologização racializada”, como é afirmado por Lutz, Herrera Vivar e Supik (2010: 19).

### **Racismo como preconceito<sup>7</sup>**

As/os autores da psicologia social acima referidas/os são, entre outras/os, quem trabalha a dimensão do racismo como preconceito, focando-se em questões ligadas à categorização social e relações inter-grupais. No contexto português, os trabalhos de Vala e colaboradoras/es têm sido de enorme influência no estudo do racismo contemporâneo. Partindo do trabalho de Pettigrew e Meertens (1995), lançam a hipótese de que, hoje, o racismo se expressa de **formas mais subtis**, com base nas diferenças culturais e já não biológicas, devido a uma norma anti-racista estabelecida depois da Segunda Guerra Mundial:

“Se o racismo mais tradicional, como se mostrou, se exprime através de crenças sobre a inferioridade racial dos negros, a indesejabilidade de mistura de “raças” e a percepção de que eles constituem uma ameaça, o racismo subtil exprime-se através de crenças socialmente aceitáveis, mesmo em sociedades formalmente anti-racistas.” (Vala, Brito e Lopes, 1999: 46)

Aplicando questionários em algumas cidades portuguesas, perguntando pela

---

<sup>7</sup> A subdivisão em parágrafos segue as três dimensões de racismo distinguido por Machado (2000): o racismo como ideologia, o racismo como preconceito e o racismo como prática.

opinião das/os respondentes acerca de alguns pressupostos sobre diferenças entre o grupo “os portugueses” e o grupo “os negros residentes no nosso país”, foi-lhes possível verificar uma maior expressão de diferenças culturais e de valores do que biológicas, não obstante a inferiorização observada tanto nos processos de racialização (*ibid.*: 46) (diferenciação baseada em diferenças biológicas), como nos de etnicização (diferenciação baseada em diferenças culturais).

No entanto, esta distinção não deve ser interpretada como um progresso para uma sociedade anti-racista, sendo as formas de racismo subtil mais difíceis de identificar e percepcionar como tal, utilizando discursos socialmente mais aceites, o que faz com que estas sejam também mais dificilmente de combater. Além disso, como critica Machado (2000: 17), o racismo subtil é diferente na sua natureza, mas não necessariamente em termos da sua intensidade. Todavia, no seu estudo sobre experiências de discriminação de imigrantes guineenses, Machado (2001) observa que o racismo flagrante não foi completamente substituído pelo racismo subtil, sendo uma realidade admitida na vida das/os suas/seus entrevistadas/os.

Existem, contudo, algumas reversas relativamente a alguns dos trabalhos discutidos no âmbito do enquadramento proposto. Os diferentes estudos realizados na psicologia social dentro do contexto português parecem basear-se em dicotomias conflituantes, “os portugueses” e “os negros residentes no nosso país” (Vala, Brito e Lopes, 1999; Vala, Lopes e Brito, 1999) / “os brancos” e “os negros” (Vala e Lima, 2003) / “os portugueses” e “os angolanos” (Cabecinhas, 2007), e desta forma, ao essencializarem os dois grupos como dois pólos contraditórios (“opostos”) não dão oportunidade para exprimir atitudes não essencialistas por parte das/os participantes. Além disso, o confronto dos “portugueses” com os “negros residentes no nosso país” subjuga com os pressupostos de que todas/os as/os portuguesas/es são brancas/os e todas/os as/os negras/os são imigrantes e não têm nacionalidade portuguesa. Além da ligação entre uma afirmada categoria racial com uma nacionalidade (português/a-branca/o vs. imigrante-negra/o) ser consideravelmente problemática para uma postura anti-racista e anti-essencialista, esta dicotomização não se encontra reflectida na realidade, sendo apenas um paradigma predominante nos discursos quotidianos sobre imigrantes e as chamadas “minorias étnicas”. Desta forma, assentes nesta

dicotomização, estes estudos não contribuem para uma desconstrução das categorias raciais, étnicas e nacionais, antes fortalecendo as distinções essencialistas e estereotípicas já existentes.

Uma outra crítica relativamente aos trabalhos da psicologia social foi exprimida por Machado (2000: 15-16) em relação à definição de racismo feita, entre outros, por Dijk (1987), acusando-os de generalização conceptual no sentido em que a “simples” representação simbólica (categorização) racial ou étnica é entendida como um preconceito racista, tornando o racismo uma fatalidade e, desta forma, impossibilitando que seja combatido.

### **Racismo como discriminação**

Olhando para os objectivos do estudo, esta dimensão é de elevada relevância, por incluir práticas discriminatórias racistas, tanto a nível **individual** quanto a nível **institucional**. Criticando a distinção habitual entre estas duas formas, Essed introduz no livro *Understanding Everyday Racism: An Interdisciplinary Theory* o conceito de **racismo quotidiano**, definindo-o como:

“[...] a process in which (a) socialized racist notions are integrated into meanings that make practices immediately definable and manageable, (b) practices with racist implications become in themselves familiar and repetitive, and (c) underlying racial and ethnic relations are actualized and reinforced through these routine or familiar practices in everyday situations.”(1991: 52)

Analisando as experiências de racismo quotidiano de mulheres negras residentes nos Países Baixos e nos Estados Unidos, a sua hipótese é a de que os níveis macro e micro se encontrem inter-relacionados na vida quotidiana, não justificando a sua distinção analítica (*ibid.*: 288). Isto significa que o racismo expresso em interações directas com outros indivíduos e em instituições está ligado a estruturas complexas de desigualdade e segregação nas sociedades ocidentais (*idem*, 2002: 208): é um sistema que, por um lado, produz práticas racistas, e, por outro, é reproduzido por estas. Descrevendo racismo quotidiano como um “complexo de práticas cumulativas” (*ibid.*), a autora sublinha a importância de perceber o impacto de experiências de racismo no

passado sobre experiências actuais.

Segundo a visão de Machado (2000: 25), a conceptualização do racismo feita por Essed conduz mais uma vez à uma ideia daquele como fatalidade, tornando-o um “sistema sem actores”. Esta crítica parece estar sobretudo relacionada com o argumento de Essed de que as práticas racistas não têm de ter necessariamente uma intenção racista como fundamento (1991: 50), sendo reproduções de um sistema que descreve o racismo como “normalidade”. Por outro lado, afirmando o racismo como um fenómeno com raízes históricas longas e complexas, parece insuficiente entendê-lo apenas como uma “má” atitude, convicção ou prática de alguns indivíduos. O conceito de racismo quotidiano por sua vez consegue explicar o racismo como um fenómeno de preconceitos e práticas normalizados, tornar a intencionalidade invisível.

Além disso, a complexidade da conceptualização de Essed fica também demonstrada na constante afirmação dos impactos de outras categorias sociais, como género e classe, na experiência do racismo quotidiano, falando no caso específico do seu objecto de estudo em “gendered racism” (*ibid.*: 283). A única aparente debilidade da obra de Essed encontra-se no facto de o racismo ser definido exclusivamente como um conflito entre brancas/os e negras/os (*ibid.*: 39), falhando no enquadramento da hostilidade face à população imigrante.

Por sua vez, Machado publicou em 2001 um estudo que pretende igualmente focar as experiências de discriminação a partir da perspectiva das vítimas, no caso específico do estudo das/os imigrantes guineenses/es. O estudo questiona as abordagens recentes que pretendem substituir o racismo flagrante pelo racismo subtil (Vala, 1999), mostrando que o primeiro tipo continua a existir no quotidiano das/os imigrantes em Portugal. Analisando a interdependência entre a percepção de racismo e o estado de integração do indivíduo na sociedade portuguesa, Machado conclui que as discriminações racistas são causadas pelo contraste tanto em termos culturais, como sociais, que a/o imigrante simboliza em comparação com a sociedade portuguesa:

“Sem ignorar a importância de outros factores, ideológicos ou políticos, por exemplo, pode dizer-se que a expressão do racismo depende, em boa medida, da configuração que em cada momento tem o espaço da etnicidade, ou seja, dos contrastes e continuidades, sociais e culturais, da minoria ou



minorias em questão com a sociedade envolvente.“ (2001: 71)

Resumindo, segundo Machado (*ibid.*: 55), é a visibilidade das diferenças sociais e culturais que torna as/os imigrantes um maior alvo de discriminação, sendo mais percebidas/os como uma ameaça. Esta conclusão está relacionada com a hipótese de Vala e Lima (2003: 179) que por sua vez, pretende pôr em questão a ideia de que a assimilação cultural e social das/os imigrantes na sociedade acolhedora conduzirá à redução de práticas discriminatórias, afirmando que a diferença nunca é a causa da discriminação, mas sim a consequência. No caso de Machado (2001), não é claro qual o posicionamento do autor, pondo em consideração o facto de o carácter construído da diferença não ser mencionado. A afirmação de que menos diferenças visíveis têm um efeito atenuante sobre a quantidade e intensidade de experiências de racismo parece responsabilizar as/os imigrantes pelo contraste que causam, reclamando a sua assimilação a fim de combater o racismo.

Um outro estudo de Marques (2007) pretende, através de entrevistas, opor à ideologia luso-tropicalista, expressa na crença no anti-racismo português, a existência de dois racismos distintos na sociedade portuguesa, tendo cada qual um “objecto” diferente:

“A distinção idealtípica entre racismo desigualitário ou de inferiorização e racismo diferencialista revelou-se de extrema utilidade para demonstrar, por um lado, que os imigrantes de origem africana e os seus descendentes são objecto de um racismo discriminatório que ainda tem muito a ver com o passado colonial do país e que, por outro lado, os ciganos se vêm confrontados com um racismo de contornos diferencialistas que tem as suas fontes quer nos pesados preconceitos herdados do passado, quer nas mudanças sofridas pela sociedade portuguesa e pelos seus próprios modos de vida.“ (*ibid.*: 19)

Nesta citação pode constatar-se que as formas mais contemporâneas de racismo estão internamente ligadas ao colonialismo português e aos discursos dominantes nessa época. Comparando os casos da Grã-Bretanha e de Portugal, Dias (2010: 180) chega igualmente à conclusão de que os estereótipos existentes nos tempos coloniais persistem nas sociedades pós-coloniais, sendo transformados em práticas discriminatórias a nível institucional, assim como no sistema de educação, na segregação e no acesso ao emprego. A nível jurídico, tem havido um grande investimento evidente por parte do

governo e da União Europeia, no sentido de implementar o paradigma da igualdade de tratamento na legislação nacional, como é mostrado por Rosário, Santos e Lima (2011: 70 a 91).

Um outro estudo, realizado por Ferreira Mendes (2010), concentra-se em material empírico qualitativo para descrever a percepção de racismo institucionalizado (trabalho, saúde, habitação, SEF, acesso à justiça, escola) experienciado por imigrantes russas/os e ucranianas/os, cuja presença em Portugal ainda é relativamente recente. Foca-se ainda na questão das representações, tanto das/os portuguesas/es sobre as/os imigrantes da Europa de Leste, e vice-versa, tendo como objectivo perceber como as/os próprias/os imigrantes se posicionam em relação à sociedade acolhedora e à discriminação.

### **Imigrantes como ameaça para a nação**

O facto do conceito de nação ter as suas origens históricas e geográficas na mesma época e na mesma região, *i.e.* o mundo ocidental, da categoria de raça conduz alguns autores à conclusão de que existe uma relação estreita no desenvolvimento dos dois paradigmas (Miles e Brown, 2003: 10; Marques, 2001: 124). A nação como “comunidade imaginada” (Anderson, 1983) funciona como um sistema de diferenciação que mantém e defende uma fronteira entre “nós”, as/os cidadãs/ãos, e “elas/es”, as/os não-cidadãs/ãos (Yuval-Davis, 1997: 26), fazendo dessa forma parte de um conjunto de categorias sociais que trabalham como mecanismos de exclusão e inclusão.

Nos discursos nacionalistas do século XIX encontram-se argumentos baseados na teoria de raça com o objectivo de explicar a existência de características biológicas comuns entre todos os membros (Miles e Brown, 2003: 145 a 146). Além disso, a constituição da nação baseia-se na ideia de uma origem comum entre todos os seus membros (Yuval-Davis, 1997: 19), uma característica também encontrada nas categorias étnicas e raciais:

“However, while they are difficult to ground, what is common to them [ethnic, national or racial categories; a autora], in all their diversity, is that

they involve the social construction of an origin as a basis for community or collectivity. This origin, mythical or real, can be historically, territorially, culturally or physiognomically based. It can be internally constituted by the group or externally imposed, or both.” (Anthias e Yuval-Davis, 1992: 3)

Com a criação da nação, a/o estrangeira/o, a/o não-cidadã/ão foi constituída/o também, tendo sido excluída/o do sentimento de pertença entre as/os cidadãs/ãos. Agora, a explicação da nação através de diferenciações étnicas e raciais, como ficou visível na citação acima referida, leva à exclusão de estrangeiras/os por razões étnicas e raciais (*ibid.*: 15), *i.e.* a/o estrangeira/o é etnicizada/o e racializada/o.

Hoje, esta exclusão está presente nos discursos sobre imigração, definindo a/o estrangeira/o residente no país enquanto possível ameaça. Segundo Marques, a/o imigrante é constituída/o como ameaça à nação em termos económicos no sentido em que é posto em relação com uma elevada taxa de desemprego, salários mais baixos e horários alargados: “O racismo manifesta-se aqui através da transferência das dificuldades concretas dos autóctones para a presença de populações com origem na imigração” (2000: 37). Mas existe um outro tipo de sentimento de ameaça em relação à/ao imigrante que é definido por Marques como ameaça para os valores culturais, sendo exprimido em termos de um “[...] apelo à homogeneidade cultural da sociedade” (*ibid.*).

É o estudo de Rosário, Santos e Lima (2011: 132, 145, 170, 190), expondo discursos racistas em conversas coloquiais, que torna a percepção das/os imigrantes como ameaça pelas/os portuguesas/es visível: em todos os grupos sócio-económicos e etários analisados verifica-se a interpretação da imigração como ameaça económica, descrevendo a relação no mercado de trabalho entre imigrantes e autóctones como competitiva, e não como cooperativa. Além disso, o estudo demonstra que a população imigrante é associada a um aumento da criminalidade também por todos os grupos sócio-económicos e etários (*ibid.*: 123, 170). Nesse sentido, concluem: “A diferença é, no entendimento dos participantes, cada vez mais sentida como uma ameaça, tanto em termos de integridade física (negros, ciganos, brasileiros) como de decência (mulheres brasileiras) ou valores fundamentais (muçulmanos)” (*ibid.*: 199 a 200).

É importante sublinhar, neste contexto, que a etnicização ou racialização da/o

estrangeira/o, *i.e.* no discurso contemporâneo sobre a/o imigrante, tem o efeito de fazer com que as três categorias se tornem visíveis nos discursos quotidianos, e dessa forma também nas práticas e discursos de discriminação, como um conjunto, sendo difícil de separar. Este facto é, por exemplo, encontrado no estudo de Garcia (*apud* Dias, 2010: 191), mostrando que 70 % dos participantes afirmam reconhecer imigrantes através da cor da pele.

Um mecanismo de exclusão praticado por todos os estados-nação é a implementação da cidadania e a legislação que regula a sua aquisição (Boatcă, 2010: 117). Neste contexto, a racialização e etnicização das/os imigrantes verifica-se no facto de existirem regulamentos sobre a entrada e estadia diferentes dentro de um estado, dependendo da nacionalidade da/o imigrante, p. ex. a dicotomia cidadã/ão de um estado-membro da EU – cidadã/ão de um estado terceiro. Mas, Anthias e Yuval-Davis (1992: 22) sublinham que, em alguns casos a categoria de classe pode sobrepor-se às categorias étnicas e raciais, como é praticado em Portugal sob a forma do programa denominado “Autorização de Residência para Atividade de Investimento”<sup>8</sup>.

### **Tentativa de uma definição**

O racismo pode ser entendido como um sistema de pensamento, representação e percepção baseado na constituição das categorias de raça e etnicidade, mas também de origem e nacionalidade<sup>9</sup>, que actua em todos os domínios da vida social. Consiste num processo de “*Othering*” que naturaliza diferenças fenotípicas e/ou culturais, organizando diferentes grupos sociais numa hierarquia e produzindo exclusão social e marginalização. Fundamenta-se na identificação de um conjunto de características fenotípicas e de outros códigos corporais “visíveis” definidos como marcadores da diferença. Racismo é mais do que uma ideologia (Anthias e Yuval-Davis, 1992: 9): é preconceito e prática de discriminação também. Estas dimensões encontram-se inter-relacionadas e influenciam-se mutuamente.

---

8 [http://www.sef.pt/portal/v10/PT/asp/apoioCliente/detalheApoio.aspx?fromIndex=0&id\\_Linha=6269](http://www.sef.pt/portal/v10/PT/asp/apoioCliente/detalheApoio.aspx?fromIndex=0&id_Linha=6269).

9 Ver: Winker e Degele (2009: 47 a 49).

## **Diferença sexual e heteronormatividade**

### **Foucault e a construção da homossexualidade**

Segundo Foucault (1977: 71) desenvolve-se nos séculos XVIII e XIX um dispositivo social que constitui a relação heterossexual, *i.e.* uma relação entre dois indivíduos de sexos opostos, como norma, produzindo desta forma as duas categorias binárias *homem vs. mulher*, e as relacionadas com estas: *masculinidade vs. feminilidade*, *pénis vs. vagina* etc. Privilegiando as relações amorosas que têm a reprodução humana como finalidade, a heterossexualidade encontra-se apenas legitimada e descrita como verdadeira. O critério relevante segundo o qual as sexualidades foram classificadas é o do desejo, mas este critério e a sua valorização para o dispositivo de sexualidade não é fixo, como afirma Spargo, mas social e historicamente produzido:

“The central defining characteristic was ‘object choice’, preference for sexual relationships with someone of the same gender as oneself. This may seem to be self-evidently the marker of gay and lesbian identity, but as Foucault’s History had shown, such an object choice had not always constituted the basis for an identity and, as many dissenting voices suggested, it was not inevitably the crucial factor in everyone’s perception of their sexuality.” (1999: 33 a 34)

Tendo uma função além da simples descrição, estes discursos produzem corpos, desejos e sexos, como afirma Wilchins (2004: 62). A análise de Foucault permite então não apenas entender a sexualidade como uma construção social, mas também a distinção biológica entre o corpo feminino e o corpo masculino. Este sistema de género binário foi constituído num complexo de questões da demografia política, cujo objectivo foi dar ao sexo unicamente o sentido de reprodução, implementando a heterossexualidade como norma.

Um ponto interessante é o de que o discurso da heterossexualidade apenas se concentrou na identificação e definição de formas de sexualidade desviadas (Foucault, 1977: 43). Neste contexto, Foucault mostra como a homossexualidade foi constituída sobretudo através de discursos científicos da medicina e psicologia (Wagenknecht, 2007: 21) como uma forma de “perversão”, mas detalhadamente distinguido de outras

práticas antigamente descritas em conjunto apenas com o termo “sodomia”. A designação e definição da homossexualidade possibilitaram a sua percepção e transmissão através de discursos, tornando-a inteligível. Este processo de normalização foi acompanhado pela sua patologização, descrevendo-a como uma forma desviada da norma, sendo uma inversão da identidade de género (Foucault, 1977: 47).

O facto do conceito de homossexualidade ter aparecido mais cedo na literatura científica do que o de heterossexualidade (Wagenknecht, 2007: 21) reflecte a relevância da diferenciação para a auto-descrição: é a norma que se caracteriza privadamente através da criação e descrição do “Outro”.

### **Butler e a performatividade do género**

Tomando a teoria de Foucault, Butler intensifica a tese da construção das categorias, tanto de género, como de sexo, com o objectivo de criticar o desenvolvimento da teoria feminista, que se baseava no pressuposto de uma distinção entre um sexo biológico imutável, fixo e inerente e um género socialmente aprendido e produzido:

“[...] gender must also designate the very apparatus of production whereby the sexes themselves are established. As a result, gender is not to culture as sex is to nature; gender is also the discursive/cultural means by which “sexed nature” or “a natural sex” is produced and established as “prediscursive,” prior to culture, a politically neutral surface on which culture acts.” (1990: 11)

Para Butler (*ibid.*: 23), os dois sexos recebem o seu significado dentro de uma matriz heterossexual naturalizada, que os liga com duas outras categorias: género e desejo. Definindo a heterossexualidade como norma, esta tríade define que forma anatómica de um corpo (sexo) desempenha que identidade de género e, consequentemente, que corpos, e com que características anatómicas são desejados (segundo a matriz, aqueles que tenham características “opostas”). Todas as formas desviadas de uma identidade sexual não são inteligíveis, quer dizer que não podem ser entendidas culturalmente. Deste modo, uma matriz heterossexual é inscrita no corpo, que define o seu sexo, o seu género e o seu desejo, resultando daí que corpos e

identidades que de alguma maneira contradizem esta lógica não são inteligíveis:

“The cultural matrix through which gender identity has become intelligible requires that certain kinds of “identities” cannot “exist”—that is, those in which gender does not follow from sex and those in which the practices of desire do not “follow” from either sex or gender.”(*ibid.*: 23 a 24)

Em relação à homossexualidade sobressai neste contexto uma observação interessante: oposta à heterossexualidade, a homossexualidade também se baseia no sistema de género binário, reproduzindo-o. Desta forma, mesmo sendo inteligível, segundo Butler, a homossexualidade tem uma função específica dentro do sistema heteronormativo: a constituição das fronteiras entre normalidade e anormalidade.

Além desta dimensão construtivista, Butler acrescenta ainda o nível da agência corporal, introduzindo o conceito de performatividade. Relativamente a esta, o corpo surge como um mediador entre o indivíduo e o seu ambiente. Expressa a identidade do género em actos e práticas e executa uma *performance*, utilizando pressupostos sobre gestos, vestuários, linguagem, gostos etc. adequados para cada um dos dois sexos. Assim, podemos perceber a nossa corporalidade também como uma construção (*ibid.*: 8). Esta não existe antes da marcação do género, mas é, sim, constituída por actos e gestos performativos (*ibid.*: 136). O corpo é entendido “not as a ready surface, but as a set of boundaries, individual and social, politically signified and maintained” (*ibid.*: 33). Desta forma, o género aparece como um desempenho (*performance*), não sendo uma qualidade que um indivíduo possui, mas sim um “fazer” (*doing*<sup>10</sup>) (*ibid.*: 25), constantemente constituído por discursos e práticas. A matriz heterossexual é o sistema de normalização que controla a inteligibilidade das identidades e corporalidades:

“The heterosexualization of desire requires and institutes the production of discrete and asymmetrical oppositions between “feminine” and “masculine,” where these are understood as expressive attributes of “male” and “female.” The cultural matrix through which gender identity has become intelligible requires that certain kinds of “identities” cannot “exist”—that is, those in which gender does not follow from sex and those in which the practices of desire do not “follow” from either sex or gender. “Follow” in this context is a political relation of entailment instituted by the cultural laws that establish and regulate the shape and meaning of sexuality.” (*ibid.*: 23 a 24)

---

10 O conceito *doing gender* tem a sua origem num artigo de West e Zimmermann (1987), que trata da construção de género em práticas como um processo social. Mesmo que Butler não faça referência a este artigo em *Gender Trouble* (1990), a sua concepcionalização de *performance* é semelhante.

Em relação à homossexualidade, afirma-se que a produção de identidades gay e lésbicas está internamente ligada à produção de identidades heterossexuais. Mas, sendo definidas como anormais, as identidades homossexuais têm que ser fundamentalmente diferentes das heterossexuais, *i.e.* opostas. Desta forma, desenvolvem-se pressupostos sobre comportamentos homossexuais específicos, opostos aos papéis de género heterossexuais (Heilmann, 2002).

### **Heteronormatividade e Genderismo**

Partindo dos conceitos introduzidos dentro dos Estudos Feministas, como “heterosexual matrix” (Butler, 1990), “compulsory heterosexuality” (Rich, 1980) e “institucionalized heterosexuality” (Richardson, 1996), estabelece-se dentro da Teoria *Queer* o termo da heteronormatividade, que pretende descrever heterossexualidade como um produto de poder discursivo e normativo. A teoria *queer* tem como objectivo criticar o estatuto da heterossexualidade como princípio normalizado, que percorre todos os domínios da sociedade. Como afirma Wagenknecht, a heteronormatividade “[...] regula a produção de saber, estrutura discursos, conduz práticas políticas, domina a distribuição de recursos e funciona como sistema de atribuição na divisão de trabalho” (2007: 17, tradução da autora).

O paradigma de uma suposta naturalidade da heterossexualidade baseia-se num sistema de género binário, composto por dois sexos opostos, mas atraídos um pelo outro. Tal como os pressupostos sobre os dois sexos também produzem papéis de género específicos (Gildemeister, 2010), o efeito da heteronormatividade torna-se visível no comportamento, salientando umas formas de se comportar/se vestir/falar etc. como norma. Esta repetição de actos performativos genderizados consolida a reprodução do sistema binário de género e da heterossexualidade. Através da repetição, a heterossexualidade e o binarismo do género são naturalizados, parecendo como natural, universal e imutável (Hartmann e Klesse, 2007: 9). Os papéis de género também funcionam como base para a identificação dos indivíduos com uma categoria de género específica, produzindo uma identidade de género e sexual, como afirma Goffman: “Insofar as the individual builds up a sense of who and what he is by referring



to his sex class and judging himself in terms of the ideals of masculinity (or femininity), one may speak of gender identity” (1977: 304).

Comparando o conceito da heteronormatividade com os termos que lhe precederam, este parece ser o mais inclusivo, devido ao seu enfoque nos impactos do poder normativo, por um lado, sobre a implementação da heterossexualidade como normalidade, e, por outro lado, sobre os indivíduos na sua avaliação segundo a norma. Enquanto a heterossexualidade é produzida como norma, outras sexualidades e identidades, são construídas como “constitutive outside” (Butler, 1993: x).

Como **Genderismo** Gonçalves Costa, Oliveira e Nogueira (2010: 96) descrevem o sistema de género binário e o seu impacto na implementação e reprodução de pressupostos sobre comportamentos, vestuários, linguagem, interesses etc. adequadamente masculinos e, por outro lado, femininos. Estes estereótipos, semelhante do conceito de papel de género (Gildemeister, 2010), são utilizados também na identificação de género no quotidiano através de práticas, e desta forma constantemente reproduzidos, como foi observado por Garfinkel (1967), e West e Zimmermann (1987). Gonçalves Costa, Oliveira e Nogueira ligam estes papéis de género à hegemonia da heterossexualidade:

“As culturas ocidentais, de forte cariz judaico-cristão têm por exemplo edificado pela importância da reprodução, uma divisão clara do mundo em masculino e feminino [...] e, desta forma [...] inscrevendo mulheres e homens numa complementaridade não só reprodutiva mas também sentimental. A heterossexualidade torna-se assim o epílogo natural da expressão da sexualidade humana, contrastando com todas as outras possibilidades constituídas como, na melhor das hipóteses, menos válidas.” (2010: 211 a 212)

Desta maneira, constroem-se estereótipos sobre expressões de género heteronormativas, e por outro lado, expressões de género não-heteronormativas, relacionando-as também com um pressuposto de uma identidade sexual e/ou de género “desviada”, *i.e.* homossexual, bissexual, transexual. “Tornando visível” assim a orientação sexual e/ou identidade de género de um indivíduo, a existência destes papéis de género, definidos por Vale de Almeida como “homofobia latente” (s.d.: 2 a 3) é fundamental para o objectivo deste estudo.

## **Identidades não**

### **heteronormativas além do binarismo heterossexualidade-homossexualidade**

Considerando o facto de que o objecto de estudo foi definido como sendo constituído por indivíduos LGBT\*, resta colocar as outras identidades em relação ao paradigma da heteronormatividade acima apresentado. A **bissexualidade**, por sua vez, merece especial atenção, devido ao seu carácter ambíguo. Tendo tanto relações homossexuais como heterossexuais, os indivíduos bissexuais fazem tanto parte do grupo estigmatizado, como do grupo hegemónico, sendo vítimas de discriminação fora e dentro de contextos LGBT\*. Dentro do binarismo heterossexualidade-homossexualidade a bissexualidade é tornada invisível, devido ao facto de ser sugerida a ideia de estar suficientemente representada pelos conceitos de homossexualidade e de heterossexualidade. Segundo Beasley (2005: 124), a bissexualidade provoca a desconstrução deste binarismo, ao questionar a importância do critério no qual está baseado: a atracção sexual. Além disso, a bissexualidade, associada com uma vida promíscua, é vista como um ataque ao paradigma do amor romântico e da realização deste dentro do casamento perpétuo, que também persiste entre as relações homossexuais, e nos movimentos LGBT\*, manifesta na reivindicação do reconhecimento jurídico do casamento homossexual (Santos, 2013).

A **transexualidade** questiona a matriz heterossexual destacada por Butler (1990), devido à incoerência entre sexo e género, tendo sido por isso criminalizada no passado<sup>11</sup>. A estigmatização da transexualidade continua, como é mostrado p. ex. nos estudos de Whittle *et al.* (2008), Franzen e Sauer (2010), Oliveira e Nogueira (2010), e LesMigras (2012). Alterando ao longo da sua transição a sua aparência física, comportamento, linguagem etc. “in order to do his/her gender”, o caso de uma mulher transexual foi utilizado como caso exemplar por Garfinkel (1967) para mostrar a construção de género através de práticas. Ao contrário de indivíduos *transgender*, os transexuais têm um grande desejo de realizar a cirurgia de redesignação sexual (Beasley, 2005: 152), conseguindo obter uma coerência entre sexo e género e, em consequência disso, uma identidade estável (*ibid.*: 154). Desta forma, a transexualidade pode ser entendida como uma identidade que reforça o modelo da coerência entre sexo e género,

---

11 Para uma história da transexualidade nos EUA, ver: Meyerowitz (2002).

e o binarismo de género (Meyerowitz, 2002: 11). É importante não confundir a transexualidade com a homossexualidade, devido ao facto de não ter a atracção sexual como critério de base, mas a incoerência entre sexo e género. Desta forma, indivíduos transexuais podem auto-identificar-se como homossexuais, bissexuais, heterossexuais etc. (Saleiro, s.d.: 84). Tal como o conceito de heterossexualidade apareceu na linguagem académica significativamente mais tarde do que o conceito de homossexualidade, a não-transexualidade também se encontrou durante muito tempo simplesmente sem designação. Apenas em 1991 foi o conceito de *cisgender* introduzido por Sigusch (1991) para descrever indivíduos com coerência entre género e sexo (Castro Varela, Koop e Ott-Gerlach, 2012: 69).

O **transgenderismo** apareceu em torno da teoria *queer* e tem como objectivo questionar o binarismo de género e a coerência entre sexo e género (Beasley, 2005: 155). Querendo desconstruir a heteronormatividade, os indivíduos não vêem a necessidade em mudar de sexo. Deste modo criticam o “essencialismo” dos indivíduos transsexuais, o que conduz no campo do activismo político a conflitos, como é mostrado por Namaste (2005) no caso canadiano.

O asterisco no termo LGBT\* significa espaço para a inclusão de outras identidades que se descrevem como não heteronormativas, mas não se identificam como lésbicas, gay, bissexuais, transexuais e *transgender*. No estudo quantitativo de Castro Varela, Koop e Ott-Gerlach (2012: 66) observa-se a grande diversidade de identidades, o que leva à conclusão da importância de criar um estudo inclusivo. Mas, a definição destas várias identidades não se aplica agora devido ao facto de que as/os entrevistadas/os se auto-identificam apenas com as identidades acima apresentadas.

## **Heteronormatividade em Portugal**

Portugal é caracterizado como enraizado no “Ocidente” judaico-cristão (Gonçalves Costa, Oliveira e Nogueira, 2010: 211), produtor do paradigma da heteronormatividade. Desta forma, pode supor-se a semelhança com outros países ocidentais no que diz respeito a processos de estigmatização, exclusão e criminalização

de indivíduos LGBT\* no passado<sup>12</sup>. O que é característico do caso português é o que Santos chama “[...] a influência do catolicismo, o défice de acção colectiva, a fraqueza dos movimentos organizados [...]” (s.d.: 5) que explica porque “[...] o movimento LGBT português está agora na sua adolescência” (*ibid.*).

O mesmo se pode afirmar em relação à academia, na qual os Estudos de Sexualidades ainda parecem encontrar-se numa fase inicial, sendo que existe apenas uma publicação de vários estudos no âmbito da psicologia social coordenada por Nogueira e Oliveira (2010a), que oferece uma visão profunda sobre os obstáculos que pessoas LGBT\* enfrentam na sociedade portuguesa, reclamando a persistência de atitudes e práticas discriminatórias, tanto aos níveis estrutural e institucional, como ao nível interaccional.

Sendo a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de género um problema descuidado ao nível académico e político em comparação com outras formas de discriminação, a associação LGBT\* ILGA Portugal responsabilizou-se pelo levantamento estatístico de actos discriminatórios e pela sua publicação (ILGA Portugal, 2014). Desta forma, realizou em 2013 um projecto intitulado “Observatório de Discriminação”<sup>13</sup>, funcionando como instituição para reclamar incidentes de discriminação. Com base em questionários preenchidos pelas vítimas ou por testemunhos sobre situações de discriminação concretas, a associação conseguiu publicar um relatório<sup>14</sup>, dando visibilidade à realidade heteronormativa em Portugal.

As categorias de género e de sexualidade, como se pode concluir dos últimos parágrafos, encontram-se internamente ligadas no paradigma da heteronormatividade. A suposta naturalidade da heterossexualidade está baseada no binarismo de género e o binarismo de género está baseado na suposta naturalidade da heterossexualidade. Por isso, género e sexualidade serão analisados em conjunto neste estudo, utilizando o conceito de heteronormatividade para descrever a discriminação em função do género,

---

12 Para a criminalização legal de relações homossexuais ver: Brandão (2008). Para a criminalização da homossexualidade no Estado Novo ver: Vitorino (2007), Almeida (2010). Para uma história de relações amorosas entre mulheres ver: Braga (2010).

13 <http://ilga-portugal.pt/observatorio/>.

14 ILGA Portugal (2014), “Números da Violência contra Pessoas LGBT, 2013”, Observatório da discriminação em função da orientação sexual e identidade de género.

da orientação sexual e da identidade de género<sup>15</sup>.

A heteronormatividade como sistema de pensamento e percepção (Wagenknecht, 2007: 17) é o conceito adequado para observar os seus efeitos, segundo Ward e Schneider (2009: 435) além da discriminação, sobre identidades, relações, práticas institucionais e expressões culturais. O conceito heterossexismo utilizado por Gonçalves Costa, Oliveira e Nogueira (2010: 212) para designar a discriminação em função da orientação sexual e identidade de género, é semelhante no seu significado, mas não toma em consideração o poder normativo.

### **Inter-relações entre categorias e o conceito da interseccionalidade**

#### **Sexualidade e nação**

A favor da sua sobrevivência, cada sociedade mantém – como Benhabib (2002: 84) afirma – mecanismos de regulação da sexualidade e da reprodução. O conceito de família, central nos discursos nacionais do século XIX (Blom, 2000), constituiu-se em conjunto com a hegemonia da heterossexualidade, intensificando o binarismo de género através da diferenciação extrema de papéis masculinos e femininos em torno do desenvolvimento da nação (Sharp, 1996: 105). Desta forma, género, sexualidade e nacionalidade são categorias interligadas uma com a outra, como afirmam Miles e Brown:

“Because each ‘nation’ is defined as a unit capable of reproducing itself over time, it presumes, without always specifically identifying, a presence of women and men. Consequently, there is a basis for interaction between nationalism and sexism (as well as homophobia and the fear of ‘miscegenation’).“ (2003: 148)

Dentro do estado-nação, a mulher tem duas tarefas centrais: a reprodução biológica e a reprodução cultural (Anthias e Yuval-Davis, 1992: 120; Yuval-Davis, 1997: 2; Miles e Brown, 2003: 158), sendo a primeira essencial nos discursos da origem

---

<sup>15</sup> De forma semelhante e com o mesmo argumento, o binarismo de género e a sexualidade são analisados em conjunto através da categoria de género por Winker e Degele (2009: 39).

comum, ou seja, do sangue comum, de todos os membros da nação. Neste caso, encontram-se interpretações diferentes, uma vez definindo a pertença através da descendência da mãe, e, noutra ocasião, através da do pai. Apesar disso, Yuval-Davis (1997: 26-29) sublinha a importância das mulheres como guardiãs das fronteiras (*boundaries*), excluindo ou incluindo através do seu papel na reprodução biológica. Em relação à reprodução simbólica, salienta a função da mulher como guarda de um código moral dentro da família (Benhabib, 2002: 84).

### **Sexualidade e império**

Dentro dos discursos coloniais, a sexualidade foi um tema extremamente presente, sobretudo na perspectiva da “missão civilizadora”, tornando as populações colonizadoras em criadoras e reprodutoras de um projecto colonial de pureza racial. Desta forma, os discursos raciais faziam múltiplas referências às categorias de género e sexualidade, comparando a aparência dos órgãos genitais e a libido entre “brancas/os” e “negras/os” através de dicotomias (Young, 1996: 33 a 36; Hall, 1997b: 262 a 266), tendo como objectivo justificar a superioridade da “raça branca”.

Um tema central nestas representações é a hipersexualização e associação das/os negras/os com práticas sexuais consideradas como desviadas (Young, 1996: 34; Gilman *apud* Ashcroft, Griffiths e Tiffin, 1995: 104). O contraste entre a sexualidade dos brancos e a sexualidade das/os negras/os está ainda mais visível olhando para as caracterizações da sexualidade feminina. Enquanto as mulheres brancas são representadas apenas como sujeitos reprodutivos, como “[...] literal ‘wombs of empire’ whose function was limited to the population of the new colonies with white settlers [...]” (Ashcroft, Griffiths e Tiffin, 1995: 104), a sexualidade das mulheres negras é descrita como incontável (Gilman *apud* Young, 1996: 34), tornando-as em objectos sexuais para homens brancos:

“The middle class European woman was idealized and symbolic of the planters’ control—control of self, of sex, of Others—and her femininity was made distinctive from that of the African woman and the white women of the ‘lower’ social orders. Both of these groups of women—black and lower

class white women (especially prostitutes)— were seen as pathologized but they were also a source of illicit sexual pleasure for many white men (Hyam: 1991).“(Young, 1996: 34)

Baseando-se no pressuposto de que “[...] sub-Saharan Africans were a different species to white Europeans [...]” (*ibid.*), as duas raças eram entendidas como incomensuráveis e completamente distintas, tornando a sua mistura num crime ao projecto colonial racializado. Desta forma, a miscigenação foi uma prática indesejada e condenada. Apesar deste controlo constante da sexualidade em torno do medo da miscigenação, foi assunto de um conjunto de fantasias (Ashcroft, Griffiths e Tiffin, 1995: 41) que levaram também à exotização das/os negras/os, ao desenvolvimento de um “desejo colonial”:

“This term [...] indicates the extent to which colonialist discourse was pervaded by sexuality. The idea of colonization itself is grounded in a sexualized discourse of rape, penetration and impregnation, whilst the subsequent relationship of the colonizer and colonized is often presented in a discourse that is redolent of a sexualized exoticism.” (*ibid.*: 40 a 41)

Uma razão que explica o impacto social e político da miscigenação tem também a ver com os indivíduos que nasceram destas uniões, os quais, dentro de um discurso colonial baseado no pressuposto da distinção total das raças, simbolizaram uma desconstrução ideológica (*ibid.*: 42), mas também prática.

### **Racismo genderizado e sexualizado**

Actualmente, os pressupostos discutidos acima estão ainda presentes nos complexos sociais estudados, como comprova a essencialização da sexualidade de homens afro-caribenhos (como predispostos ao abandonando das suas famílias) e de mulheres asiáticas (como passivas) (Anthias e Yuval-Davis, 1992: 72). Haritaworn (2007) ilustra, ainda, como as identidades sexuais de asiáticos são desvalorizadas, tanto em contextos heterossexuais, como LGBT\*, associando a mulher com o estereótipo de prostituta ou “imigrante de casamento”, e o homem com o do homossexual passivo.

Uma outra corrente de investigação que tem como objectivo visibilizar as inter-relações entre categorias de sexualidade e raça, etnicidade e nacionalidade, critica a

imagem produzida em discursos do mundo ocidental como liberal e anti-discriminatório, ao contrário de países não ocidentais, referindo-se a existência de valores tradicionais e homofobia dentro desses (Erel, 2007; Kosnick, 2010). Estas generalizações têm o efeito de que, por um lado, invisibilizam imigrantes LGBT\* (Kosnick, 2010: 147), descrevendo imigrantes como praticantes de estilos de vida mais tradicionais (Erel, 2007: 252), e por outro lado, ignoram a existência de homofobia dentro da sociedade acolhedora, descrevendo-a como algo que vem de fora, com as/os imigrantes (Kosnick, 2010: 151). Dentro dos Estudos de Migração verifica-se, assim, também uma linha de argumentação que se baseia na ideia da “migração como libertação”, qual pretende explicar a migração apenas pela razão da opressão no país de origem, como é, por exemplo, utilizado por Espín (1999).

Após estas considerações em torno do nascimento dos estados-nação, dos impérios coloniais e do mundo contemporâneo, pode concluir-se que existe uma ligação entre as categorias de género, sexualidade, nacionalidade, etnicidade e raça. Além disso, salientam algumas características que estas categorias têm em comum: primeiro, o seu objectivo de diferenciar o Outro com o fim da própria auto-identificação; segundo, a sua constituição à volta do Iluminismo e do nascimento de uma ciência “objectiva” nos séculos XVIII e XIX; e terceiro, o seu carácter naturalizado, como afirmam Anthias e Yuval-Davis:

“Gender and racialized ethnic divisions are both underpinned by a supposedly ‘natural’ relation. In gender, necessary social effects are posited to sexual difference and biological reproduction. In ethnic or racialized groups there exist assumptions concerning the natural boundaries of collectivities, or the naturalness of culture. “ (1992: 13)

Procurando a sua justificação em factos “objectivos” da biologia, confirmou-se o papel predominante do corpo na diferenciação do Outro, seja esta em termos sexuais, nacionais, raciais ou étnicos, através da iluminação de símbolos corporais que funcionam como marcadores de diferença.

Como consequência, uma análise que tem como objectivo questões relacionadas com a discriminação, marginalização e segregação de grupos sociais, tem de ter em conta estas interligações e inter-relações, que são, por sua vez, cultural e historicamente



específicos. Concluindo com Gonçalves Costa *et al.*: “Assim, géneros e identidade(s) de género, orientações sexuais, classes sociais, etnias, localizações geográficas ou meios habitacionais e graus de incapacidades/deficiências se conjugam e operam de diversas formas na construção e manutenção das discriminações” (2010: 93).

## **O conceito da interseccionalidade**

Esta crescente preocupação por parte das Ciências Sociais de que as relações de poder e as identidades possam ser extremamente complexas face à sua base em múltiplas categorias da diferenciação social inter-relacionadas tem, em parte, origem num debate do *black feminism* norte-americano, que sublinha a especificidade de experiências de discriminação de mulheres negras, criticando a existência de uma *global sisterhood* pressuposta no feminismo *mainstream* (Erel *et al.*, 2007; Lutz, Herrera Vivar e Supik, 2010).

Com o termo interseccionalidade Crenshaw pretendeu exprimir esta inter-relação entre género e raça, surgindo situações de discriminação tão específicas que não podiam ser descritas apenas como sexismo ou racismo, nem com a adição dos dois (2010: 38 a 39). Por isso, verificou-se a necessidade de investigar as interacções entre as categorias, possibilitando perceber de que forma estas se reforçam, diminuem e transformam mutuamente (Winker e Degele, 2009: 10).

A partir desta fase inicial sucede um processo de teorização do conceito de interseccionalidade, o que levou a várias discussões, entre outras uma relativamente à questão de saber quais categorias deviam ser incluídas (*ibid.*: 16 a 18), sendo as categorias raça, classe e género predominantes (Erel *et al.*, 2007: 241).

Uma crítica a este conceito é levantada por Castro Varela (2012: 14), que, após a realização de um estudo quantitativo (Castro Varela, Koop e Ott-Gerlach, 2012) e um estudo qualitativo (Castro Varela, Mohamed e Thaler, 2012) acerca de experiências de discriminação múltipla, verificou que a maior parte dos participantes não se apercebiam destas intersecções, ou não as conseguiam exprimir, *i.e.* não concordavam com a afirmação da inseparabilidade das várias categorias. Uma outra ideia originada pela

teoria da interseccionalidade, a de que as diferentes formas de discriminação não são hierarquizáveis, não foi completamente verificada pelos estudos acima referidos: em muitos casos, racismo era a forma mais dominante (Castro Varela, 2012: 14), sobrepondo-se sobre outras discriminações (Castro Varela, Mohamed e Thaler, 2012: 184), em outros cissexismo (*i.e.* a discriminação em função da identidade de género) (*ibid.*: 183). Estas duas formas sobressaem, segundo as autoras, não por causa de uma maior quantidade de experiências de discriminação, mas porque são experienciadas como factos sem possibilidade de fuga, sendo um “passing” com sucesso mais complicado (*ibid.*: 184 a 185).

De qualquer maneira, verificou-se uma grande variedade de percepções e explicações de experiências de discriminação múltipla, afirmando uns a inseparabilidade e o entretecimento das várias categorias, do modo em que um acto discriminatório afecta sempre todo o indivíduo com todas as suas “pertenças (identidades) parciais” (*ibid.*: 183), e, por outro lado, reclamando outros a dominância de uma categoria em específico que tem efeito sobre todas as outras experiências de discriminação. Devido a esta multiplicidade de experiências e percepções, as autoras sugerem não apenas aceitar o conceito da interseccionalidade para explicar experiências de discriminação múltipla, mas também outros modelos (como os aditivos) (*ibid.*: 202).

## **IV – Apresentação e análise dos resultados**

Este capítulo tem como objectivo apresentar os resultados da pesquisa de terreno, dando desta forma resposta às perguntas levantadas no primeiro capítulo. Encontra-se dividido em sete partes: primeiro tratará da questão do *coming-out* e da família, tendo sido identificada como uma constante de extrema relevância nas narrativas; em segundo lugar, são apresentados os diferentes contextos de discriminação na emigração, focando-se nas experiências que tiveram lugar na Área Metropolitana de Lisboa, e tornando a grande diversidade de experiências visível; depois seguem-se relatos de, por um lado, experiências de discriminação múltipla e a sua percepção, com o objectivo de visibilizar as suas especificidades, e, por outro, de indicadores para a visibilização de diferença que são usados pelas/os perpetradoras/es; as duas partes a seguir tratarão das questões de como as/os entrevistadas/os lidam com a discriminação a nível psicológico e qual a sua percepção das experiências de discriminação, e das suas causas; finalmente, a última parte apresentará os impactos diversos que as experiências de discriminação têm sobre alguns aspectos da vida das/os entrevistadas/os, questionando as práticas utilizadas para evitar futuras situações de discriminação.

### **Coming-out e família**

*“O coming-out em geral, acho que ainda tenho um pouco de dificuldades com isto, para ser sincero. Porque identificar-me totalmente com uma identidade total, 100 % isto ou outro; para mim fica demasiado. Não consigo fazer isto com qualquer outra coisa da vida: a minha profissão, nacionalidade ou qualquer coisa. Então com isto também não consigo dizer que: “Sou assim”. “ (Navid, 26)*

Como é verificado por vários estudos baseados em entrevistas qualitativas com indivíduos LGBT\* (Steffens e Wagner, 2009; Nogueira e Oliveira, 2010a; Castro

Varela, Mohamed e Thaler, 2012), a narrativa do *coming-out* ocupa um lugar significativo dentro dos discursos das/os entrevistadas/os. Neste sentido, o *coming-out* significa, por um lado, o acto de tomar consciência da própria orientação sexual/identidade de género (*coming-out* pessoal), e por outro lado, o processo de revelar este facto a outras pessoas (*going-public*). Embora um elevado número das/os entrevistadas/os afirme que sabia da sua orientação sexual/identidade de género desde a infância, a adolescência é a fase mais relevante para o processo da consciencialização e aceitação da própria identidade, devido à elevada importância com que são consideradas as questões de sexualidade. Encontrando-se ligada à infância e à adolescência, a família toma por isso um papel muito importante no modo como a orientação sexual/identidade de género é aceite pelo indivíduo.

No que diz respeito à questão de sobre se o *coming-out* é feito na emigração ou ainda no país de origem, distinguem-se, entre as/os entrevistadas/os, três grupos. O primeiro, fez tanto o *coming-out* pessoal como o *coming-out* para outras pessoas ainda no país de origem – esta é a experiência da maioria das/os entrevistadas/os. O segundo grupo, tendo passado pela fase do *coming-out* pessoal previamente à emigração, assumiu-se para a família apenas depois, havendo já uma certa distância. O terceiro grupo passa pelas duas fases do *coming-out* no contexto migratório, como é o caso de Paulo, tendo vindo para Portugal com onze anos, que também é o único com familiares próximos (irmã e mãe) residentes na AML.

Perguntando pelo *coming-out* para a família, verifica-se uma distinção feita por parte das/os entrevistadas/os no que diz respeito à família mais próxima (pais e irmãos) e à família mais alargada. A família mais próxima é considerada muito importante, como explica Selen ao falar sobre o desejo de revelação à sua mãe:

“I don't know, it's building up in you, it's something I would like to share, because I love someone, someone loves me back and we have a good life here, and I would love to share that with other loved ones, of course (...) but then it builds up, builds up and then it was like an explosion.” (16)

Apesar desse grande desejo, nem todos as/os entrevistadas/os se assumem para todos os membros da família mais próxima, como Anne e Selen, temendo serem recusadas/os por eles. No que diz respeito à geração dos avós algumas/uns

entrevistadas/os mostram muito menos esperança para fazerem o *coming-out*, argumentando as experiências de vida completamente diferentes devido à idade.

Contudo, em relação à família mais alargada, confirma-se por um lado um maior desinteresse no que diz respeito ao *coming-out*: “O resto da família não me importo, porque o resto da família não paga as contas. [...] Se falar alguma coisa, não me interessa, não quero saber” (Cris, 38). Por outro lado, também se mostra mais desconfiança em relação aos outros familiares, sobretudo por parte das/os interlocutoras/es vindas/os de meios familiares religiosos.

Resumindo as reacções dos familiares ao *coming-out*, em geral os pais reagem inicialmente com choque, mas acabam por não recusar a/o filha/o, aceitando com o tempo. Sobretudo os pais vindos de países onde homossexualidade, bissexualidade e transexualidade são conceitos ocultados dos debates públicos, especialmente por questões religiosas, mostraram as maiores dificuldades em lidar com a situação, como é o caso dos pais de Ben, que deixaram passar quatro anos até voltar a falar com ele sobre este assunto. Nesses casos, as/os entrevistadas/os manifestam muita compreensão pelas dificuldades, interpretando-as como consequências da falta de informação existente nesses contextos, valorizando positivamente o desenvolvimento dos pais no processo da aceitação. Por esse efeito, Ben está constantemente à procura de material informativo para a sua mãe “para ela perceber que isto existe, e até no nosso mundo existe. Isto não é só coisa dos brancos, ou só coisa da Europa, e coisas dos Estados Unidos” (44). Este entrevistado também valoriza o trabalho de elevada importância de uma associação portuguesa que apoia pais que se debatem com a orientação sexual/identidade de género dos seus filhos, à qual também se dirigiu com a sua mãe. Por outro lado, também há relatos de indivíduos que sofreram a recusa, por um dos dois pais, o que concorda com a descrição das famílias como um dos espaços com o maior encargo de discriminação por Castro Varela, Koop e Ott-Gerlach (2012: 132).

Nesse processo de aceitação ou compreensão pelos pais, as/os interlocutoras/es relatam uma grande variedade de formas de discriminação por parte dos pais e irmãos: a acusação de que é só uma fase, ou até de que é uma escolha, não fazer perguntas sobre o/a namorado/a, perceber as relações homossexuais de acordo com o padrão

heterossexual, o medo da efeminização/transvestismo (no caso da homossexualidade masculina), a religião não permite, a acusação de não saber o que querer (no caso da bissexualidade) etc.

Em relação à religião, Paulo destaca uma questão muito importante, que por surpresa não aparece nas restantes entrevistas: tendo tido uma educação católica, negadora da homossexualidade, ao aceitar-se como homossexual, passou por uma fase de recusa da religião. Em geral, as entrevistas mostraram que a religião, tanto presente na educação familiar, como na sociedade alargada (em alguns casos), ainda representa um obstáculo muito grande para os indivíduos LGBT\* que habitam estes contextos.

### **Contextos de discriminação na emigração**

*“Because it shouldn't be that difficult for them not to consider a person as a Turkish person, but as a being instead. Because it doesn't matter, I'm maybe coming from that culture, but I don't necessarily have to be a part of them, or I don't necessarily have to be living according to their rules. So I don't know (...), the only problem is people categorizing you. The same goes for you being a lesbian, you being gay or transsexual.”* (Selen, 194)

### **Língua**

Analisando o contexto da língua, é importante distinguir entre as/os entrevistadas/os lusófonas/os e não-lusófonas/os. Para as/os que tiveram de aprender português, as dificuldades com a nova língua são até naturais, descrevendo todas/os a fase da aprendizagem como complicada. Ora, nesse contexto, é relevante ter em consideração, por um lado, a reacção das/os portuguesas/es em relação a uma pessoa que não fala fluentemente a língua, o que é uma questão salientada por Navid, reclamando que já foi tratado “como um idiota” (240) por causa das suas dificuldades de domínio da língua portuguesa. Por outro lado, importa destacar o impacto que as dificuldades linguísticas têm sobre a vida quotidiana, como no caso de Selen, que ainda

evita visitas ao médico devido ao receio de não comunicar e entender bem.

Em relação às/aos interlocutoras/es lusófonas/os, são as/os brasileiras/os que sublinham a problemática do sotaque. Também aqui são identificadas experiências diversas. Enquanto Paulo, tendo sido alvo de bullying ao entrar na escola secundária, acaba por decidir “aprender a falar como eles para me adaptar mais facilmente [...]” (8), Eduardo e Cris nunca sentiram problemas e não mudaram o seu sotaque. Por outro lado, Gustavo sofre do sotaque característico da zona onde ele cresceu pelo que as pessoas pensam que fala erradamente português: “[...] a minha maneira de ser é falar errado, que para mim não é errado, é a minha maneira de falar” (130). Estas experiências negativas com pessoas que não tiveram nenhuma compreensão com a sua maneira de falar já o deixaram muito frustrado, o que origina que em algumas circunstâncias evita falar.

### **Amigas/os**

No estudo quantitativo desenvolvido pela associação ILGA Portugal em torno do projecto “Observatório de Discriminação” destaca-se que cerca de  $\frac{3}{4}$  das/os participantes fizeram o *coming-out* às/aos amigas/os, em comparação com apenas cerca de  $\frac{1}{3}$  para as/os familiares mais próximas/os (ILGA Portugal, 2014: 10). Estes resultados mostram que as amizades são consideradas um espaço seguro e não discriminatório, em relação à orientação sexual e identidade de género, tornando-as um grupo muito interessante na análise de experiências de discriminação. As entrevistas também demonstram que a homossexualidade e bissexualidade nem são tanto um ponto de discriminação entre amigas/os, mas mais a transexualidade e a origem.

Todas/os as/os entrevistadas/os são assumidas/os para, pelo menos, algumas/uns amigas/os, havendo algumas/uns que se assumiram para todas/os. Na selecção das/os amigas/os, apenas Ben distingue entre amigas/os heterossexuais e homossexuais, sendo o último grupo para o qual se assume com mais facilidade e mais frequência. Para Anna, a sua bissexualidade não é assunto dentro das amizades, não por ter medo de revelar, mas pelo simples facto de não dar importância a este assunto. Em geral, a

homossexualidade/bissexualidade é aceite sem conflitos por parte dos amigas/os.

No que diz respeito à transexualidade, Cris sente-se excluída por parte de umas/uns amigas/os, tendo descoberto que esses costumam ir passar férias juntos, e nunca a convidaram: “E eu só posso crer que seja por isso [ser transexual], não há outro motivo por quê. Somos pessoas que têm as mesmas ideias [...]” (104). Cris optou por não confrontar os seus amigos por medo de os perder completamente: “O que eu fiz foi não dar tanta importância a essas pessoas” (106). Mesmo assim, ficou magoada:

“O que é mais estranho ainda, porque quando o preconceito vem das pessoas que não te conhecem, a gente hetera. Agora, quando as pessoas me conhecem, convivem comigo, sabem o que eu sou, sabem a pessoa que eu sou, o que tenho para dizer, o que não tenho para dizer, e mesmo assim não querem (...) porque daí é quase cruel.” (106)

A categoria da nacionalidade é também significativa em algumas narrativas das/os entrevistadas/os: Cris está convencida que é mais fácil fazer amigos que tenham a mesma nacionalidade devido às diferenças culturais. Também é confrontada com estereótipos sobre o suposto subdesenvolvimento do Brasil por parte de algumas/uns amigas/os. Esta é uma realidade que também é experienciada por Ben, sendo vítima de piadas e comentários acerca da sua origem étnica dentro do grupo de amigos.

## **Namorados**

Sendo semelhante ao grupo de amigos, o contexto das/os namoradas/os também representa uma imagem como espaço não discriminatório. Tanto mais surpreendente, também nesse contexto se conseguiu identificar uma experiência de discriminação, a de Selen, que sentiu no início uma certa ignorância em relação a turcas/os por parte da namorada.



## Habitação

Em relação à habitação, identificam-se três dimensões de discriminação: o acesso à habitação; a relação com os companheiros de casa; e, por último, a relação com as/os vizinhas/os.

Começando com o acesso à habitação, nenhum/a das/os interlocutoras/es sentiu dificuldades em arrendar casa. Cris afirma que o contrato está intencionalmente apenas no nome do seu marido português, sublinhando a dificuldade que os brasileiros têm em alugar uma casa. Também no estudo de Machado (2001: 64) se observa a grande dificuldade sentida por imigrantes guineenses em procurar uma habitação. Camille e Navid estão conscientes desta hierarquização das/os imigrantes, destacando a facilidade que têm em arrendar uma casa por causa da nacionalidade europeia de ambos. Navid ainda afirma nunca ter experienciado a sua orientação sexual como uma desvantagem quando quis arrendar uma casa, devido ao facto de não a revelar ao senhorio.

No que diz respeito à relação com as/os colegas de casa, as experiências são diversas, como as próprias práticas de *coming-out* nesse contexto. Camille e Eduardo assumiram-se para as/os colegas de casa, mas enquanto Camille nunca se sentiu discriminada por parte delas/es, Eduardo sentiu-se ofendido com um comentário de um colega de casa, que desvalorizava homens realizando tarefas domésticas como não-masculino. Anne e Ben assumiram-se apenas para algumas/uns das/os colegas de casa, mas no caso de Anne isto é explicado pelo facto de não considerar o assunto importante. No caso de Ben, este receio tem a ver com a existência de um preconceito da maioria das/os colegas que vivem na mesma residência universitária.

Olhando para a relação com as/os vizinhas/os, realça-se que algumas/uns entrevistadas/os já experienciaram insultos por parte de outras/os moradoras/es do bairro, relacionados ou com a origem, ou com a suposta orientação sexual. Em relação a esta questão Cris descreve o seu bairro como tranquilo, destacando a existência de bairros, como na Amadora, onde a probabilidade de ser atacada por ser transexual é maior. Tendo tido uma experiência negativa de assédio no seu bairro, Selen apercebe-se de um certo desconforto, procurando ocultar a relação com a sua namorada às/aos vizinhas/os e moradoras/es. Navid sente-se incomodado pelo facto de não poder

expressar livremente as suas emoções com uma outra pessoa pelo medo de as/os vizinhas/os, através do ruído, conseguirem descobrir a sua orientação sexual.

## **Trabalho**

Apesar do impacto que a Directiva 2000/78/CE do Conselho, de 27 de Novembro de 2000 da União Europeia, que estabelece um quadro geral de igualdade de tratamento no emprego e na actividade profissional, teve na legislação ao nível nacional, o local de trabalho continua a ser um contexto de discriminação extremamente relevante. As narrativas das/os interlocutoras/es mostram, que se trata sobretudo de experiências de discriminação que não se consegue capturar com essas directivas, ainda assim constituindo actos de discriminação.

É também esta superficialidade que reclama Navid, sustentando que apesar das narrativas oficiais anti-discriminatórias no seu local de trabalho, é diariamente confrontado com afirmações homofóbicas e sexistas por parte das/os colegas. Também em relação à sua origem iraniana, Navid sentiu algumas vezes dificuldades no âmbito de candidaturas para empregos que implicavam traduções para [língua europeia falada no país do qual tem a nacionalidade] e inglês. Olhando para o nome e a naturalidade no currículo, os responsáveis duvidavam das competências de Navid.

Louise teve uma experiência com o seu mestre que considera muito positiva, já que esse foi aceitando ao longo do tempo a sua orientação sexual. O mestre de Camille também manifestava no início uma postura homofóbica, mas ao saber da orientação sexual de Camille, foi aceitando: “[...] porque acho que no princípio ele não era tolerante com isso se calhar e que aprendeu a ser comigo” (72).

As experiências de Eduardo mostram que a homossexualidade também pode constituir um factor negativo na busca de emprego: candidatando-se a uma vaga num restaurante onde o patrão sabia da sua orientação sexual, a resposta foi que a vaga já estava completa. Eduardo também verificou respostas negativas de empresas por ser brasileiro. A nacionalidade está internamente relacionada com a questão da precariedade e ilegalidade do emprego. São sobretudo imigrantes de países fora da União Europeia,

que ficam três meses depois da chegada sem autorização de residência, o alvo de um tipo de discriminação que aproveita a sua fragilidade para fins lucrativos (ver: Winker e Degele 2009: 48; Ferreira Mendes, 2010: 244 a 278; Dias, 2012). Tanto Eduardo como Gustavo, os dois brasileiros, começaram a trabalhar sem contrato depois da sua chegada. Eduardo só conseguiu no segundo local de trabalho convencer o patrão a fazer um contrato de trabalho. Mas, 18 meses depois foi despedido para que o patrão não tivesse de o tornar trabalhador efectivo. Eduardo também reclama o não pagamento de salário e o pagamento de menos do que o previsto por parte de um patrão.

Selen relata que foi despedida por causa de uma complicação no sistema de saúde relacionada com o seu estatuto de imigrante. Não tendo um médico de família, Selen não conseguiu apresentar a baixa médica no local de trabalho, razão pela qual foi despedida. No seu trabalho actual Selen tem vários amigos, e assumiu-se para a maioria das/os colegas. Mas, entre elas/es há um egípcio que Selen teme por causa da sua postura muito religiosa conservadora. Essa é a razão pela qual nunca se assumiu perante ele, o que levou à situação de Selen não ter ido com a sua namorada a uma festa que as/os colegas tinham organizado. O estudo quantitativo de Castro Varela, Koop e Ott-Gerlach (2012: 78) indica que 26 % das/os inquiridas/os já experienciaram uma situação semelhante a esta.

No contexto da integração no mercado de trabalho, a visibilidade da diferença (em relação à nacionalidade, origem, orientação sexual e identidade de género) é o factor predominante. As narrativas das/os entrevistadas/os mostraram que a nacionalidade e/ou a origem podem ser uma desvantagem na busca de trabalho. A nacionalidade e a naturalidade são duas características que são parte integral de uma candidatura a um emprego, e, por isso, difíceis de esconder. Por outro lado, a orientação sexual não é visível, nem é uma característica que se fala numa entrevista de trabalho. Em princípio, a orientação sexual é possível esconder, o que algumas/uns entrevistadas/os fazem. A transexualidade é, por sua vez, mais visível, sobretudo quando o nome e o sexo no documento de identificação discordam do género expresso.

Esse é o caso de Cris, que teve experiências muito negativas no mercado de trabalho. Durante muito tempo entregava currículos como mulher transexual, mas:

“Há dificuldade do trabalho em geral em Portugal. Está difícil para todo o mundo e ainda tenho o acrescento da transexualidade, que as pessoas não sabem o que é que é e têm medo. Aham que vai prejudicar o ambiente do trabalho, ou que a pessoa é menos capaz, ou que a pessoa tem problemas mentais [...]” (64)

Esta dificuldade, ou até impossibilidade, de encontrar trabalho por indivíduos transexuais também se reflecte no estudo desenvolvido por Oliveira *et al.* (2010), provando que pessoas transexuais são consideradas mais discriminadas comparando com pessoas bissexuais ou homossexuais, e que têm menos possibilidades em serem contratadas.

Quando Cris começou a trabalhar num *call center*, a coordenadora desrespeitava plenamente a sua identidade de género, chamando-lhe “Senhor”. Quando isto acontecia Cris não mostrava nenhuma reacção, o que levou o superior a duvidar das suas faculdades auditivas. Uma outra experiência foi como empregada de trabalho de campo para uma empresa de telecomunicações, mas “tive de me travestir de rapaz, de homem, para conseguir emprego” (62). No meio de uma equipa de homens, sentiu-se verdadeiramente “perdida” (76):

“[...] me apresentava no pronome masculino, respondia às questões em masculino. Então, para mim era tipo um teatro, porque tenho de me esforçar. [...] e às vezes não dava certo, às vezes falhava. Porque é como se fosse um teatro [...]. Então, você tem que treinar, é um treino. [...] Então foi bem complicado. Eu aguentei muito pouco tempo.” (70)

Descrevendo estas experiências como traumáticas, Cris decidiu não voltar a procurar trabalho. Por causa da transfobia existente no mercado de trabalho acabou por não conseguir tornar-se economicamente independente do seu marido.

## **Escola e faculdade**

No estudo de Castro Varela, Mohamed e Thaler (2012) é realçada a função das escolas e outras instituições de ensino como sistema normativo, no qual, como em qualquer outro contexto quotidiano, as categorias de diferenciação em relação à origem/nacionalidade, género e sexualidade são utilizadas para definir as fronteiras

entre *nós* e as/os *outras/os*. Estas diferenciações são bases de ataques de bullying, uma prática muito frequente nas escolas portuguesas, como mostrou um estudo publicado recentemente<sup>16</sup>. Na sua escola secundária, na Amadora, Paulo foi vítima desse tipo de discriminação. Tentando não revelar a sua orientação sexual a ninguém, esta e a sua origem brasileira eram a base para múltiplos abusos verbais por parte de colegas e de professoras/es. Paulo acabou por sair da escola: “[...] já não aguentava aquilo. Aquilo para mim (...). Eram bocas dos professores, eram bocas dos alunos, de alguns alunos e para mim aquilo não estava a dar” (28). Na sua escola nova, Paulo decidiu assumir-se apenas para algumas/uns, por ter sido testemunha das reacções negativas das/os colegas ao *coming-out* de uma colega. Ainda assim, sofreu uma tentativa de um *coming-out* forçado por parte de uma professora, durante a aula, descrevendo a situação como “chocante” (177). Confrontando a professora depois da aula com o seu desgosto, essa continuava afirmando que se tinha tratado de uma brincadeira.

Ben sente-se incomodado até hoje pela necessidade de apontar a sua diferença étnica de uma maneira estereotipada por parte das/os suas/seus colegas. Sendo de origem étnica indiana, segundo ele, é constantemente confrontado por colegas assumindo que é um indiano hindu. Esta estereotipação afectou-o tanto que, ficando cansado da constante necessidade de explicar a origem étnica, começou a contar a história que as/os suas/seus colegas queriam ouvir: “[...] a um certo ponto já tinha um discurso fixo, porque as perguntas das pessoas eram sempre as mesmas, queriam sempre saber as mesmas coisas. E já tinha um discurso fixo: nasci aqui, a minha origem é esta, a minha família é assim, os meus hábitos são estes” (32). As experiências de Ben estão relacionadas com uma especificidade nas relações interpessoais, mencionada por Castro Varela, Mohamed e Thaler (2012: 143): indivíduos percebidos como diferentes são frequentemente confrontados com perguntas muito pessoais por desconhecidas/os, forçando a apresentação da sua biografia para confirmar tal diferença.

Também Selen experienciou estereotipização por causa da sua origem numa faculdade no Porto. No início tinha muitas dificuldades em exprimir-se em português e por isso optou por falar inglês. Esta foi a razão pela qual foi agredida verbalmente por

---

16 Faria (2014), “Mais de 60% de alunos confirmam casos de bullying nas suas escolas”, *Público*, 19/03/2014.

um professor à frente da turma, igualizando-a com outras/os estudantes turcas/os que utilizavam a inscrição na faculdade unicamente para poder ter uma autorização de residência e que não estavam interessados em aprender português ou frequentar as aulas. Selen sentiu-se ofendida, porque estava realmente a realizar o curso. Depois de uma confrontação ainda na sala de aula, o professor pediu desculpa, afirmando que não a queria acusar. Também Camille se sentiu discriminada na escola pelo facto de ser francesa, tendo experienciado comentários depreciativos brincando com o estereótipo sexualizado da “mulher francesa” por parte das/os colegas.

O facto de que nenhum das/os interlocutoras/es se tenha assumida/o completamente no contexto escolar mostra que as escolas e faculdades em Portugal ainda não são consideradas um espaço seguro e livre de discriminação em função da orientação sexual.

## **Serviços Públicos**

Em geral, experiências de discriminação nos serviços públicos são explicadas como tendo as suas origens no trabalho excessivo e na má organização dos processos burocráticos. Porém, Cris está consciente de que a transexualidade pode ser uma razão por experiências de discriminação em estabelecimentos públicos, sobretudo quando o nome no documento de identificação não concorda com a identidade de género percebida. Neste contexto, considera-se sortuda: tendo um nome unissexo, não achou necessário mudá-lo e assim também não causa confusão nos locais onde é preciso identificar-se. Por outro lado, a Cris não é permitida pedir a mudança de sexo no documento de identificação, apesar da sua grande vontade, por não ter nacionalidade portuguesa. Desta forma, apenas após a naturalização, que é possível depois de três anos de casamento com um/uma português/a<sup>17</sup>, Cris poderá realizar esta mudança, a qual a pode proteger de experiências de discriminação em serviços públicos.

Por outro lado, é possível identificar nas entrevistas situações de discriminação no contexto dos estabelecimentos de **saúde** públicos. Cris experienciou uma situação de

---

<sup>17</sup> Lei da Nacionalidade, DL n.º 237-A/2006, de 14 de Dezembro.

recusa de tratamentos médicos e de informação relativa a hormonas utilizadas para a redesignação sexual num hospital em Lisboa, o que também foi o caso em 21,3% das/os participantes do estudo quantitativo de Castro Varela, Koop e Ott-Gerlach (2012: 98). Selen reclama que, sendo imigrante ainda não tem um médico de família. Este caso pode ser interpretado como um exemplo de discriminação institucionalizada (Hormel, 2007: 249), que privilegie as/os cidadãs/ãos portuguesas/es no acesso ao sistema de saúde. O direito ao acesso a um centro de saúde foi recusado a Navid, revelando desconhecimento da existência de uma directiva europeia que regula o tratamento igual a possuidores do cartão de saúde europeu<sup>18</sup>. Também Eduardo passou por uma situação de recusa de um tratamento. Sendo portador do vírus HIV, tem direito a um tratamento prioritário no dentista. Quando foi no dia da consulta marcada ao consultório do médico credenciado, a recepcionista explicou-lhe que o consultório não dispunha de condições adequadas para o atender por causa da sua doença. Eduardo sentiu-se discriminado porque “[...] ele também estava um bocadinho a infringir a lei, porque a norma do Ministério de Saúde que enquadra os médicos nesse cheque-dentista fala que eles devem atender todas as pessoas beneficiadas ao cheque-dentista tão igual como qualquer outra pessoa [...]” (66). Na altura da entrevista, Eduardo tinha entrado em contacto com uma associação para o ajudar a reclamar do caso.

No **SEF** apenas Selen sentiu um certo tipo de desconforto, sobretudo relacionado com os estereótipos sobre turcas/os que alguns funcionários apresentavam.

Tanto Navid como Paulo passaram por experiências de discriminação causadas por agentes da **PSP**. No caso do Paulo, trata-se de uma situação de violência psicológica enquanto esteve detido durante uma noite:

“O rapaz tinha 17 anos, vai preso, viram o documento que é brasileiro, pior ainda. Estavam a dizer que estava cá ilegal, mas pronto, tinha o documento à minha frente. Era gay. E [...] praticamente foi a pior noite da minha vida que estive na esquadra [...]. E quando estive lá [...] ouvi bocas dos polícias todos, das polícias mulheres, que chegavam lá e diziam: “Então, estás aqui porquê?”, e eu dizia, explicava a situação, começavam-se a rir para a minha cara. [...] “Ah, mas tu és gay?”, e eu: “Sim, sou, algum problema?”, começavam-se a rir e aquilo para mim foi (...) eu já estava com raiva daquela situação, e ter que ouvir aquilo e não podia responder [...]. [...]

---

18 Directiva 2011/24/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 9 de Março de 2011.

Começavam a contar a história a um, a minha história para outras pessoas, começavam-se a rir. Depois chamavam pessoas para me ver ali algemado e a rir da minha situação. Aquilo foi ridículo. Foi uma experiência um bocado má.” (131)

As/os agentes da PSP, neste caso concreto, não mostraram nenhum respeito pelo detido, e ainda por cima nenhuma sensibilidade porque, ainda por cima, se tratava de um menor, aproveitando-se da sua fragilidade.

O caso de Navid passou-se na rua, à noite, e o agressor foi um grupo de agentes da PSP, todos homens:

“Like really, they were bullying me like in high school, like a group of men bullying but here they had weapons. And I didn’t have any weapon. But they were really bullying me, making fun of my bag, and the last moment I told you when I tried to leave, one of them put his foot in front of me, and I slipped over, but I didn’t fall on the floor. But then they all laughed like (...). And I couldn’t believe that I had twelve adults, men in uniforms of the police, with serious weapons in their hands, supposed to be protecting us, [...] and they were all just like twelve little boys, bullying another guy, that didn’t have a weapon, didn’t have the position, that were not in a group. It was terrible to see.” (144)

Não percebendo português muito bem na altura, Navid não tem a certeza de qual é que tinha sido o motivo. Mas, acha que foi porque nessa noite tinha maquilhagem nos olhos, o que o fazia aparecer, segundo o próprio, um paquistanês ou indiano: “[...] eles pensaram que sou asiático, um paquistanês ou assim, acham que não tem consequências, podem fazer e não é uma pessoa que tem muitos direitos aqui” (142). Quando se conseguiu salvar da situação, Navid entrou em casa e ligou à polícia fazer queixa sobre o caso, mas não veio ninguém. No dia seguinte, querendo apresentar uma reclamação sobre o acontecimento numa esquadra da polícia, soube que, sendo estrangeiro, tinha que se dirigir à Polícia de Turismo, onde também foi agredido verbalmente pelo agente responsável. Navid considera o facto de ter de ir à Polícia de Turismo, apesar de ser residente em Portugal, discriminatório, porque divide o sistema de justiça em dois: um para cidadãos/ãos, e outro para estrangeiras/os residentes. Apesar das dificuldades que tem de enfrentar, Navid persiste na sua tentativa de denunciar o seu caso de violência policial, tendo apoio de amigas/os e activistas LGBT\*: “Porque para mim foi um trauma, e queria que isso não acontecesse a outras pessoas” (*ibid.*). Até,



depois de algum tempo decide por motivos pessoais deixar a queixa. Mesmo assim, recebeu uma carta, que lhe nunca foi possível ler, devido ao facto de ter sido mandada como carta registada para [país europeu do qual tem nacionalidade], por ter feito a queixa na Polícia de Turismo.

### **Outros sítios públicos**

Em relação à orientação sexual, salientam situações de insultos, como é o caso de Louise (no eléctrico) e Paulo (no Bairro Alto à noite). Também Cris foi alvo de insultos, durante o dia, por ser transexual. Navid foi cercado por um grupo de jovens, quando estava a beijar um outro homem no Cais do Sodré à noite, um tocando-lhe no ombro e todos gozando com o casal. Anna conta uma experiência de assédio sexual por parte de um vendedor, segundo ela, indiano, que a fez sentir-se completamente desconfortável, fugindo da loja o mais rápido possível. Em relação à sua origem, Ben passou por experiências de discriminação, igualmente no Bairro Alto à noite, tendo sido confrontado com piadas relacionadas com os estereótipos existentes sobre a população indiana (venda de droga, flores, equipamentos na rua).

Resta mencionar dois casos de recusa de serviço em cafés, um deles experienciado em Alfama por Navid, que está convencido que os motivos tinham sido os seus brincos e a maquilhagem nos olhos. O outro caso aconteceu num café na Costa de Caparica com Gustavo e mais um amigo. Enquanto Navid nunca soube se a sua expressão de género não heteronormativa foi realmente a razão, a recusa que sofreu Gustavo foi mais directo, pelo facto de que o empregado ter dito que não o queria atender por ser brasileiro. Gustavo sentiu-se muito ofendido com esta situação, acabando por chamar a polícia para reportar a discriminação.

### **Comunidades LGBT\***

Tendo definido a discriminação de indivíduos com uma origem diferente dentro da comunidade LGBT\* como um dos focos centrais, o estudo desenvolvido pela

associação LesMigras (2012) conseguiu apresentar a existência de atitudes racistas por parte de gays, lésbicas, bissexuais e transgénero pertencente à população maioritária. Baseando-se nesses resultados, verificou-se a necessidade em abordar neste estudo as dificuldades que as/os entrevistadas/os sentiam em relação às comunidades LGBT\*.

Neste contexto, três interlocutoras/es descrevem os lugares LGBT\* em Lisboa como fechados, em relação a pessoas com outras identidades, sobretudo heterossexuais. Navid acrescenta que não se consegue identificar com a comunidade gay em Lisboa, por ser machista, baseando-se no modelo dominante da heterossexualidade (homem – masculino – activo vs. mulher – feminina – passiva). Ele exprime um desgosto grande por lugares onde se encontram unicamente homens, sobretudo pela sensação de ser apenas objecto sexual. Passando muito tempo nos sítios *Web* LGBT\*, Eduardo sente especialmente dificuldades sair desse mundo virtual e ter contacto com gays na vida real, devido – segundo ele – à sua aparência e idade. Nos chats e fóruns na internet também já experienciou discriminação, tendo sido recusado por ser brasileiro.

Ben e Paulo relatam também experiências negativas com a comunidade LGBT\* por causa da sua origem, desta vez na vida real. No caso de Ben trata-se de comentários e desfavorecimento no meio dos bares e clubes LGBT\*, devido à sua origem étnica. Afirmando ter trocado esse meio por um ambiente “mais saudável” (ver: Ben, 106) dentro das associações LGBT\*, destaca a sua participação numa destas associações como experiência unicamente positiva. No caso do Paulo, as discriminações ocorreram em bares e clubes LGBT\*, que estavam sobretudo ligadas com os estereótipos existentes sobre brasileiros, observados também entre a população portuguesa num estudo organizado pelo ACIME, como é referido em Dias (2010: 191):

“É brasileiro? É prostituto ou é drogado, ou é os dois. E tive que lidar um bocado com essa fama durante muito tempo porque no final eu saí com aquelas pessoas todas e diziam sempre "Olha aquele ali, aquele ali é prostituto. Aquele é drogado" não sei o quê. Isto afectava-me um bocado. Deixava-me um bocado a pensar. [...] E afectava-me psicologicamente, fazia-me muita impressão pessoas que não conheci de lado nenhum estavam-me a julgar só pelo facto de ser brasileiro.” (102)

Paulo descreve estas experiências como traumatizantes apesar de continuar a frequentar os mesmos lugares.

Sendo também brasileira, Cris nunca se sentiu ofendida por causa da sua nacionalidade, mas relatou uma situação ligada à transexualidade que a deixou desconfortável. Sendo voluntária de uma associação LGBT\* em Lisboa, não gostou da atitude dos responsáveis que a queriam convencer em participar numa actividade, que envolvia a entrega de preservativos a trabalhadoras de sexo transexuais à noite: “Na hora que eles viram, eles falaram: Você tem que ir para lá! [...] Porque seria interessante ter uma transexual abordando outras transexuais. Elas não seriam hostis, porque elas são hostis, e tal e tal e tal” (153). Neste contexto é importante destacar dois aspectos significantes para Cris: primeiro, procura constantemente distinguir-se de trabalhadoras de sexo transexuais, sabendo que sem o apoio da sua mãe depois da transição, e do seu marido, estaria eventualmente na mesma situação. Em segundo lugar, dá muita importância a ser vista como uma pessoa com uma identidade “multifacetada” (Cris, 134), não querendo ser definida apenas através da sua transexualidade. A associação, ao querer usá-la apenas para conseguir alcançar os seus objectivos, desrespeitou completamente estes dois aspectos e foi incapaz de perceber o medo que Cris tinha desta actividade.

O desejo de não ser definida apenas através da orientação sexual é a razão pela qual Selen ainda não viu nenhuma necessidade de entrar em contacto com a comunidade LGBT\*: “In a way, I also don’t feel like, just because I’m a lesbian, I don’t have to hang out with lesbian people. I don’t have that feeling” (110). Gustavo refere-se ao mesmo motivo, justificando a rara frequência de lugares LGBT\*.

## **Comunidades étnicas**

Dada a grande quantidade de imigrantes que têm chegado nas últimas décadas a Lisboa, pode falar-se em comunidades étnicas específicas que se criaram também a partir das redes sociais já existentes nos países de origem. Essas comunidades podem, por um lado, ser um pilar de apoio, sobretudo no tempo da chegada a um novo país. Por outro lado, essas comunidades também podem significar um constrangimento para quem emigrou por questões da liberdade pessoal.

Esse é o caso de Ben, que nasceu e cresceu dentro da comunidade indiana islâmica em Moçambique. Com a vinda para Lisboa, esperava ter mais liberdade, também em relação à expressão livre da sua homossexualidade. Mas, a comunidade indiana islâmica moçambicana em Lisboa acaba por não lhe permitir essa liberdade:

“Embora tenha sido esta a motivação, eu sei que aqui em Lisboa e em Portugal há uma forte comunidade indiana islâmica e também alguns amigos dos meus pais, podem não pertencer à comunidade, que ainda existe aquela ligação. Ou seja, eu não queria soltar-me aqui completamente porque sei que havia um risco de a informação chegar a Moçambique, tanto aos ouvidos dos meus pais, mas o pior era se chegasse à comunidade. Porque eu não sei mesmo, como é que a comunidade iria reagir porque nunca vi um caso, é que nem vi um caso negativo, nem um caso positivo, nunca vi um caso.” (46)

Estando preocupado com o bem-estar da sua família na comunidade étnica-religiosa no país de origem, não consegue viver abertamente a sua homossexualidade. Essa obrigação de não se poder assumir para quase ninguém leva-o a questionar um futuro dentro do armário: “Confesso que é muito comum eu pensar: “Mas como vai ser o futuro? Será que um dia vou poder revelar?”” (51), sonhando fugir para lugares onde ninguém o conhece.

A libertação pessoal também foi o motivo de migração para Selen, vinda de um país maioritariamente islâmico, mas para ela o risco de ser identificada como lésbica por um indivíduo da mesma comunidade não é relevante, devido ao pequeno número de imigrantes turcas/os residentes em Portugal (SEF, 2011: 74). Mesmo sendo em número pequeno, as/os imigrantes turcas/os são definidas/os por Selen como comunidade, identificando-as/os como membros de uma associação turca, com centros em Lisboa e no Porto. Selen descreve essa associação como extremamente conservadora, tradicionalista e poderosa. Proclamando dar apoio a imigrantes turcas/os (p. ex. através de cursos de português), a associação pretende, segundo ela, controlar as pessoas e difundir uma cultura turca homogeneizada, assente no Islão e no cumprimento das regras de uma vida islâmica. Ao frequentar um curso de português, Selen teve contacto com essa associação pela primeira vez no Porto. Desde um confronto com um membro, que lhe tinha cobrado uma taxa mais alta do que a existente para o curso de português, não voltou a ter contacto. Ela está descontente com a imagem da cultura turca,

exclusivamente islâmica, que essa associação e os seus membros transmitem na sociedade portuguesa. Noutros contextos, Selen sentiu-se confrontada com o estereótipo da mulher muçulmana, que utiliza véu, não bebe e não fuma (por exemplo com a família com qual estava a partilhar uma casa no Porto):

“[...] the fact that they are the only ones that are representing my culture here is just a shame. Because that is not my culture. Our culture is (...) wider than that, it's not that (...) it's not just religion. It's not just being nice people and (...) "we just get together some time and drink tea all together and cook Turkish food". That's not my culture, you see, because we have a lot of things other than that. It's not that.” (184)

Em relação à comunidade brasileira, nenhum/a das/os interlocutoras/es revelou alguma dificuldade, excepto Cris que simplesmente não gosta de aglomerações de indivíduos com a mesma origem, revelando não estar preocupada em ser alvo de discriminação em função da sua transexualidade por parte dessa comunidade, afirmando a presença de muitos transexuais dentro dela, sobretudo na zona da Costa de Caparica.

### **Discriminação múltipla e a sua percepção**

*“Todos os brasileiros são gays, todas as brasileiras são putas. São todos assim. É a discriminação.”* (Paulo, 183)

Os discursos utilizados em torno da questão pela discriminação múltipla e a sua percepção são de uma elevada relevância para este estudo, tendo como objectivo captar as experiências quotidianas de indivíduos que pertencem simultaneamente a vários grupos minorizados pelas estruturas de poder.

Em geral, as/os entrevistadas/os reagiram surpreendidos a este complexo de perguntas, como se nunca se tivessem apercebido da especificidade do seus contextos particulares, mostrando, depois de algum tempo de reflexão, respostas muito diversas. Paulo é o único entre as/os dez entrevistadas/os que tanto já passou por várias situações

de discriminação múltipla, todas em função da sua origem e da sua orientação sexual, como também se apercebe dos dois motivos de discriminação como ligados:

“Eu acho que está relacionado os dois, está mesmo, porque às vezes podes conhecer uma pessoa, só pelo facto dela ser brasileira, a primeira coisa que as pessoas dizem: “É gay”, se for um português já não dizem [...]. Porque se ele fosse de outra origem qualquer ninguém tocava no assunto dele ser gay. É mesmo pelo facto dele ser brasileiro. Juntam logo as duas coisas.” (185)

Paulo é constantemente confrontado com essa suposição, também na escola, onde existe um colega que se manifesta desta forma à frente da turma toda, enquanto estão a ver vídeos em brasileiro na sala de aula. Também Navid está convencido de que os dois motivos, orientação sexual e origem, estão internamente ligados “[...] porque os dois são o Outro [...]” (278), embora nunca o tenha experienciado.

Por outro lado, Camille e Louise, em primeiro lugar, duvidam da existência de uma ligação entre vários motivos, mas relatam situações de discriminação múltipla, sendo Louise que, depois de algum tempo, afirma que, no seu caso, a sua origem poderá funcionar como uma vantagem (ou mais-valia) para que os outros mostrem mais compreensão pelo facto de ser lésbica. Curiosamente, questionada por situações concretas, Louise relata uma experiência não de discriminação positiva, mas negativa. Trabalhando num restaurante experienciou, um conflito com o superior, que a via como uma concorrência em relação às clientes por ser lésbica e francesa, e por isso promoveu a deslocação de Louise para uma outra área do restaurante. No caso de Camille, tendo sido confrontada na escola com o preconceito da mulher francesa hiper-sexualizada, tratou-se de uma discriminação em função do género e da origem. Também Anne relata uma experiência de discriminação múltipla que contém a categoria de género, quando trabalhava como assistente de *helpdesk*, um emprego que implicava um grande conhecimento técnico, sentindo-se não ser tomada a sério pelas/os colegas de trabalho por ser uma mulher jovem estrangeira.

Todavia, nem todas/os as/os entrevistadas/os se apercebem dos motivos utilizados em situações de discriminação múltipla como algo inseparável, como a teoria e investigação em torno da interseccionalidade (Crenshaw, 2010; Winker e Degele, 2009; Erel *et al.*, 2007; Lutz, Herrera Vivar e Supik, 2010) afirma:

“Eu acho que não, porque eu acho que todo o transexual passa pelo mesmo problema, até pode ser alemã, pode ser russa, pode ser japonesa. Eu acho que a própria transexual portuguesa tem os mesmos problemas que eu tenho. Eu acho que não contribui mais ou menos o facto de ser brasileira.” (Cris, 302)

Ao falar sobre a problemática de racismo em Portugal, Cris ainda sublinha que, mesmo se a nacionalidade em si, aos seus olhos, não faça diferença, a cor de pele faz: “Então, eu acho que seria ainda pior se eu fosse negra. Brasileira, negra e trans – seria o fim” (312). Esta opinião também é partilhada por Eduardo: “Agora muita gente fala ser imigrante, ser negro, ser gay é a pior coisa que existe” (132). Paradoxalmente, apesar de perceber a transsexualidade e a nacionalidade como separadas, Cris relata uma situação de discriminação múltipla, na qual foi insultada por um homem por ser transexual e, porque reagiu, esse mesmo homem ainda a insultou por ser brasileira: “Como se fosse duplamente mau” (300). Também Gustavo salienta uma situação semelhante numa discoteca na qual foi insultado por ter estado com um homem e por ser brasileiro. Mesmo assim, percebe os dois motivos como diferentes, afirmando por outro lado que, sobretudo através da discriminação verbal, podem aparecer simultaneamente. Selen ainda relata uma situação que merece especial atenção, porque os dois motivos, a sua origem e a sua orientação sexual, não foram utilizados juntos num insulto só, mas separados, razão pela qual pode ser questionado se se trata de uma discriminação múltipla.

Ben é o único das/os interlocutoras/es que nega tanto a ligação entre vários motivos de discriminação como ter tido experiências de discriminação múltipla. Apesar de afirmar um interesse particular mostrado por outros em saber como ele, sendo muçulmano, lida com a sua homossexualidade, manifesta:

“Eu acho que as pessoas separam a homossexualidade da religião. Eles podem perguntar, se eu sei o que é que a religião diz acerca da homossexualidade. Mas eu acho que as pessoas não olham para mim como uma peça exótica por ser gay mais muçulmano. Olham para mim por ser exótico mais por ser muçulmano do que por ser gay.” (128)

Esta diversidade também se reflecte no estudo de Castro Varela, Koop e Ott-Gerlach (2012), mostrando que apenas um terço das/os inquiridas/os concordou com a tese da inseparabilidade dos diferentes motivos, o que leva as autoras a concluir: “É

preciso partir do pressuposto de que cada sujeito tenha uma percepção diferente de experiências de discriminação e também uma avaliação diferente destas em retrospectiva” (103, tradução a autora).

### **Visibilidade da diferença**

*“Porque não tenho a necessidade de estar a contar a toda a gente que eu sou homossexual. Não nego que gostava. Gostava bastante de falar abertamente a todos sobre aquilo que eu sou mas vejo que não há necessidade e pode até ser prejudicial, por isso evito.”* (Ben, 46)

Os contextos de discriminação acima referidos ilustram que uma grande quantidade de discriminações são provocadas por estranhos. Tendo em conta este facto, a visibilidade da diferença torna-se um factor de elevada relevância. Em relação à homossexualidade e bissexualidade, e a transexualidade em alguns casos, afirma-se que estas são características invisíveis (Goffman, 1968: 64 a 65; Maier, 2010: 161 a 164), em contraste com a origem, que na maioria dos casos implica um fenótipo ou a expressão linguística diferente. Essa invisibilidade atribui, por um lado, um poder aos indivíduos LGBT\*, podendo decidir para quem se assumem e para quem não. Por outro lado, os relatos igualmente mostram a precaução que algumas/uns entrevistadas/os tomam, mesmo não tendo tido experiências de discriminação. Este parágrafo falará das experiências das/os entrevistadas/os com essa dicotomia visibilidade-invisibilidade, e questiona as práticas utilizadas para visibilizar a diferença. A questão dos impactos da discriminação sobre as práticas de invisibilização será abordada mais adiante.

### ***Prática do coming-out***

Em relação à prática do *coming-out*, as/os interlocutoras/es optam por uma estratégia que não os expõe logo no início de relações, tentando descobrir ao longo do



tempo a suposta posição da outra pessoa em relação ao tema da não heterossexualidade. Assumindo-se apenas quando estão seguras/os de que o *coming-out* não terá implicações negativas, algumas/uns destacam o elevado risco que está em causa, mesmo que com uma existência mais assumida pudessem contribuir para a decréscimo de intolerância: “Não quero convencer as pessoas, porque não tenho de convencer de nada. [...] quando vejo que é um bocado assim uma conversa até estranha, eu não digo nada, e pronto, eu deixo andar” (Camille, 46).

Também no que diz respeito a amigas/os e conhecidas/os as/os entrevistadas/os escolhem com cuidado a quem podem revelar, e a quem não. Neste contexto, Selen realça que dá muita importância em ser assumida para as pessoas que considera mais importantes. Esta estratégia podemos chamar de *coming-out* parcial, porque implica a visibilidade da orientação sexual em alguns contextos, e a invisibilidade noutros, acabando por estar “[...] both inside and outside at the same time” (Fuss 1991: 5).

Umas/uns entrevistadas/os praticam uma estratégia chamada *coming-out* silenciado (Gonçalves Costa, Oliveira e Nogueira, 2010: 220), o que implica um *coming-out* mais indirecto do que directo, deixando as pessoas descobrir ou apenas esperar até que essas perguntem. Em relação a essa prática, Navid e Camille argumentam que um *coming-out* natural ajuda no processo da aceitação pela outra pessoa:

“E eu acho que quanto mais natural é as pessoas levam depois de uma forma muito mais tranquila. E se querem saber fazem a pergunta e respondo. E acho que há muitos que não fazem porque têm medo da resposta, a isso acho piada também.” (Camille, 44)

Nestas estratégias diferentes pode reparar-se num indicador também destacado por outros estudos neste campo (Steffens e Wagner, 2009; Castro Varela, Mohamed e Thaler, 2012: 174, 180; Vale de Almeida, s.d.): a interiorização da homofobia/transfobia. Isto é, porque na maioria dos casos, o medo em revelar-se a uma pessoa está baseada em suposições que, por sua vez, integram estereótipos sobre pessoas homofóbicas, incluindo critérios como o contexto cultural e religioso, a idade e a escolaridade. Como explica Navid: “Porque algumas vezes nós também temos preconceitos, porque tu assumes que todas as pessoas não vão gostar disto. E eu tive

muitas surpresas na minha vida” (32).

Destacam-se ainda duas outras práticas utilizadas pelas/os interlocutoras/es: em primeiro lugar, a recusa/mentira quando são perguntadas por pessoas consideradas homofóbicas. Em segundo, Paulo relata a sua prática em assumir-se antes como bissexual do que como homossexual, afirmando que a bissexualidade é muito mais facilmente aceite. Ao contrário, Gustavo sublinha a dificuldade com qual a sua bissexualidade é aceite por outros por ser percebida como um estado confuso. Esta ambiguidade também se reflecte na literatura, mostrando por um lado menos discriminação de bissexuais (Oliveira *et al.*, 2010: 205) e por outro lado um dupla discriminação “[...] no sentido de que outras/os sentem que não pertencem a nenhuma categoria identitária tida como mais genuína/honesta/verdadeira – e estando essas assentes no binarismo hetero-homossexualidade [...]” (Gonçalves Costa, Oliveira e Nogueira, 2010: 230, Fritzsche, 2007).

O que as narrativas ilustram especialmente é a importância dada pelas/os entrevistadas/os a estas práticas diversas, estando constantemente preocupadas/os com a questão de para quem podem assumir-se (Steffens e Wagner, 2009: 242). Neste contexto, Navid sublinha a pressão que sente em relação a esta problemática, em contraste com indivíduos heterossexuais. Apenas Anne descreve a sua bissexualidade como “assunto secundário” (116), pela qual razão esta quase não é assunto entre ela e as/os suas/seus amigas/os.

### **Intimidade em público**

Uma outra dimensão ligada à problemática da visibilidade é a questão da partilha de afecto em público. Enquanto prática bastante naturalizada para casais heterossexuais, esta parece ser pouco comum entre as/os entrevistadas/os, sustentando os resultados no estudo de Gonçalves Costa, Oliveira e Nogueira (2010). Apenas Louise relata que mostra intimidade em público, nunca tendo tido experiências negativas. As/os outras/os entrevistadas/os afirmam partilhar afecto com outras pessoas, mas só em sítios e contextos específicos considerados menos perigosos (p.ex. Bairros em Lisboa, outras

cidades portuguesas, quando estão sozinhos numa rua). Navid é o único que teve uma experiência extremamente agressiva por ter mostrado intimidade (p. 62).

### **Expressão de género não-heteronormativa**

Como já foi referido no capítulo anterior, a heteronormatividade está baseada no modelo do binarismo de género, que atribui a cada um dos dois um conjunto de normas de comportamento, interesses, gestos, vestuário etc. adequado. Desta forma, orientações sexuais e identidades de género que não encaixam no sistema da heterossexualidade, *i.e.* na concordância de género – sexo – desejo, igualmente são marcadas com um conjunto de normas, opostas às das identidades heterossexuais e *cisgendered*<sup>19</sup>. Oliveira *et al.* descrevem este padrão como Genderismo: “[...] uma ideologia que reforça uma apreciação/avaliação negativa de não-conformidade de género, ou de uma incongruência entre sexo e género” (2010: 96). No contexto da discriminação em função da orientação sexual e/ou identidade de género, o genderismo é um complexo extremamente importante, porque esse torna a orientação sexual e/ou identidade de género de um certo modo “visível”. Tendo em conta que a maioria das/os perpetradoras/es não conhecem as suas vítimas, como também é mostrado pelo relatório do Observatório de Discriminação (ILGA Portugal, 2014: 4), os estereótipos sobre expressões, aparências e gestos especificamente gays ou lésbicos são a base para cada acto discriminatório. Castro Varela, Koop e Ott-Gerlach (2012: 132) concluem que a expressão de género não-heteronormativa é responsável pela maior parte da discriminação sofrida no espaço público.

Paulo, por exemplo, foi identificado como homossexual por um colega na escola por causa de gestos. Estando consciente do significado de alguns gestos em contextos homofóbicos, procura evitar a sua expressão livre, como por exemplo ao interagir com o marido da sua prima, que não sabe da sua orientação sexual.

---

<sup>19</sup> Isto torna-se muito visível nos estereótipos do homem gay efeminado, e por outro lado, da mulher lésbica masculinizada.

## **Fenótipo**

Em relação à diferença fenotípica, esta parece estar muito presente nas experiências de discriminação de três interlocutoras/es. Primeiro, Ben reclama a constante necessidade por jovens portugueses de tentar perceber a sua origem através das suas características fenotípicas. Navid afirma ter tido experiências de racismo leves por parecer mais português, estando consciente que seria mais grave se fosse negro ou parecesse mais indiano ou paquistanês. Este aspecto também é destacado por Machado (2001), que afirma a importância de se distinguir experiências e percepções de discriminação de indivíduos com um fenótipo estigmatizado, sendo maioritariamente mais elevadas (55). Finalmente, Anne relata situações nas quais sente um tratamento menos favorável por ser percebida como imigrante da Europa de Leste.

## **Língua**

A expressão linguística é mais um factor que visibiliza a diferença, nomeadamente em relação à língua materna. Entre as/os falantes de português pode fazer-se notar esta diferença através de um sotaque ou de uma forma específica de falar. Neste contexto, são sobretudo Paulo e Gustavo que relatam situações nas quais o seu sotaque foi negativamente valorizado. No que diz respeito às/aos imigrantes não-falantes de português, a expressão linguística também é relevante, no contexto da aprendizagem e da pronúncia diferente que, em alguns casos, nunca desaparece.

## **Gestão da discriminação**

*“Não posso fazer disso o ponto principal da minha vida.” (Cris, 232)*

Segundo Hansen (2009: 156), experiências de discriminação não têm apenas um efeito negativo sobre a saúde, mas também influenciam o modo como um indivíduo

reage a discriminações seguintes. Desta forma, este parágrafo tratará da questão de até que ponto as experiências de discriminação no passado levaram a uma mudança em termos do afecto emocional do modo em que se desenvolveu, ao longo do tempo, uma estratégia para lidar melhor com experiências deste tipo. Além disso, falando da gestão da discriminação, também é fundamental falar do apoio emocional, que as/os entrevistadas/os procuram quando são alvos de discriminação.

### **Desenvolvimento de uma estratégia**

Na análise das entrevistas em relação às reacções à discriminação por parte das/os entrevistadas/os repara-se numa distinção entre diferentes graus de discriminação, dependendo do contexto, que determinará a reacção à discriminação. Enquanto em casos de discriminação consideradas menos graves as/os entrevistadas/os optam sobretudo por ignorar, ficar calmas/os e não dar muita importância, em casos de discriminação consideradas mais graves conduzem a sua defesa verbal, queixa a outros responsáveis e até pedir a intervenção da polícia. Não obstante, as discriminações afectam emocionalmente as/os interlocutoras/es, e são descritas em vários momentos como sendo destrutivas e traumatizantes.

Olhando para a questão sobre se as/os entrevistadas/os, ao longo dos anos, desenvolveram uma estratégia específica para lidar melhor com a discriminação verificam-se três técnicas diferentes: mais compreensão pelas/os perpetradoras/es, mais auto-controlo, mais auto-conhecimento. Em relação à primeira estratégia que consiste em desenvolver **mais compreensão pelas/os perpetradoras/es**, para Cris, Selen e Ben o melhor conhecimento das/os portuguesas/es ajuda a desenvolver mais compreensão e perceber que a maioria das discriminações não acontece com má intenção. Neste contexto, o sentimento de integração é um factor de elevada relevância também, como é destacado por Selen: sentir-se integrada ajuda-lhe a lidar com situações de discriminação: “So I think I'm feeling more integrated now, so it doesn't bother me that much. [...] I'm comfortable with myself because (...) I just don't care anymore, I think. But of course, I would be upset, but it wouldn't ruin my entire day” (172). Nesta técnica também se integra o sentimento de estar habituado, quer dizer, o conhecimento das

diferentes formas de discriminação em Portugal e a sua aceitação como “estado normal”, como é exprimido por Navid, Louise e Ben.

No que diz respeito à estratégia de obter **mais auto-controlo**, Camille e Paulo descrevem como tentam conscientemente em situações de discriminação manterem a calma e tentarem não se deixar afectar, mas com objectivos diferentes: enquanto Paulo utiliza esta prática para evitar situações de confrontação do passado, para Camille é uma questão encontrar a sua paz pessoal, tornando-se mais madura.

Gustavo pratica uma técnica de mistura: para ele o momento de auto-controlo é significativo para desenvolver mais compreensão pela pessoa que o discrimina, conseguindo desta maneira não se deixar afectar: “[...] vejo que quem colocava o obstáculo era eu. E aprendi uma coisa muito importante que só me põe abaixo de quem eu quero. As coisas só têm valor quando as pessoas dão” (244).

A terceira estratégia é mencionada por Anne, que, para lidar melhor com situações de abuso sexual em público, destaca a importância em ganhar **mais conhecimento de si própria**, e dos seus limites, conseguindo agora defender-se melhor nessas situações.

### **Apoio emocional**

Todas/os as/os entrevistadas/os procuram apoio emocional entre as/os amigas/os, mas apenas em casos de discriminação considerados mais graves. A família, surpreendentemente, não tem tanto peso no que diz respeito ao apoio. Isto pode ter a sua razão na distância geográfica existente. Além disso, as reacções não inteiramente positivas dos pais ao *coming-out* deixam presumir que seja difícil partilhar experiências de discriminação com eles. Em relação à discriminação em função da origem/nacionalidade, Gustavo aponta que a sua família não é um bom apoio emocional, culpando-o da decisão de estar a viver no estrangeiro.

Verifica-se a grande importância do trabalho das associações para apoio emocional das vítimas de discriminação, tanto no plano de uma ajuda mais pontual,

através de consultas, como de uma participação mais constante. No que diz respeito ao apoio psicológico e contrariamente aos resultados de outros estudos em torno da discriminação em função da orientação sexual e/ou identidade de género (Gonçalves Costa, Oliveira e Nogueira, 2010: 234; Castro Varela, Koop e Ott-Gerlach, 2012: 86), que destacam o elevado número de participantes com experiências de apoio psicológico profissional, encontram-se entre as/os entrevistadas/os apenas duas/dois: uma experiência foi ainda no país de origem para preparar psicologicamente o *coming-out*, e a outra foi já em Portugal, mas o entrevistado não quis especificar mais.

## Justiça

Entre as/os interlocutoras/es, Navid é o único que, depois de ter sido discriminado por agentes da PSP, apresenta uma queixa. A sua experiência (p. 60 a 62) ilustra o grande obstáculo que recorrer aos tribunais ainda significa para as vítimas de violência e discriminação, intensificando a desconfiança na polícia e no sistema jurídico em geral, como é mostrado por Gonçalves Costa, Oliveira e Nogueira:

“Para algumas pessoas, a apresentação de queixas é ainda algo que não se equaciona como uma medida viável a tomar pelo descrédito dado às forças de segurança policial. A ideia de sofrer eventualmente uma segunda discriminação ou maltrato por parte da polícia num momento de vulnerabilidade em que se pede ajuda, será sem dúvida factor de retracção de algumas pessoas.”(2010: 232)

Esta desconfiança também se reflecte no facto de que apenas 4 % dos casos de discriminação reportados ao Observatório da Discriminação em Função da Orientação Sexual e Identidade de Género, um projecto ocorrido em 2013 pela ILGA Portugal, apresentaram queixa junto das autoridades (ILGA Portugal, 2014: 4), dos quais nenhum chegou ao tribunal (*ibid.*: 14). Estes números tão baixos mostram também a importância de um outro projecto levado a cabo pela mesma associação, que tem como objectivo a realização de workshops de sensibilização para a polícia<sup>20</sup>.

---

20 Ver: ILGA Portugal (s.d.) "Proposta de boas práticas para o relacionamento entre as forças e serviços de segurança portuguesas e as cidadãs e cidadãos LGBT", ILGA Portugal (s.d.), "Vamos parar os crimes de ódio contra pessoas LGBT. Orientações para a Polícia".

## **Percepção da discriminação**

*“E que acredito que haja pessoas em situações muito piores do que a minha, porque, lá está, como eu disse, eu considero-me sortudo. A minha base familiar é sólida, e já tenho bons amigos aqui [...]”* (Ben, 142)

Este parágrafo pretende visibilizar a percepção que as/os entrevistadas/os têm: primeiro, das suas próprias experiências de discriminação; segundo, das experiências de discriminação em função da sua origem/nacionalidade em relação a racismo; terceiro, de fenómenos como racismo, homofobia e transfobia em geral em Portugal; quarto, dos factores que causam discriminação; e quinto, do perfil da/o perpetrador/a.

## **Percepção geral da própria experiência**

É interessante que os resumos das/os participantes do estudo sobre as suas experiências de discriminação se contradizem com as narrativas de situações de discriminação concretas exprimidas durante as entrevistas, ilustrando a sua baixa valorização. Nos casos mais extremos as/os entrevistadas/os afirmam durante a entrevista não terem passado por discriminação, apesar de contarem vários episódios de tratamento desfavorável por motivos de discriminação. Esta é uma problemática também salientada no estudo de Gonçalves Costa, Oliveira e Nogueira, que afirmam:

“Não obstante, é interessante verificar que esta declaração sobre não discriminação seja negada na continuidade do discurso. Este facto é relevante no que respeita à forma como as pessoas podem ou não perceber, processar, integrar ou assumir determinadas atitudes ou comportamentos (ou a ausência destes) como discriminatórios.” (2010: 229).

Esta baixa valorização da discriminação por parte das/os entrevistadas/os tem mais duas variações, sendo a primeira uma postura de comparação com outros indivíduos noutros contextos sociais e étnicos (“piores”), e a segunda uma postura de comparação com outros lugares nos quais a discriminação é mais elevada.



## **Racismo, xenofobia – percepção da discriminação em função da origem/nacionalidade**

Em relação à questão sobre se consideram as suas experiências em função da origem/nacionalidade como racismo, nenhuma das respostas foi claramente afirmativa, podendo distinguir duas linhas de argumentação. A primeira baseia-se numa definição de racismo como discriminação unicamente em função da cor de pele, afirmando nunca ter tido experiências relacionadas com a cor de pele. Por sua vez, a segunda linha de argumentação utiliza um esquema de graduação de discriminação em função da origem/nacionalidade, descrevendo as próprias experiências como tão leves que não merecem o termo racismo. Este pressuposto de diferentes graus de experiências também está relacionado com a ideia de uma diferente valorização de diferentes nacionalidades por parte da população portuguesa, privilegiando imigrantes do mundo ocidental, exprimida por Navid e Camille. As sugestões para designar as suas experiências de discriminação em função da origem/nacionalidade encontram-se à volta de termos como “oportunismo”, “nacionalismo” e “xenofobia”.

### **Percepção da situação em Portugal**

No que diz respeito à percepção do **racismo** em Portugal as/os interlocutoras/es afirmam positivamente a sua existência em Portugal: “[...] aqui as pessoas levam muito a peito a origem, e por isso há discriminação.” (Ben, 30). Entre as suas características referidas pelas/os entrevistadas/os, destaca-se a hipótese de que o racismo em Portugal é mais leve do que noutros países e que, apesar da discriminação verbal “[...] a maior parte são super-bem integrados [...]” (Camille, 192). Cris suporta esta afirmação, descrevendo o racismo em Portugal como menos violento: “[...] mas eu também nunca vi um português querer atacar um negro porque era negro. Nunca vi. Sempre comentáriozinhos bobos” (326). Estes últimos resultados concordam com os de Marques (2007: 34), segundo os quais predominam as percepções de que não existe racismo, ou existe, mas menos grave, ou de uma forma diferente do que noutros países. Repara-se aqui num mecanismo de interiorização da ideia luso-tropicalista pelas/os próprias/os imigrantes.

Nos discursos das/os entrevistadas/os destaca-se mais uma ideia central: a de uma diferenciação entre imigrantes europeias/europeus e imigrantes não-europeias/europeus, afirmando o racismo contra europeias/europeus como significativamente mais leve e menos violento, ou até como inexistente. Neste sentido, como grupos mais alvo de racismo são mencionados negras/os, indianas/os, imigrantes das antigas colónias e ciganas/os. A distinção feita pelas/os interlocutoras/es entre imigrantes de países antigamente colonizados e imigrantes de países antigamente colonizadores baseia-se na ideia de que os antigos paradigmas do colonialismo, quando o racismo também científico teve o seu apogeu, ainda persistem no racismo contemporâneo português. Dentro deste contexto, Machado aponta a visibilidade social, incluindo o fenótipo, das/os imigrantes como indicador para a sua associação como “ameaça”(2001: 55). Em relação ao mercado de trabalho, Eduardo afirma ainda um eventual aumento de racismo, devido à situação económica, tornando as/os imigrantes em competidores das/os portuguesas/es.

Em relação à questão sobre se a **homofobia** é considerada um problema na sociedade portuguesa, as respostas mostram mais divergências, oscilando entre a negação e a afirmação extrema. No caso da negação, Camille explica nunca ter visto a expressão de ódio profundo contra indivíduos LGBT\*, considerando Portugal um país tranquilo. Também Louise, mesmo afirmando a existência de homofobia, descreve a discriminação homofóbica paradoxalmente como muito mais leve do que noutros países, como por exemplo França: “Porque temos uma imagem deste país muito mais religioso e muito menos aberto nas mentalidades. Mas por um outro lado são muito mais livres, muito mais abertos” (228). Selen também está esperançosa, porque comparando com a Turquia, repara em Portugal no desenvolvimento de uma geração de jovens LGBT\* que abertamente mostram a sua orientação sexual e/ou identidade de género em público. Por outro lado, Paulo e Navid afirmam que existe muita homofobia em Portugal, tendo o último a opinião de que a sociedade portuguesa é mais machista do que a espanhola ou italiana, o que igualmente fomenta mais a homofobia.

Olhando para a **transfobia** em Portugal, Cris afirma a sua existência, destacando a falta de informação sobre o assunto. Ao contrário das suas experiências no Brasil, já passou por várias situações desde a sua chegada, nas quais foi insultada com palavras

ligadas à homossexualidade masculina. A confusão entre transexualidade e transgenderismo com homossexualidade é uma realidade também mencionada por Saleiro (s.d., 84), que causa uma invisibilização das realidades transsexuais e das transgénero, não só no quotidiano, mas também na academia. Paulo igualmente destaca a transfobia como problema, explicando que a imagem das/os “brasileiras/os como prostitutas/os” vem do facto de que entre as transsexuais brasileiras residentes em Portugal serem muitas as que são trabalhadoras de sexo.

Em relação ao **sexismo**, Anne sublinha que as suas experiências de assédio sexual se baseiam sobretudo no facto de ter uma percepção diferente devido à sua diferença cultural, definindo-as como sexismo, ao contrário das/os portuguesas/es com quem falou sobre isso.

Na entrevista com Eduardo também se salienta a **discriminação em função de HIV**, que segundo ele, tem a sua origem no desconhecimento da doença, derivando disso medo. Como é argumentado no relatório de UNAIDS (2005), portadores de HIV ainda são discriminados a nível global. No quotidiano, portadoras/es de HIV são alvos de diferentes formas de discriminação, sobretudo ao serem evitadas/os por outros (Stürmer e Salewski, 2009: 272), mas também exclusões ao nível institucional, como foi o caso de Eduardo (p. 60).

### **Percepção da origem da discriminação**

No que diz respeito à questão de como a discriminação é causada, a grande maioria das/os entrevistadas/os refere, tanto ao nível da discriminação em função da origem/nacionalidade, como em função da orientação sexual ou identidade de género, como em função do HIV, a **ignorância**, que frequentemente está ligada também à **falta de informação** nas suas narrativas: “[...] aquela chacota de gente ignorante, que não tem informação, que nunca sai de Lisboa, que nunca viu nada, não sabe de nada” (Cris, 226). Neste excerto verifica-se mais um paradigma que aparece em várias entrevistas no contexto da discriminação em função da origem/nacionalidade: a ideia de que os portugueses tiveram **pouco contacto com outras culturas**. Navid e Selen reclamam a

frequência com qual são confrontados com perguntas, descritas como “idiotas”, ou com imagens superficiais baseadas naquilo que os média transmitem em relação à cultura e religião do país de origem, mostrando, nas palavras de Goffman, uma “morbid curiosity” (1968: 28) devido à falta de informação. Para Navid o isolamento de Portugal de outras culturas tem ainda um efeito mais negativo em relação a uma falta de dinamismo. No discurso de Anne sobre este assunto, ao relatar a opinião das/os suas/seus amigas/os portuguesas/es sobre racismo em Portugal, identifica-se uma argumentação baseada na ideia vinda do luso-tropicalismo, pela qual as/os portuguesas/es não são racistas devido ao intenso contacto que tiveram com outras culturas há muitos séculos (Alexandre, 1999: 143; Marques, 2007).

Realça mais uma causa referida por algumas/uns entrevistadas/os, que tem a ver com a questão da educação e, como diz Ben “**formatação**”, baseada no pensamento em estereótipos: “Hoje, depois de alguns anos, apercebo-me de que não havia maldade, simplesmente as pessoas são formatadas a acreditar, formatadas a estereótipos. Há muita formatação aqui” (30). Também Camille descreve as suas experiências em relação às experiências de discriminação em função da sua origem como causadas pela simples necessidade de apontar uma diferença, um estereótipo. Para Cris, a discriminação dos brasileiros em Portugal tem a sua origem na imitação das gerações velhas pelas gerações mais novas, não permitindo uma mudança de paradigmas consistentes na sociedade portuguesa. Relacionada com esta questão, também se destaca a acima referida distinção entre imigrantes da Europa e imigrantes das antigas colónias e/ou fora da Europa (p. 79), que produz em relação aos últimos um sentimento de superioridade, causando discriminações e paternalizações, como aponta Navid.

Uma questão de elevada relevância nas narrativas da/dos interlocutoras/es é a de que se as discriminações acontecem por alguma maldade, parecendo ser também uma estratégia para lidar melhor com a discriminação, dando-lhe menos importância: “[...] não me tinha apercebido que a discriminação que havia não era com má intenção e provavelmente isso deixou-me um bocadinho em baixo, porque no início devo ter acreditado que havia alguma maldade por trás da discriminação.” (Ben, 30).

## Percepção do perfil da/o perpetrador/a

No que diz respeito ao perfil geral da/o perpetrador/a as/os entrevistadas/os manifestam opiniões e experiências bastante divergentes. Em relação à **idade**, por exemplo, Selen e Gustavo estão convencidos que a geração mais velha se mostra mais preconceituosa e homofóbica, segundo Selen, devido à falta de conceptualizações. Concordando com esta afirmação, Cris sublinha achar estranho ter tido mais experiências de discriminação com jovens: “Agora imagina um senhor, que vem do tempo do Salazar, ele deve pensar que eu sou, sei lá, uma figura de circo” (204). Contrariamente, Ben não reparou numa diferença significativa no que diz respeito a uma correlação entre idade e homofobia. Em relação ao bullying, Paulo verificou um ambiente mais relaxado na nova escola, tendo colegas mais velhas/os. Surpreendentemente, em relação à discriminação em função da origem étnica Ben experienciou manifestações racistas mais fortes e mais frequentes por jovens: “É nos mais jovens que noto o maior nível de ignorância em relação às outras culturas. Nos mais velhos noto muita indiferença em relação ao tipo de pessoa, em relação às origens das pessoas” (32).

Olhando para o factor da **escolaridade**, Louise e Ben partilham a opinião de que indivíduos com um nível de instrução mais baixo se mostraram muito mais abertos, tanto em relação à origem, como à homossexualidade. Contrariamente, Selen vê a escolaridade como um indicador que reduz a tendência para atitudes discriminatórias, mostrando menos compreensão por essas pessoas. Além disso, Anne e Cris distinguem as suas experiências com portuguesas/es das com indivíduos de outras **origens**: enquanto a primeiro afirma ter passado por mais situações de assédio sexual por homens imigrantes, Cris destaca especialmente a comunidade africana em Lisboa como um problema, mostrando atitudes extremamente homo- e transfóbicas.

Neste contexto, ainda aparece o **sexo** como factor relevante, sendo Navid que afirma em vários momentos da entrevista que foi mais alvo de discriminação por homens, explicando que este facto tem a sua origem na cultura machista, que recusa homens que não encaixam no paradigma da masculinidade hegemónica (Connell 2005).

## **Impacto da discriminação**

*“[...] você ser gay é uma coisa difícil porque sempre se tem que ficar assim se escondendo, não é se escondendo, mas não pode expressar direito as suas emoções e os seus sentimentos por causa do preconceito das pessoas”*  
(Eduardo, 126)

Segundo Hansen (2009: 163), experiências de discriminação têm efeito sobre as expectativas dos indivíduos, no sentido em que em certas situações a discriminação é esperada antes de existir. Desenvolvendo uma postura de medo de situações de discriminação (*ibid.*: 163), os indivíduos tendem a evitar certas situações nas quais a discriminação é esperada. Desta forma, este parágrafo tratará do impacto que experiências de discriminação têm sobre os indivíduos. Para este efeito serão analisadas, com referência a Goffman (1968), práticas de gestão de estigma, sendo utilizadas para invisibilizar a diferença, possibilitando ao indivíduo passar certas situações sem discriminação.

No seu livro *Stigma. Notes on the Management of Spoiled Identity* Goffman trata dos vários modos através dos quais os indivíduos lidam com um estigma, e, entre estes, um que se baseia na relação destacada acima de visibilidade-invisibilidade da diferença, e que é especialmente relevante, foi referido frequentemente pelas/os interlocutoras/es:

*“To display or not to display; to tell or not to tell; to let on or not to let on; to lie or not to lie; and in each case, to whom, how, when and where. [...] It is this [...], the management of undisclosed discrediting information about self; that I am focusing on in these notes, in brief, 'passing'.”* (1968: 58)

Neste contexto, o constante controlo de informação, o cuidado em não revelar a qualquer pessoa a sua orientação sexual e/ou identidade de género, para evitar situações de discriminação já experienciadas no passado, conduz a uma auto-censura extrema, que para Navid é “o pior tipo de censura” (206), e que, como no caso de Louise, pode ter origem no medo de uma outra pessoa (companheira). O discurso de Selen mostra ainda o poder enorme que esta auto-censura tem sobre as vontades dos indivíduos, mudando até mesmo o estilo de vida. Esta técnica é também mencionada noutros

estudos em torno da orientação sexual e/ou identidade de género (Castro Varela, Mohamed e Thaler, 2012: 176, 185) e pode conter diferentes estratégias, atingindo diferentes domínios da vida social de uma pessoa, tendo como objectivo reduzir as experiências de discriminação na vida quotidiana. Mas, como é sublinhado por Castro Varela, Mohamed e Thaler: “A possibilidade de passing não significa estar menos vulnerável, mas sim em estar vulnerável de outra maneira” (*ibid.*: 186, tradução a autora).

### **Relações inter-pessoais - controlar informação na interacção com (des)conhecidas/os**

No que diz respeito ao impacto na maneira como se relacionam com outras pessoas verifica-se a estratégia de só se assumir para uma pessoa quando se tem mesmo a certeza da sua postura “pró-LGBT\*”, ou nas palavras de Hark, depois de um “screening social” (*apud* Castro Varela, Mohamed e Thaler, 2012: 146, tradução a autora). Selen, por exemplo, destaca que, depois das suas experiências em Lisboa, ficou mesmo com mais cuidado em esconder a sua orientação sexual para desconhecidas/os: “And then when that [discriminação; a autora] happens, of course, you just tend to be more careful and not to expose yourself so much, because you don't know what is going to come from others. As much as you can be comfortable with yourself, people may not be” (118). Pode concluir-se das narrativas, que todas/os as/os entrevistadas/os apenas consideram amigas/os próximas/os a quem se podem assumir sem serem rejeitadas/os. Isto é um factor de elevada relevância, que até, como no caso de Selen, pode conduzir a um processo de eliminar pessoas com atitudes mais discriminatórias do círculo de amigas/os e conhecidas/os, tendo sido salientado também como uma forma de discriminação mais indirecta no estudo de Steffens e Wagner (2009). Neste contexto, também Goffman fala do “special bearing on relationships” (1968: 108), do modo em que a pretensão de não se revelar tem um impacto sobre a intensidade da intimidade permitida pelos indivíduos nas relações de amizade.

Também, as experiências de discriminação em função da sua origem étnica tiveram sobre Ben inicialmente um impacto extremamente negativo, que chegou até

situações de interação nas quais se apresentava com um discurso fixo, fundado naquilo que, com base em experiências anteriores, considerava ser o que os outros queriam ouvir. Depois de algum tempo, parou com esta prática, tendo ganho mais força para resistir aos estereótipos com quais estava a ser confrontado constantemente. Mesmo assim, Ben relaciona-se com desconhecidas/os com alguma cautela, em relação à sua homossexualidade, de indivíduos que possam ter contactos com a sua comunidade étnica em Moçambique, e e em relação à sua origem étnica, de grupos de jovens.

### **Aparência física e intimidade em público - invisibilizar símbolos de estigma**

Esta é uma prática referida tanto por Goffman (1968: 114 a 115), como também pelas/os entrevistadas/os deste estudo, sobretudo em questão de impactos de discriminação sobre a aparência física como sobre as práticas de exibição de intimidade em público. Em relação à aparência física tratou-se no capítulo anterior da problemática do genderismo que produz papéis de género distintos, definindo-se entre outros através de símbolos corporais tipicamente masculinos e femininos (pp. 37 a 38). Deste modo formam-se também estereótipos sobre comportamentos e vestuário específicos de homossexuais baseados em pressupostos acerca da expressão de género heteronormativa. Este processo de visibilização da diferença através da definição de símbolos corporais é também inerente a outros tipos de diferenciações sociais, como por exemplo, na distinção de nacionalidades, origens, religiões e raças diferentes.

Navid, por exemplo, relata ter deixado de utilizar maquilhagem nos olhos, por um lado, por ter provocado as imagens estereotipadas de uma masculinidade hegemónica, e, por outro lado, por ter sido percepcionado como indiano ou paquistanês, segundo ele. Também Paulo afirma utilizar esta prática para fazer “passing” com sucesso:

“[...] eu evito vestir-me, como se diz, à bicha [...]. Porque toda a gente sabe quem veste aquele tipo de roupa é gay. Mas se eu vestir roupas normais, como os meus amigos straights, ninguém vai dizer nada, ninguém vai se aperceber. É o meu comportamento de fugir, por isso.” (163)

A entrevista de Eduardo mostra que as experiências de discriminação têm apenas



efeito sobre a aparência física em situações nas quais os indivíduos saem do permitido, dos standards da expressão de género heteronormativa, e, como isso não é o caso com ele próprio, nunca mudou nada em relação à aparência física.

Em relação às práticas de mostrar intimidade em público, apesar de, como já foi mostrado, haver um cuidado mais geral por parte das/os entrevistadas/os, não sendo necessariamente o resultado de situações de discriminação específicas, é preciso sublinhar o discurso de Navid, tendo sido vítima de uma situação de discriminação por ter beijado um outro homem. Desta forma, afirma estar mais consciente das possíveis consequências, dependendo também do lugar. O lugar é considerado um indicador importante por Camille que aponta ter mais cuidado em alguns sítios, considerando isto “[...] uma questão lógica, se eu não quero levar bocas, eu vou evitar” (128). Neste contexto, Castro Varela, Mohamed e Thaler (2012: 190) descrevem a prática de invisibilização de símbolos corporais como uma necessidade, utilizada sempre que for possível, mas também como uma arte performativa.

### **Identidade - tornar-se mais forte**

Com referência ao termo de “spoiled identity” utilizado por Goffman (1968), a questão se e até que ponto as experiências de discriminação têm um efeito negativo ou até destruidor sobre a auto-imagem das/os interlocutoras/es é de elevada relevância para este estudo. Dos discursos pode concluir-se que as experiências de discriminação significaram no passado um obstáculo psicológico, em alguns casos até grande, mas que, ao desenvolver uma estratégia de gestão da discriminação, hoje em dia já não afectam a auto-estima das/os entrevistadas/os. Na narrativa de Ben, este processo de evolução é bem visível: tendo sido confrontado com uma extrema necessidade de estereotipar indivíduos pela origem étnica quando chegou a Lisboa (“E cá foi quando me apercebi o que é que eu era, que eu era diferente de outras pessoas” (30), causou-lhe uma auto-estima extremamente baixa, até que, num processo longo, desenvolveu uma estratégia, conseguindo afirmar hoje em dia: “A minha cultura, a minha origem não me define” (*ibid.*).

O paradigma de *empowerment* verifica-se nas várias entrevistas, implicando uma ideia de “se tornar mais forte” (ver: Camille, 176) com as experiências de discriminação, e mais “definida” (Louise, 174). Também na narrativa de Selen encontra-se este paradigma: “[...] in the very beginning [...] it was something that put me in a really bad shape. But then actually it helped me realize myself, realize the power in myself, the strength in myself. [...] I didn't change accordingly but I grew stronger” (178). Por outro lado, Cris afirma não ter mudado nada em termos de auto-imagem ou identidade, explicando que: “Eu tenho consciência do que eu sou, e que a minha presença perante a sociedade pode trazer vários tipos de sentimentos” (282).

## **Lugares**

No que diz respeito a lugares que são evitados conscientemente pelas/os entrevistadas/os pelo motivo do medo de ser discriminado, as respostas divergem, tanto como as próprias experiências. Enquanto algumas/uns afirmam não evitar nenhum sítio em específico, distinguem-se, por outro lado, lugares de lazer de noite (discotecas, bares etc.) maioritariamente frequentados por heterossexuais: “Agora se sair para um sítio hetero, tenho que ficar num cantinho. Tenho que ficar ali, porque se eu começar a dançar e fazer uma coisa daquelas, as pessoas vão logo começar a julgar. [...] Isto já é uma discriminação” (Paulo, 161). Por isso, tanto Paulo como Ben preferem sair em ambiente LGBT\*, com a diferença de que Ben prefere “actividades mais saudáveis” (106) em lugares de convívio das associações, referindo-se às suas experiências de discriminação em função da sua origem em clubes e bares LGBT\*. Cris, tendo tido uma série de experiências de discriminação por indivíduos da comunidade africana, relata evitar “locais onde vivem muitos negros” (276).

## **Conclusões**

Chegando ao fim da apresentação dos resultados, podemos revisitar as perguntas colocadas na descrição do estudo (Capítulo I). Foi possível dar visibilidade às narrativas de dez indivíduos, entre os quais existem discursos mais ou menos diferenciados sobre a discriminação experienciada. Mas, apesar da grande diversidade de experiências de discriminação salientam-se dois temas nas narrativas das/os entrevistadas/os quando interrogadas/os sobre experiências de discriminação: a preponderância, por um lado, de descrições de insultos em espaços públicos, o que também concorda com resultados de outros estudos (Castro Varela, Koop e Ott-Gerlach, 2012: 110; ILGA Portugal, 2014: 4; Oliveira *et al.*, 2010: 206); e por outro lado, de descrições de situações de discriminação causadas por um ou vários indivíduos.

Este último ponto é particularmente interessante por mostrar que a discriminação, na maioria dos casos, é entendida como uma acção directa de uma pessoa sobre outra, ignorando as relações mais invisíveis resultantes da discriminação estrutural (Hormel, 2007; Steffens e Wagner, 2009: 243 a 244) e institucionalizada (Hormel, 2007). Estas duas formas de discriminação aparecem apenas em alguns momentos dos discursos, quando, por exemplo, Navid reclama sobre a discriminação experienciada com a PSP, ou a sua dificuldade em lidar com tentativas de outras pessoas para explicarem a homossexualidade com paradigmas de heterossexualidade. No que diz respeito à questão do estatuto legal, nenhum dos entrevistados que passaram um período sem documentos em Portugal denuncia esta separação entre imigrantes de “primeira classe” e “segunda classe”, podendo isto ser interpretado como uma separação já naturalizada, que não é questionada.

Por um lado, pode argumentar-se que este estudo se enquadra no conjunto de estudos sobre discriminação em função da sexualidade que apenas se focam em actos sociais como discriminação e não tomam em consideração a discriminação institucional, como critica Maier (2010: 158 a 159). Por outro lado, estruturas, instituições e práticas estão internamente ligadas e influenciam-se mutuamente. Por isso, referindo-nos a Essed (2002: 214), mesmo sem, ou com poucas referências nas entrevistas, a

discriminação estrutural e institucional está presente no subtexto das narrativas de discriminação interaccional do quotidiano. Neste sentido, argumenta Ferreira Mendes:

“Estas microexperiências só podem ser interpretadas e compreendidas quando situadas nas relações de força instauradas num contexto mais vasto de legitimação das desigualdades e das hierarquias sociais que envolvem os grupos imigrantes. Há de facto, mecanismos e forças que se localizam a um nível macrossocial que contribuem para a reprodução de ideologias e práticas discriminatórias e que escapam aos próprios entrevistados.” (2010: 29)

Nos discursos das/os interlocutoras/es sobressai o *coming-out* como um dos temas fundamentais, devido ao facto de ter relevância em todas as esferas da vida pública e privada. Desta forma, o acto de tomar a decisão sobre para quem e de que forma se assume parece ter um lugar central na vida dos indivíduos LGBT\*. Além dessa centralidade, verificou-se também a elevada relevância com a qual as/os entrevistadas/os consideram o desejo de se poderem assumir para as pessoas que lhes são mais próximas, sobretudo família e amigas/os. Neste contexto, é importante levantar uma outra questão mesmo que nenhum/a das/os entrevistadas/os a tenha destacado: considera-se discriminação quando um indivíduo não se pode assumir pelo facto de ter medo de ser rejeitado ou discriminado em seguida? Gonçalves Costa *et al.* (2010) afirmam: “Esta invisibilidade funciona como adaptação forçada a estruturas e contextos fortemente heterossexistas que exercem a sua violência simbólica ou declarada, implícita ou explícita – sobre qualquer pessoa que se desvie dos limites impostos pela hegemonia heterossexual” (95).

Esta ambiguidade entre visibilidade e invisibilidade da diferença, não só em relação à orientação sexual, mas como também em relação à origem, nacionalidade e identidade de género, foi descrita neste capítulo como uma das condições para a discriminação, sobretudo quando as/os perpetradoras/es são desconhecidas/os, como afirma Goffman: “When a stranger comes into our presence, then, first appearances are likely to enable us to anticipate his category and attributes, his ‘social identity’ [...]” (1968: 12). Desta forma, o corpo como marcador de diferença tem um papel importante na maneira como existem símbolos de estigma fixados ao corpo e outras características corporais, transmitidos e reproduzidos em discursos de poder. Atráves das entrevistas, conseguiu-se verificar este papel signficante de símbolos de estigma corporais, tanto ao

nível de experiências concretas, como ao nível de práticas de “passing”, utilizando também como efeito de experiências de discriminação anteriores. Esta problemática está mais visível nas narrativas acerca de estereótipos dominantes acerca de comportamentos e vestuário adequados para homens e de desafios criados por símbolos da masculinidade hegemónica (Connell, 2005), produzindo efeito sobre a aparência física, ou até o acto de se demarcar da imagem do homem efeminado, o estereótipo do homem homossexual.

Em geral, as/os entrevistadas/os afirmam o efeito destruidor de experiências de discriminação, mas apenas das consideradas mais graves, o que torna a própria percepção da discriminação uma problemática central das narrativas. Verificou-se uma baixa valorização das experiências de discriminação, estando mais visível nos discursos nos quais as/os interlocutoras/es explicam as causas da discriminação (ignorância, sem maldade, falta de informação), que pode ser considerado até como uma estratégia desenvolvida pelas/os próprias/os para gerir melhor as experiências de discriminação.

Neste contexto, é interessante que nenhum/a das/os entrevistadas/os considera as suas experiências de discriminação em função da origem/nacionalidade como racismo. Isto é, por um lado, devido a diferentes definições que percebem racismo como discriminação ou apenas em função da cor da pele (raça), ou em função de também outras características culturais e/ou fenotípicas ligadas à origem/nacionalidade/etnicidade. Por outro lado, este facto explica-se com a percepção das experiências pelas/os interlocutoras/es como não tendo gravidade suficiente para justificar a terminologia “racismo”. Dentro destas narrativas salienta-se mais um paradigma, que é o da distinção entre “imigrantes boas/bons” e “imigrantes más/maus”, de forma que as/os entrevistadas/os recusam o termo racismo associando-se ao grupo das/os “imigrantes boas/bons”. Esta distinção, que é descrita nas entrevistadas como uma separação entre europeias/europeus e não-europeias/europeus, ou ex-colonizadoras/es e ex-colonizadas/os, também se reflecte em algumas experiências de discriminação relatadas, da forma como a percepção da origem/nacionalidade de um indivíduo por outros determina se o seu comportamento é mais ou menos favorável em relação a esse indivíduo.

Em relação aos impactos das experiências de discriminação nota-se mais uma

vez uma grande diversidade de respostas, que se podem somar como técnicas de “passing”, tendo como objectivos o controlo de informação e a invisibilização de símbolos de estigma:

“Passing and covering are involved, providing the student with a special application of the arts of impression management, the arts, basic in social life, through which the individual exerts strategic control over the image of himself and his products that others glean from him.” (Goffman, 1968: 155)

Encontrou-se ainda um efeito negativo das experiências de discriminação sobre a formação identitária logo na chegada, podendo ser controlado pelas/os entrevistadas/os através do desenvolvimento de estratégias para lidar melhor com estas experiências. Estas estratégias têm como fundamento a necessidade particular de produção de empatia com as/os perpetradoras/es, seja através de um melhor conhecimento da sociedade portuguesa, seja através do desenvolvimento de um maior auto-controlo. Desta forma, destaca-se sobretudo a ideia do *empowerment* nas narrativas sobre questões identitárias, significando que as experiências de discriminação fizeram as/os interlocutoras/es sentirem-se mais fortes.

No que diz respeito à problemática da discriminação múltipla, encontram-se nas entrevistas, por um lado, várias narrativas de situações de discriminação múltipla concretas, mas por outro lado, pouca afirmação da ideia de duas formas de discriminação se encontrarem interseccionadas ou interligadas. O dado de que alguns discursos ainda são contraditórios pode ser explicado pelo facto de a ideia de uma interligação entre diferentes eixos de poder e de formas de discriminação ser uma reflexão nova para as/os entrevistadas/os, sobre a qual não ponderaram (muito), o que se traduziu, sobretudo, nas respostas imediatas das/os entrevistadas/os a estas questões.

Uma outra razão que pode contribuir para enquadrar a ambiguidade das/os interlocutoras/es relativamente à experiência de discriminação pode prender-se com o facto das/os interlocutoras/es terem sido objecto de discriminação múltipla mas não as experienciarem como autónomas, tanto como foi o caso, igualmente, de algumas/uns participantes no estudo de LesMigras (2012). Para estes indivíduos, o conceito da interseccionalidade não tem valor explicativo, sendo os conceitos da discriminação aditiva e combinada os mais adequados. Por outro lado, verificou-se também em

narrativas de outras/os participantes a importância da teoria da interseccionalidade e do esforço académico a favor de uma análise das interacções das diferentes relações de poder.

## **Nota final**

Este estudo teve como objectivo a análise tanto de experiências de discriminação de imigrantes LGBT\* residentes na Área Metropolitana de Lisboa, como também de modos diferentes da sua percepção e gestão emocional. De igual forma, queria compreender-se qual o impacto destas experiências de discriminação no quotidiano, na vida social e na formação identitária das/os que a estas são sujeitas/os.

Desta forma, realça-se, em primeiro lugar, a grande variedade de contextos de discriminação diferentes, impossibilitando a criação de conclusões mais generalizadas. Foi sobretudo através do desenho qualitativo do estudo, baseado em entrevistas semi-estruturadas, que foi possível mostrar que a pertença aos mesmos grupos minorizados não conduz necessariamente à convergência das experiências, percepções e posicionamentos por parte das/os entrevistadas/os. Deste modo, entre os indivíduos da mesma nacionalidade encontram-se experiências distintas, o que significa que a nacionalidade não é um indicador exclusivo. O mesmo se pode dizer olhando apenas para o grupo das mulheres lésbicas e bissexuais ou dos homens gays. Neste contexto, é importante sublinhar que o próprio desenho do estudo, de natureza qualitativa e integrando apenas uma pequena amostra, não teve como objectivo a elaboração de conclusões extrapoláveis, mas sim uma contribuição para a problematização de uma realidade marginal no contexto da investigação nacional.

Partindo do pressuposto de que indivíduos pertencentes a dois ou mais grupos minorizados experienciam discriminação não necessariamente mais frequentemente, mas de uma forma diferente, dependendo do jogo de interacção entre as categorias de



diferenciação social presentes, o estudo conseguiu problematizar a especificidade da posição das/os imigrantes LGBT\* dentro da sociedade portuguesa e dos níveis de percepção e reflexão sobre a sua eventual condição de vítimas de discriminação.

A realização substancial das entrevistas, captando a percepção pessoal das/os participantes, permitiu igualmente relacionar as três dimensões (*Representações, Discriminações e Identidades*) em análise ao longo do trabalho: as representações sociais mostraram-se dominantes na vida dos indivíduos no que diz respeito, por um lado, ao auto-posicionamento dentro de um sistema de categorias sociais e, em consequência, à auto-identificação com uma ou várias destas categorias. Por outro lado, influenciam também o comportamento dos indivíduos através de normas estabelecidas, o que ficou visível, por exemplo, nas práticas de *coming-out*, ou nas estratégias desenvolvidas para evitar experiências de discriminação. É através dos seus discursos e práticas que os indivíduos, por sua vez, reconstroem as tais representações, como aconteceu também durante a realização das entrevistas.

A inter-relação entre a dimensão das identidades e a das discriminações foi analisada em três partes dos resultados: a gestão da discriminação, a percepção da discriminação e o seu impacto. A discriminação é percepcionada, avaliada e gerida de modos diferentes por cada indivíduo, dependendo da constituição identitária de cada um. Os dados mostraram ainda a influência que as experiências de discriminação têm sobre a formação identitária, podendo causar, por exemplo, ou sentimentos de baixa da auto-estima, ou, no pólo oposto, de *empowerment*.

No que diz respeito à dimensão da experiência de discriminação, salienta-se, a sua base, constituída a partir das representações sociais dominantes, e a invocação das fronteiras criadas por estas como justificação para o acto discriminatório. Esta, provavelmente, é a inter-relação que é menos visível no material empírico apresentado e discutido. É certo que, cada prática, ou discurso, discriminatório reproduz e consolida socialmente o dito corpo de representações. Mas, ainda assim, um trabalho centrado na análise a discursos de perpetradoras/es seria um passo importante no sentido de melhor se compreender a relação entre representações sociais dominantes sobre género e o modo como se comportam face à presença de modelos não convencionais em quadros

de intimidade e proximidade social e/ou familiar.

Como tema central destaca a questão da visibilidade da diferença, sendo representada nas preocupações das/os imigrantes LGBT\* com a sua aparência física, a partilha de afecto em público e a prática de *coming-out* em geral. Pode concluir-se que o corpo como marcador de diferença é um elemento fundamental na discriminação, não apenas o corpo na sua “matéria biológica”, mas também na sua “matéria social”: o corpo que vestimos e com que agimos e falamos.

Em relação à percepção de experiências de discriminação múltipla, resume-se, ao olhar para percepções muito diversas, a importância de modelos explicativos diferentes, um que compreende a discriminação múltipla como interseccional e inseparável, e outro que respeita a hierarquização e separação de diferentes formas de discriminação por parte das suas vítimas, tanto para a implementação de uma legislação anti-discriminação, como para a prática das associações e consultórios de apoio à vítima.

Apesar da definição antecipada das categorias em análise na fase da conceptualização, o trabalho empírico mostrou-se suficientemente aberto, podendo incluir outros factores de discriminação, como a idade, o vírus HIV e a aparência física em termos estéticos, que foram destacados como relevantes pelas/os entrevistadas/os. A influência da categoria de classe, mais uma categoria central na análise de discriminações, não foi possível abordar devido a pouquíssima referência a questões de classe ou estatuto social feita pelas/os interlocutoras/es.

Por fim, o estudo entendeu-se como uma primeira aproximação à problemática das pertenças e experiências de discriminação múltiplas e desta forma conseguiu dar visibilidade à diversidade e complexidade de experiências e percepções de inter-relações de relações de poder diferentes por imigrantes LGBT\*. Sem dúvida este trabalho apenas significa um passo muito pequeno na luta por uma sociedade menos discriminatória.

## Bibliografia

- Alexandre, Valentim (1999), “O Império e a Ideia de Raça (Séculos XIX e XX)”, in Jorge Vala (org.), *Novos Racismos. Perspectivas comparativas*. Oeiras: Celta, 133-144.
- Almeida, São José (2010), *Homossexuais no Estado Novo*. Porto: Sextante.
- Anderson, Benedict (1983), *Imagined Communities*. Londres e Nova Iorque: Verso.
- Anthias, Floya e Yuval-Davis, Nira (1992), *Racialized Boundaries. Race, Nation, Gender, Colour and Class and the Anti-racist Struggle*. Londres e Nova Iorque: Routledge.
- Ashcroft, Bill; Griffiths, Gareth e Tiffin, Helen (1995), *Key Concepts in Post-Colonial Studies*. Londres e Nova Iorque: Routledge.
- Bastos, José; Ibarrola-Armendariz, Aitor; Sardinha, João; Westin, Charles e Will, Gisela (2006), “Identity, Representation, Interethnic Relations and Discrimination”, in Rinus Penninx, Maria Berger e Karen Kraal (orgs.), *The Dynamics of International Migration and Settlement in Europe: A State of the Art*. Amesterdão: University Press, 201-232.
- Beasley, Chris (2005), *Gender & Sexuality. Critical Theories, Critical Thinkers*. Londres, Thousand Oaks, New Delhi: Sage Publications.
- Benhabib, Seyla (2002), “Multiculturalism and Gendered Citizenship”, in *idem*, *The Claims of Culture. Equality and Diversity in the Global Era*. Princeton e Oxford: Princeton University Press, 82-104.
- Blom, Ida (2000), “Gender and Nation in International Comparison”, in *idem*; Hagemann, Karen e Hall, Catherine (orgs.), *Gendered Nations. Nationalisms and Gender Order in the Long Nineteenth Century*, Oxford, Nova Iorque: Berg, 3-26.
- Boatcă, Manuela (2010), “Diskriminierung in der *longue durée*. Globale Muster und lokale Strategien”, in Ulrike Hormel e Albert Scherr (orgs.), *Diskriminierung. Grundlagen und Forschungsergebnisse*. Wiesbaden: VS, 115-133.
- Braga, Paulo Drumond (2010), *Filhas de Safo. Uma História da Homossexualidade Feminina em Portugal*. Alfragide: Texto Editores.
- Brandão, Maria Ana (2008), “Breve contributo para uma história da luta pelos direitos de gays e lésbicas na sociedade portuguesa”, Comunicação apresentada na Semana Pedagógica da União de Mulheres Alternativa e Resposta, Braga, <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/8673/1/Breve%20contributo.pdf> [acedido em 17/08/2014].

- Butler, Judith (1990), *Gender Trouble. Feminism and the Subversion of Identity*. Nova Iorque: Routledge.
- Butler, Judith (1993), *Bodies That Matter. On The Discursive Limits of "Sex"*. Londres e Nova Iorque: Routledge.
- Butler, Judith (1997), *Excitable Speech: A Politics of the Performative*. Nova Iorque e Londres: Routledge.
- Cabecinhas, Rosa (2007), *Preto e Branco. A naturalização da discriminação racial*. Porto: Campo das Letras.
- Castro Varela, María do Mar (2012), "Einleitung: Traurige Forschung", in LesMigras (org.), *"Nicht so greifbar, und doch real". Eine quantitative und qualitative Studie zu Gewalt- und (Mehrfach-) Diskriminierungserfahrungen von lesbischen, bisexuellen Frauen und Trans\* in Deutschland*. Berlin: LesMigras, 9-19.
- Castro Varela, María do Mar; Koop, Ute e Ott-Gerlach, Gisela (2012), "Quantitative Studie", in LesMigras (org.), *"Nicht so greifbar, und doch real". Eine quantitative und qualitative Studie zu Gewalt- und (Mehrfach-) Diskriminierungserfahrungen von lesbischen, bisexuellen Frauen und Trans\* in Deutschland*. Berlin: LesMigras, 47-133.
- Castro Varela, María do Mar; Mohamed, Sabina e Thaler, Lisa (2012), "Qualitative Studie", in LesMigras (org.), *"Nicht so greifbar, und doch real". Eine quantitative und qualitative Studie zu Gewalt- und (Mehrfach-) Diskriminierungserfahrungen von lesbischen, bisexuellen Frauen und Trans\* in Deutschland*. Berlin: LesMigras, 134-203.
- Connell, R. W. (2005), *Masculinities*, 2ª edição. Berkeley: University of California Press.
- Crenshaw, Kimberlé W. (2010), "Die Intersektion von „Rasse“ und Geschlecht demarginalisieren: Eine Schwarze feministische Kritik am Antidiskriminierungsrecht, der feministischen Theorie und der antirassistischen Politik", in Helma Lutz, Maria Teresa Herrera Vivar e Linda Supik (orgs.), *Fokus Intersektionalität. Bewegungen und Verortungen eines vielschichtigen Konzeptes*. Wiesbaden: VS., 33-54.
- Dias, Nuno (2010), „Introduction to a study of comparative inter-ethnic relations: the cases of Portugal and Britain“, in Charles Westin, José Bastos, Janine Dahinden e Pedro Góis (orgs.), *Identity Processes and Dynamics in Multi-Ethnic Europe*, IMISCOE Research. Amesterdão: Amsterdam Univerisity Press, 179-196.
- Dias, Nuno (2012) "“Construir as cidades para os outros”: imigração e trabalho no Portugal contemporâneo", in Bruno Peixe Dias e Nuno Dias (orgs.), *Imigração e Racismo em Portugal. O Lugar do Outro*. edições 70: Lisboa, 29-46.
- Dijk, Teun van (1987), *Communicating Racism: Ethnic Prejudice in Thought and Talk*. Londres, Sage Publications.

- Directiva 2000/78/CE do Conselho de 27 de Novembro de 2000 que estabelece um quadro geral de igualdade de tratamento no emprego e na actividade profissional, [http://www.acidi.gov.pt/\\_cfn/4d0266fbcf581/live/Directiva+2000%2F78%2FCE+do+Conselho+](http://www.acidi.gov.pt/_cfn/4d0266fbcf581/live/Directiva+2000%2F78%2FCE+do+Conselho+) [acedido em 17/08/2014].
- Directiva 2011/24/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 9 de Março 2011 relativa ao exercício dos direitos dos doentes em matéria de cuidados de saúde transfronteiriços, <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2011:088:0045:0065:pt:PDF> [acedido em 31/08/2014].
- Decreto-Lei n.º 237-A/2006, de 14 de Dezembro. [http://www.nacionalidade.sef.pt/docs/DL237A\\_2006.pdf](http://www.nacionalidade.sef.pt/docs/DL237A_2006.pdf) [acedido em 17/08/2014].
- Erel, Umut (2007), “Transnationale Migration, intime Beziehungen und BürgerInnenrechte”, in Jutta Hartmann, Christian Klesse, Peter Wagenknecht, Bettina Fritzsche e Kristina Hackmann (orgs.), *Heteronormativität. Empirische Studien zu Geschlecht, Sexualität und Macht*. Wiesbaden: VS, 251-268.
- Erel, Umut; Haritaworn, Jinhana; Gutiérrez Rodríguez, Encarnación e Klesse, Christian (2007), “Intersektionalität oder Simultaneität?! – Zur Verschränkung und Gleichzeitigkeit mehrfacher Machtverhältnisse – eine Einführung”, in Jutta Hartmann, Christian Klesse, Peter Wagenknecht, Bettina Fritzsche e Kristina Hackmann (orgs.), *Heteronormativität. Empirische Studien zu Geschlecht, Sexualität und Macht*. Wiesbaden: VS, 239-250.
- Espín, Oliva M. (1999), *Women Crossing Boundaries. A Psychology of Immigration and Transformations of Sexuality*. Nova Iorque e Londres: Routledge.
- Essed, Philomena (1991), *Understanding Everyday Racism: An Interdisciplinary Theory*. Newbury Park, Londres e New Delhi: Sage Publications.
- Essed, Philomena (2002), “Everyday Racism“, in David Theo Goldberg, John Solomos (orgs.), *A Companion to Racial and Ethnic Studies*. Malden e Oxford: Blackwell, 202-216.
- Faria, Natália (2014), “Mais de 60% de alunos confirmam casos de *bullying* nas suas escolas”, *Público*, 19/03/2014, <http://www.publico.pt/sociedade/noticia/metade-dos-alunos-que-ja-presenciaram-bullying-na-escolanao-se-lembram-de-campanhas-antibullying-1628785#/0> [acedido em 17/08/2014].
- Ferreira Mendes, Maria Manuela (2010), *Imigração, Identidades e Discriminação: Imigrantes Russos e Ucrânianos*. Lisboa: Imprensa das Ciências Sociais.
- Foucault, Michel (1977), *Der Wille zum Wissen. Sexualität und Wahrheit*, Vol. 1. Frankfurt/Main: Suhrkamp.
- Foucault, Michel (1987), *The History of Sexuality. An Introduction*. Manchester: Peregrine.

- Foucault, Michel (1991), *Discipline and Punish. The Birth of the Prison*. Londres: Penguin.
- Foucault, Michel (2005), “Subjekt und Macht“, in *idem*, *Schriften*, Vol. 4, Frankfurt/Main: Suhrkamp, 269-294.
- Franzen, Jannik e Sauer, Arn (2010), *Benachteiligung von Trans\*Personen, insbesondere im Arbeitsleben. Expertise im Auftrag der Antidiskriminierungsstelle des Bundes*.  
[http://www.antidiskriminierungsstelle.de/SharedDocs/Downloads/DE/publikationen/Expertisen/Expertise\\_Benachteiligung\\_von\\_Trans\\_personen.pdf?\\_\\_blob=publicationFile](http://www.antidiskriminierungsstelle.de/SharedDocs/Downloads/DE/publikationen/Expertisen/Expertise_Benachteiligung_von_Trans_personen.pdf?__blob=publicationFile) [acedido em 17/08/2014]
- Fritzsche, Bettina (2007), “Das Begehren, das nicht eins ist. Fallstricke beim Reden über Bisexualität“, in Jutta Hartmann, Christian Klesse, Peter Wagenknecht e Bettina Fritzsche, Kristina Hackmann (orgs.), *Heteronormativität. Empirische Studien zu Geschlecht, Sexualität und Macht*. Wiesbaden: VS, 115- 133.
- Fuss, Diana (1991), “Inside/Out“, in: *idem* (org.), *Inside/Outside: Lesbian Theories, Gay Theories*. Nova Iorque e Londres: Routledge, 1-10.
- Garfinkel (1967), *Studies in Ethnomethodology*. Englewood Cliffs: Prentice Hall.
- Gildemeister, Regine (2010), “Doing Gender: Soziale Praktiken der Geschlechterunterscheidung“, in Ruth Becker e Beate Kortendiek (orgs.), *Handbuch Frauen- und Geschlechterforschung. Theorie, Methoden, Empirie*, 3ª edição. Wiesbaden: VS, 137-145.
- Goffman, Erving (1968), *Stigma. Notes on the Management of Spoiled Identity*. Londres: Penguin Books.
- Goffman, Erving (1977), “The Arrangement of the Sexes”. *Theory and Society*, 4, 301-331.
- Gonçalves Costa, Carlos; Oliveira, João Manuel de e Nogueira, Conceição (2010), “Os Discursos das Pessoas LGBT”, in Conceição Nogueira e João Manuel de Oliveira (orgs.), *Estudo sobre a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de género*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, 211-242.
- Gonçalves Costa, Carlos; Pereira, Miguel; Oliveira, João Manuel de e Nogueira, Conceição (2010), “Imagens sociais das pessoas LGBT” in Conceição Nogueira e João Manuel de Oliveira (orgs.), *Estudo sobre a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de género*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, 93-148.
- Gunaratnam, Yasmin (2003), *Researching “Race” and Ethnicity. Methods, Knowledge and Power*. Londres, Thousand Oaks e New Delhi: Sage Publications.

- Hall, Stuart (1997a), "The Work of Representation", in *idem* (org.), *Representation. Cultural Representations and Signifying Practices*. Londres, Thousand Oaks e New Delhi: Sage Publications, 13-64.
- Hall, Stuart (1997b), "The Spectacle of the "Other"", in *idem* (org.), *Representation. Cultural Representations and Signifying Practices*. Londres, Thousand Oaks e New Delhi: Sage Publications, 223-279.
- Hansen, Nina (2009), "Die Verarbeitung von Diskriminierung", in Andreas Beelmann e Kai J. Jonas (orgs.), *Diskriminierung und Toleranz. Psychologische Grundlagen und Anwendungsperspektiven*. Wiesbaden: VS, 155-162.
- Haritaworn, Jinthana (2007), "(No) Fucking Difference? Eine Kritik an 'Heteronormativität' am Beispiel von Thailändischsein", in Jutta Hartmann, Christian Klesse, Peter Wagenknecht, Bettina Fritzsche e Kristina Hackmann (orgs.), *Heteronormativität. Empirische Studien zu Geschlecht, Sexualität und Macht*. Wiesbaden: VS, 269 – 290.
- Hartmann, Jutta e Klesse, Christian (2007), "Heteronormativität. Empirische Studien zu Geschlecht, Sexualität und Macht – eine Einführung", in Jutta Hartmann, Christian Klesse, Peter Wagenknecht, Bettina Fritzsche e Kristina Hackmann (orgs.), *Heteronormativität. Empirische Studien zu Geschlecht, Sexualität und Macht*. Wiesbaden: VS, 9-16.
- Heilmann, Andreas (2002), *Mann sein! Stark sein! Schwul sein? Das Coming-out und das "Bild des Mannes"*. Hamburg: Männerschwarm-Skript-Verlag.
- Hormel, Ulrike (2007), *Diskriminierung in der Einwanderungsgesellschaft. Begründungsprobleme pädagogischer Strategien und Konzepte*. Wiesbaden: VS.
- Hormel, Ulrike e Scherr, Albert (2010), "Einleitung: Diskriminierung als gesellschaftliches Phänomen", in *idem* (orgs.), *Diskriminierung. Grundlagen und Forschungsergebnisse*. Wiesbaden: VS-Verlag, 7-20.
- ILGA Portugal (s.d.), "Observatório de Discriminação". <http://ilga-portugal.pt/observatorio/>, [acedido em 24/08/2014].
- ILGA Portugal (s.d.) "Proposta de boas práticas para o relacionamento entre as forças e serviços de segurança portugueses e as cidadãs e cidadãos LGBT". <http://www.ilga-portugal.pt/noticias/Noticias/BoasPraticas.pdf>, [acedido em 24/08/2014].
- ILGA Portugal (s.d.), "Vamos parar os crimes de ódio contra pessoas LGBT. Orientações para a Polícia". <http://ilga-portugal.pt/atividades/Publicacoes/pararcrimessodio.pdf>, [acedido em 17/08/2014].
- ILGA Portugal (2014), "Números da Violência contra Pessoas LGBT, 2013", Observatório da discriminação em função da orientação sexual e identidade de género. <http://ilga-portugal.pt/noticias/Noticias/relatorioOBSERVATORIOlgbt.pdf> [acedido em 17.08.2014].

- Kosnick, Kira (2010), "Sexualität und Migrationsforschung: Das Unsichtbare, das Oxymoron und heteronormatives Othering", in Helma Lutz, Maria Teresa Herrera Vivar e Linda Supik (orgs.), *Fokus Intersektionalität. Bewegungen und Verortungen eines vielschichtigen Konzeptes*. Wiesbaden: VS., 145-164.
- LesMigras (org.) (2012), "*Nicht so greifbar, und doch real*". *Eine quantitative und qualitative Studie zu Gewalt- und (Mehrfach-) Diskriminierungserfahrungen von lesbischen, bisexuellen Frauen und Trans\* in Deutschland*.  
[http://www.lesmigras.de/tl\\_files/lesbenberatung-berlin/Gewalt%20\(Dokus,Aufsätze...\)/Dokumentation%20Studie%20web\\_sicher.pdf](http://www.lesmigras.de/tl_files/lesbenberatung-berlin/Gewalt%20(Dokus,Aufsätze...)/Dokumentation%20Studie%20web_sicher.pdf) [acedido em 14.10.2013].
- Lutz, Helma, Herrera Vivar, Maria Teresa e Supik, Linda (2010), "Fokus Intersektionalität – Eine Einleitung", in *idem* (orgs.), *Fokus Intersektionalität. Bewegungen und Verortungen eines vielschichtigen Konzeptes*. Wiesbaden: VS, 9-31.
- Machado, Fernando Luís (2000), "Os novos nomes do racismo: especificação ou inflação conceptual?" *Sociologia, Problemas e Práticas*, 33, 9-44.
- Machado, Fernando Luís (2001), „Contextos e Percepções de Racismo no Quotidiano". *Sociologia, Problemas e Práticas*, 36, 53-80.
- Machado, Fernando Luís / Azevedo, Joana / Matias, Ana Raquel (2009) "Bibliografia e Filmografia sobre Imigração e Minorias Étnicas em Portugal (2000-2008)",  
[http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/biblio/bibliografia\\_filmografia\\_2000\\_2008\\_pt.pdf](http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/biblio/bibliografia_filmografia_2000_2008_pt.pdf)  
 [acedido em 17.08.2014].
- Machado, Fernando Luís / Roldão, Cristina (2010), *Imigrantes idosos. Uma nova face da imigração em Portugal*, Observatório da Imigração, N.º 39. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural.
- Maier (2010), "Sexualitätsbezogene Diskriminierungsforschung", in: Ulrike Hormel e Albert Scherr (orgs.), *Diskriminierung. Grundlagen und Forschungsergebnisse*. 151-172.
- Marques, João Filipe (2000), "O neo-racismo e as responsabilidades da Antropologia". *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 56, 35-60.
- Marques, João Filipe (2001), "Racismo, etnicidade e nacionalismo. Que articulação?" *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 61, 103-133.
- Marques, João Filipe (2007), "Sumário alargado", in *idem*, *Do "Não Racismo" Português aos Dois Racismos dos Portugueses*, Observatório da Imigração, N.º 12. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, 13-52.
- McNay, Lois (1992), *Foucault and Feminism. Power, Gender and the Self*. Cambridge, Oxford: Polity Press.
- Meyerowitz, Joanne (2002), *How Sex Changed. A History of Transsexuality in the*



- United States*. Cambridge e Londres: Harvard University Press.
- Miles, Robert e Brown, Malcolm (2003), *Theories of Race and Racism*, 2ª edição. Londres e Nova Iorque: Routledge.
- Miranda, Joana (2009), *Mulheres Imigrantes em Portugal: Memórias, Dificuldades de Integração e Projectos de Vida*, Observatório da Imigração, N.º 35. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural.
- Namaste, Viviane (2005), *Sex Change, Social Change: Reflections on Identity, Institutions, and Imperialism*. Toronto: Women's Press.
- Nogueira, Conceição e Oliveira, João Manuel de (orgs.) (2010a), *Estudo sobre a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de género*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género.
- Nogueira, Conceição e Oliveira, João Manuel de (2010b), "Introdução: Um olhar da psicologia feminista crítica", in *idem* (orgs.), *Estudo sobre a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de género*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, 9-18.
- Oliveira, João Manuel de; Pereira, Miguel; Gonçalves Costa, Carlos; Nogueira, Conceição (2010), "Pessoas LGBT - identidades e discriminação", in Conceição Nogueira e João Manuel de Oliveira (orgs.), *Estudo sobre a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de género*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, 149-210.
- Pettigrew, T. F. e Meertens, R. W. (1995), "Subtle and blatant prejudice in western Europe". *European Journal of Social Psychology*, 25:1, 57-75.
- Ramalho, Sónia e Trovão, Sónia (2010), *Repertórios femininos em construção num contexto migratório pós-colonial*, Vol. 1 e 2, Observatório da Imigração, N.º 42. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural.
- Räthzel, Nora (2010), "Rassismustheorien: Geschlechterverhältnisse und Feminismus", in Ruth Becker e Beate Kortendiek (orgs.), *Handbuch Frauen- und Geschlechterforschung. Theorie, Methoden, Empirie*, 3ª edição. Wiesbaden: VS, 283-291.
- Reuter, Julia (2011), *Geschlecht und Körper: Studien zur Materialität und Inszenierung gesellschaftlicher Wirklichkeit*. Bielefeld: transcript.
- Rich, Adrienne (1980): "Compulsory Heterosexuality and Lesbian Existence". *Signs*, 5: 4, Women: Sex and Sexuality, 631-660.
- Richardson, Diane (1996): "Heterosexuality and Social Theory", in *idem* (org.), *Theorising Heterosexuality. Telling it Straight*, Buckingham e Philadelphia: Open University Press, 1-20.
- Rosales, Marta Vilar; Cantinho de Jesus, Vanessa Cantinho de; Parra, Susana (2009),

*Crescer fora de água? Expressividades, Posicionamentos e Negociações Identitárias de Jovens de Origem Africana na Região Metropolitana de Lisboa*, Observatório da Imigração, N.º 37. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural.

Rosário, Edite; Santos, Tiago; Lima, Sílvia (2011), *Discursos de Racismo em Portugal: Essencialismo e Inferiorização nas Trocas Coloquiais sobre Categorias Minoritárias*, Observatório da Imigração, N.º 444. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural.

Saleiro, Sandra Palma (s.d.), “Transexualidade e transgénero em Portugal: dois “vazios” em debate”, in Manuel Carlos Silva *et al.* (orgs), *X Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Sociedades desiguais e paradigmas em confronto*, Vol. IV: “População, modos e ciclos de vida: Família, género e sexualidades”. Braga: Centro de Investigação em Ciências Sociais, 84-90, <http://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/31018796/Volume04.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAJ56TQJRTWSMTNPEA&Expires=1408289813&Signature=b6DjfxnqIIwt9Ev9AsFdmQostwQ%3D&response-content-disposition=inline> [acedido em 17/08/2014]

Santos, Ana Cristina (s.d.) “Heteroqueers contra a Heteronormatividade: Notas para uma teoria queer inclusiva”, [http://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/223\\_Oficina\\_do\\_CES\\_239\\_Nov2005.pdf](http://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/223_Oficina_do_CES_239_Nov2005.pdf) [acedido em 25/11/2013].

Santos, Ana Cristina (2004), “Sexual Orientation in Portugal: Towards Emancipation”. *South European Society and Politics*, 9:2, 159-190.

Santos, Ana Cristina (2013), “Are we there yet? Queer sexual encounters, legal recognition and homonormativity”. *Journal of Gender Studies*, 22:1, 54-64.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (s.d.), “ARI - Autorização de Residência para Atividade de Investimento”, [http://www.sef.pt/portal/v10/PT.aspx/apoioCliente/detalheApoio.aspx?fromIndex=0&id\\_Linha=6269](http://www.sef.pt/portal/v10/PT.aspx/apoioCliente/detalheApoio.aspx?fromIndex=0&id_Linha=6269), [acedido em 24/08/2014].

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (2011), “Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo”, [http://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa\\_2011.pdf](http://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa_2011.pdf), [acedido em 03/09/2014].

Sharp, J. (1996), “Gendering nationhood: a feminist engagement with national identity,” in Nancy Duncan (org.), *BodySpace: Destabilizing Geographies of Gender and Sexuality*. Londres: Routledge, 97–108.

Sigusch, Volkmar (1991), “Die Transsexuellen und unser nosomorpher Blick“. *Zeitschrift für Sexualforschung*, 4, 225-256 e 309-343.

Spargo, Tamsin (1999), *Foucault and Queer Theory*. Nova Iorque e Cambridge: Totem Books/Icon Books.

Steffens, Melanie Caroline e Wagner, Christof (2009), “Diskriminierung von Lesben,

- Schwulen und Bisexuellen“, in Andreas Beelmann e Kai J. Jonas (orgs.), *Diskriminierung und Toleranz: Psychologische Grundlagen und Anwendungsperspektiven*. Wiesbaden: VS, 241-262.
- Stürmer, Stefan e Salewski, Christel (2009), “Chronische Krankheit als Stigma – Das Beispiel HIV/AIDS”, in Andreas Beelmann e Kai J. Jonas (orgs.), *Diskriminierung und Toleranz: Psychologische Grundlagen und Anwendungsperspektiven*. Wiesbaden: VS, 263-282.
- UNAIDS (2005), *HIV-Related Stigma, Discrimination and Human Rights Violations. Case studies of successful programmes*. Gêneva: UNAIDS, [http://data.unaids.org/publications/irc-pub06/jc999-humrightsviol\\_en.pdf](http://data.unaids.org/publications/irc-pub06/jc999-humrightsviol_en.pdf) [acedido em 17/08/2014].
- UNESCO (1969), *Four statements on race*. Paris: UNESCO, <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001229/122962eo.pdf> [acedido em 26/08/2014].
- Vala, Jorge (org.) (1999), *Novos Racismos. Perspectivas Comparativas*. Oeiras: Celta.
- Vala, Jorge; Brito, Rodrigo; Lopes, Diniz (1999), “O racismo flagrante e o racismo subtil em Portugal”, in: Jorge Vala (org.), *Novos Racismos. Perspectivas Comparativas*. Oeiras: Celta, 31-59.
- Vala, Jorge; Lima, Marcus (2003), “Diferenciação social, racialização e etnicização de minorias: Ambivalências e contradições”, in Maria Luísa Lima, Paula Castro e Margarida Garrido (orgs.), *Temas e Debates em Psicologia Social. Identidade, Conflito e Processos Sociais: a Psicologia social na prática*. Lisboa: Livros Horizonte, 177-206.
- Vala, Jorge; Lopes, Diniz; Brito, Rodrigo (1999), “A construção social da diferença: Racialização e etnicização das minorias”, in Jorge Vala (org.), *Novos Racismos. Perspectivas Comparativas*. Oeiras: Celta, 145-167.
- Vale de Almeida, Miguel (s.d), “Cidadania Sexual. Direitos Humanos, Homofobia e Orientação Sexual”. *A Comuna*, 5, 50-55.
- Vale de Almeida, Miguel (2010), “O contexto LGBT em Portugal”, in Conceição Nogueira e João Manuel de Oliveira (orgs.), *Estudo sobre a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de género*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, 45-92.
- Vieira, Paulo Jorge (2011), “Mobilidades, Migrações e Orientações Sexuais – percursos em torno das fronteiras reais e imaginárias”. *ex aequo: Revista da Associação Portuguesa de Estudos Sobre as Mulheres*, 24, “Género e Migrações”, 45-59.
- Vitorino, Sérgio (2007), ““Actos Contra a Natureza” - A repressão social, cultural e policial da homossexualidade no Estado Novo”, <http://panterasrosa.blogspot.de/2008/04/represso-da-homossexualidade-no-estado.html> [acedido em 17.08.2014].

- Wagenknecht, Peter (2007), "Was ist Heteronormativität? Zu Geschichte und Gehalt des Begriffs", in Jutta Hartmann, Christian Klesse, Peter Wagenknecht, Bettina Fritzsche e Kristina Hackmann (orgs.), *Heteronormativität. Empirische Studien zu Geschlecht, Sexualität und Macht*. Wiesbaden: VS, 17-34.
- Ward, Jane e Schneider, Beth (2009), "The Reaches of Heteronormativity. An Introduction". *Gender & Society*, 23:4, 433-439.
- West, Candace e Zimmermann, Don H. (1987), "Doing Gender". *Gender and Society*, 1:2, 125-151.
- Whittle, Stephen; Turner, Lewis; Combs, Ryan; Rhodes, Stephenne (2008), *Transgender EuroStudy. Legal Survey and Focus on the Transgender Experience of Health Care*. Brüssel: ILGA Europe, <http://www.bizeps.or.at/news.php?nr=8811> [accedido em 17/08/2014].
- Wilchins, Riki Anne (2004), *Queer Theory. Gender Theory. An Instant Primer*. Los Angeles: Alyson Books.
- Winker, Gabriele e Degele, Nina (2009), *Intersektionalität: Zur Analyse sozialer Ungleichheiten*. Bielefeld: transcript.
- Young, Lola (1996), "Notes on the discourse of "race"", in *idem, Fear of the Dark: „Race“, Gender and Sexuality in the Cinema*. Londres e Nova Iorque: Routledge, 28-40.
- Yuval-Davis, Nira (1997), *Gender and Nation*. Londres, Thousand Oaks e New Delhi: Sage Publications.

## Anexo A: Perfis sócio-económicos das/os participantes

Nome	Idade	Sexo	Nacionalidade	Naturalidade	Zona de Residência	Tempo em Portugal (anos)	Ocupação	Escolaridade	Auto-identificação LGBT*
Anne	25	f	Finlandesa	Finlândia	São Sebastião	5	Call Center	12º	Bissexual / <i>cisgender</i>
Ben	22	m	Moçambicana	Moçambique	Marquês de Pombal	4	Estudante	Mestrado	Gay / <i>cisgender</i>
Camille	34	f	Francesa	França	Arroios	17	Marceneira	Escola Profissional	Bissexual / <i>cisgender</i>
Cris	34	f	Brasileira	Brasil	Campo de Ourique	4	Desempregada	Escola Profissional	Heterossexual / transsexual
Eduardo	50	m	Brasileira	Brasil	Baixa	5	Desempregado	12º	Gay / <i>cisgender</i>
Gustavo	27	m	Brasileira	Brasil	Graça	8	Acompanhante pessoal	12º	Bissexual / <i>cisgender</i>
Louise	36	f	Luso-francesa	França	Alfama	16	Restaurador mobiliário	Escola Profissional	Lésbica / <i>cisgender</i>
Navid	35	m	País nort-europeu <sup>1</sup>	Irão	Campo Mártires da Pátria	5	Call Center	Licenciatura	Gay / <i>cisgender</i>
Paulo	19	m	Brasileira	Brasil	Amadora	8	Estudante	Escola Profissional	Gay / <i>cisgender</i>
Selen	28	f	Turca	Turquia	Alfama	5	Call Center	Pós-graduação	Lésbica / <i>cisgender</i>

<sup>1</sup> O entrevistado não quis especificar mais por questões de privacidade.